



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISA PSICOLOGIA SOCIAL, TRABALHO E
SUBJETIVIDADE

**“AQUELES QUE A SOCIEDADE JULGA SER DE MULHER, MAS MULHER
QUE NÃO ESTUDOU”: ANÁLISE DA RELAÇÃO SUBJETIVIDADE E
TRABALHO DE MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DIARISTAS**

MARIA DO SOCORRO ROBERTO DE LUCENA

João Pessoa-PB

Setembro/2023

MARIA DO SOCORRO ROBERTO DE LUCENA

**“AQUELES QUE A SOCIEDADE JULGA SER DE MULHER, MAS MULHER
QUE NÃO ESTUDOU”: ANÁLISE DA RELAÇÃO SUBJETIVIDADE E
TRABALHO DE MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DIARISTAS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba por Maria do Socorro Roberto de Lucena, como requisito para obtenção de título de Doutora em Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Zambroni de Souza

João Pessoa-PB

Setembro/2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L935a Lucena, Maria do Socorro Roberto de.
"Aqueles que a sociedade julga ser de mulher, mas
mulher que não estudou" : análise da relação
subjetividade e trabalho de mulheres trabalhadoras
domésticas diaristas / Maria do Socorro Roberto de
Lucena. - João Pessoa, 2023.
245 f. : il.

Orientação: Paulo César Zambroni de Sousa.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia do trabalho. 2. Trabalho doméstico
remunerado (TDR). 3. Trabalhadoras domésticas. 4.
Mulheres - Diaristas. I. de Sousa, Paulo César
Zambroni. II. Título.

UFPB/BC

CDU 159.9:331(043)



ATA DE DEFESA DE TESE

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, de modo remoto pelo Google Meet, reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (CCHLA/UFPB), para a defesa de Tese da aluna **MARIA DO SOCORRO ROBERTO DE LUCENA** – mat. 20191016675 (orientanda), UFPB, CPF: 075.812.484-88). Foram componentes da banca examinadora: Prof. Dr. **PAULO CESAR ZAMBRONI DE SOUZA** (UFPB, Orientador, CPF: 011.836.117-14), Prof.^(a) Dr.^(a) **MARIA DE FATIMA PEREIRA ALBERTO** (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 325.180.214-34), Prof.^(a) Dr.^(a) **THAIS AUGUSTA CUNHA DE OLIVEIRA MAXIMO** (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 053.453.194-64), Prof. Dr. **EDIL FERREIRA DA SILVA** (UEPB, Membro Externo à Instituição, CPF: 202.864.734-53) e Prof.^(a) Dr.^(a) **RUTH MARIA DE PAULA GONÇALVES** (UECE, Membro Externo à Instituição, CPF: 365.787.543-34) Na cerimônia compareceram, além da examinada, alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, o presidente da banca, Prof. Dr. **PAULO CESAR ZAMBRONI DE SOUZA**, após declarar o objetivo da reunião, apresentou o(a) examinado(a) **MARIA DO SOCORRO ROBERTO DE LUCENA** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que discorresse sobre seu trabalho, intitulado: " **AQUELES QUE A SOCIEDADE JULGA SER DE MULHER, MAS MULHER QUE NÃO ESTUDOU**": ANÁLISE DA RELAÇÃO SUBJETIVIDADE E TRABALHO DE MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DIARISTAS". Passando então ao aludido tema, a aluna foi, em seguida, arguida pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito de " **APROVADO**", o qual foi proclamado pelo presidente da banca, logo que retornou ao recinto da solenidade pública. Nada mais havendo a tratar, eu, **Júlio Rique Neto**, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos assino juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 19 de setembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br PAULO CESAR ZAMBRONI DE SOUZA
Data: 19/09/2023 17:06:10 -0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Prof.^(a) Dr.^(a) Paulo Cesar Zambroni de Souza

Prof.^(a) Dr.^(a) Edil Ferreira da Silva

Prof.^(a) Dr.^(a) Maria de Fatima Pereira
Alberto

Prof.^(a) Dr.^(a) Ruth Maria de Paula Gonçalves

Prof.^(a) Dr.^(a) Thais Augusta Cunha de
Oliveira Maximo

Prof.^(a) Dr.^(a) Júlio Rique Neto

Coordenador do PPGPS

**“AQUELES QUE A SOCIEDADE JULGA SER DE MULHER, MAS MULHER
QUE NÃO ESTUDOU”: ANÁLISE DA RELAÇÃO SUBJETIVIDADE E
TRABALHO DE MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DIARISTAS**

MARIA DO SOCORRO ROBERTO DE LUCENA

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo César Zambroni de Souza (Orientador – UFPB)

Prof.^a Dr.^a Maria de Fatima Pereira Alberto (Membro interno – UFPB)

Prof.^a Dr.^a Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo (Membro interno – UFPB)

Prof.^a Dr.^a Ruth Maria de Paula Gonçalves (Membro externo – UECE)

Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva (Membro externo – UEPB)

Dedico esta Tese às mulheres trabalhadoras domésticas, especialmente às diaristas, participantes da pesquisa. Mulheres extraordinárias, que carregam em suas trajetórias de vida a história desse país de desigualdades e de resistências. Ademais, é através do trabalho doméstico que todos os outros foram ou são possíveis. Não há um só tijolo colocado na construção ou manutenção da sociedade brasileira que não tenha contado ou conte com as mãos, a sabedoria e o coração dessas trabalhadoras.

AGRADECIMENTOS

Há quinze anos eu ingressava como caloura de Psicologia na Universidade Federal da Paraíba. A filha de Dona Ivone e Seu Dimar Bilu, ambos comerciantes e com baixíssima escolaridade, saiu do sertão paraibano, e assim como diz na música: saiu sem dinheiro no banco e sem parentes importantes. Eu fui viver o sonho de adentrar em uma universidade, tornar-me psicóloga. A primeira da família a ousar chegar tão longe. Sim, ousar, porque cresci sendo desencorajada pelas nossas condições de vida.

Então, imaginem a alegria e o sentimento de realização experimentados por mim, pelos meus, por chegar até aqui, a finalização do doutoramento; concretização de uma promessa, de um compromisso comigo mesma, com os meus, com a minha classe. Lá atrás eu decidi que não pararia. Eu avançaria. Eu desbravaria os caminhos fechados.

Escrever sobre ou lembrar desse percurso, dessa trajetória é recordar e atestar superações, insistências, renúncias, aprendizados, descobertas, e, sobretudo, reconhecer a potência dos encontros, das mãos dadas e do companheirismo. Por isso, me coloco a fim de agradecer com muito carinho à:

Minha família, meu pai **Odmар** (*In memoriam*) e minha mãe Ivone, que sempre serão meus primeiros exemplos de perseverança, honestidade, inteligência e solidariedade. Sou imensamente grata ao meu querido pai, por me apresentar ao futebol, por facilitar o acesso às bolas e carrinhos de brinquedo, pela simbologia dos gestos. Ele me mostrou que eu podia ser quem eu quisesse. A minha amada mãe **Ivone**, agradeço infinitamente por toda provisão e apoio. Minha confidente e fiel torcedora. Agradeço também a minha irmã **Damiana**, ao meu irmão **Francisco** e ao meu sobrinho, **David**. Cada um, ao seu modo, foram fontes de ensinamentos nesse caminhar. Ao **Sheldon**, meu

filho de quatro patas, meu muito obrigado por me lembrar constantemente de minhas limitações humanas.

Minhas amigas e amigos, novos(as) ou de longa data. Os momentos divertidos com vocês, as palavras de incentivo e de admiração foram combustíveis essenciais diante das agruras do processo. De modo particular agradeço à **Sara, Gustavo, Joenilton, Josinaldo, Suiane, Ingrid** e à **Alanne**.

Meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, em especial à **Tamiris, Kátia, Cláudia Luciene** e **Fernanda**, por compartilharem desses anos de doutoramento comigo e pela disposição em me ouvir e ajudar, sempre que precisei. Agradeço também à **Denise**, funcionária exemplar da coordenação do programa, que com os seus anos de experiência de trabalho e seu modo educado e gentil de ser, me prestou orientações e esclarecimentos várias vezes.

Participantes da pesquisa, que se disponibilizaram a contribuir com este estudo, confiando a mim as suas vivências enquanto mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, com riqueza de detalhes e muita emoção. As entrevistas foram encontros viscerais e enriquecedores, permitiram compreensões pujantes sobre os atravessamentos de sexo/gênero, raça e classe na relação subjetividade e trabalho das mulheres diaristas.

Sindicato Estadual dos Empregados Domésticos do Estado da Paraíba, que mediou o contato com as participantes da pesquisa e esteve sempre disponível para divulgar e colaborar com o desenvolvimento do estudo. Em particular, agradeço à **Glória Rejane**, presidenta do sindicato, e à **Susana** pela grandiosa oportunidade de conhecê-las e por poder vivenciar momentos de trocas profícuas e de aprendizados sobre luta coletiva.

Prof. Dr. Paulo César Zambroni-de-Souza, por caminhar ao meu lado nessa empreitada acadêmica de muita dedicação, esforços e realizações. Com todo o seu

conhecimento e memória espetacular, transformou as orientações ou supervisões em momentos onde pude visitar lugares e ter ideia de situações que jamais estive ou presenciei. Obrigada!

Profa. Dra. Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo, por quem tenho imenso apreço e admiro, principalmente em razão de seu profissionalismo, que avaliou e contribuiu com este trabalho. Com toda certeza trouxe contribuições ímpares.

Profa. Dra. Fátima Pereira Alberto, por sua disposição em ler e avaliar este trabalho desde a qualificação. A sua leitura atenta e o seu olhar perspicaz trouxeram muitas melhorias para o aperfeiçoamento do trabalho. Suas contribuições foram decisivas para a qualidade desta tese.

Profa. Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves, que colaborou brilhantemente com este trabalho. Toda a sua inteligência, sua experiência de vida e de militância, sua gentileza deliberada estiveram presentes em suas contribuições e em sua postura diante de mim. Ruth, você exala potência!

Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva, por sua disposição para a leitura deste trabalho e que, de forma cuidadosa e clara, trouxe colaborações extremamente enriquecedoras para a construção. Obrigada por suscitar inquietações.

Prof. Me. Gerson da Silva Ribeiro, que foi um verdadeiro camarada nessa jornada, me auxiliou em algumas questões burocráticas e várias vezes me tranquilizou com sua paciência e seu bom humor.

Profa. Dra. Maria de Fátima Fernandes Martins Catão, que desde a graduação me acompanha em tudo que faço, pois, é uma referência de mulher, professora, psicóloga e ser humano para mim. Obrigada **Fátima**, por me olhar nos olhos, por me ensinar que

respeito se conquista com coerência e cumplicidade. Obrigada por facilitar meu processo de despertar para a leitura de mundo. Viva ao nosso encontro!

Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero, Raça, Classe e Sexualidade, pela acolhida e laço de solidariedade que formamos, em especial à **Profa. Dra. Niágara Cunha** e **Prof. Dr. Marcel Lima**. Agradeço também ao **Grupo de Pesquisa em Subjetividade e Trabalho**, pelas contribuições diretas e indiretas prestadas ao trabalho desenvolvido, em particular à **Profa. Dra. Tatiana de Lucena Torres**.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão financiador da pesquisa realizada.

Por fim, **Emanuel**, pelo SIM, que sobrepôs a todos os não. Minha eterna gratidão!

Penso profundamente que, quando se é pesquisador, é porque se foi interpelado por algo que constitui problema no nível pessoal e no nível de pesquisa.

Danièle Kergoat

“AQUELES QUE A SOCIEDADE JULGA SER DE MULHER, MAS MULHER QUE NÃO ESTUDOU”: ANÁLISE DA RELAÇÃO SUBJETIVIDADE E TRABALHO DE MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DIARISTAS

Resumo

As perspectivas feministas que ancoram suas interpretações sob as noções de divisão sexual e racial do trabalho, de interseccionalidade das relações sociais de sexo/gênero, etnia/raça e classe, vêm garantindo ou cuidando para que esses marcadores sociais e interseccionados não sejam esquecidos na leitura do campo social ou dos fenômenos decorrentes do mesmo. Contudo, ainda não figuram ou são incipientes em diversos ramos do conhecimento, como é o caso da Psicologia do Trabalho. Tal cenário é especialmente preocupante, quando se trata da sociedade brasileira, uma sociedade compósita pelo racismo, sexismo e classismo. Na qual o trabalho doméstico remunerado (TDR) é expoente dessa história. Na contemporaneidade, em território nacional, assiste-se à diarização do TDR. Assim, a presente tese teve como objetivo analisar a relação subjetividade-trabalho de mulheres trabalhadoras domésticas diaristas com dimensão de sexo/gênero, raça e classe. Para tanto, esta tese está organizada em cinco capítulos, todos em formato de artigos. O primeiro artigo trata da apresentação detalhada dos fundamentos teóricos ou das interlocuções teóricas que embasaram a definição do problema e os questionamentos norteadores da investigação. O segundo artigo reúne informações acerca da situação da(s) mulher(es) em contexto de reestruturação produtiva e pandemia de Covid-19. Com esse fim, foi realizada uma pesquisa documental. O universo de documentos consiste em relatórios, boletins, artigos científicos, entre outros, nacionais e internacionais. O panorama construído ou organizado nesse artigo agrega elementos e dá continuidade às discussões teóricas realizadas no artigo anterior. Além disso, fornece notas importantíssimas sobre a macropolítica, as (re)formulações das desigualdades que atravessam a participação das mulheres no mundo do trabalho e elenca alguns desafios atuais da luta feminista. A fim de estreitar as discussões em relação às mulheres trabalhadoras domésticas diaristas e a realidade brasileira, o terceiro artigo compreende uma revisão sistemática e metanálise da produção científica nacional acerca da relação TDR e gênero. A busca eletrônica inicial resultou em 1.127 produções e, após a aplicação dos critérios de inclusão e a exclusão dos replicados, 16 produções foram selecionadas. Com a avaliação dos juízes, 13 artigos foram considerados elegíveis para a análise cientométrica e de conteúdo categorial. A maioria das produções analisadas pontuam e

sinalizam a interseccionalidade entre sexo/gênero, etnia/raça e classe na configuração da posição do TDR na hierarquia sócio-ocupacional, do perfil das trabalhadoras domésticas remuneradas e das características de suas condições e relações de trabalho. Além disso, foi possível identificar carecimentos ou caminhos de pesquisas, sendo pertinentes para o delineamento e robustez da investigação empírica, que compõem o presente trabalho. Os artigos quatro e cinco referem-se a pesquisa de campo qualitativa com a participação de dez mulheres diaristas, e têm objetivos de análise diferentes. Entrevistas não-estruturadas e questionário sociodemográfico foram usados como instrumentos e a abordagem hermenêutica-dialética o método de análise dos dados. Em ambos estudos, os referenciais teóricos de apoio foram a Sociologia da Divisão Sexual do Trabalho, o paradigma afrocêntrico das discussões de gênero e a Psicodinâmica do Trabalho. O objetivo do quarto artigo foi compreender as repercussões de sexo/gênero, raça e classe no cotidiano laboral e na mobilização subjetiva das trabalhadoras. Evidenciamos que a suspeição no trabalho ou no trabalhar, a sobrecarga de trabalho e o ritmo frenético de execução da atividade, a ameaça ou ocorrência do assédio sexual são algumas das situações detectadas no cotidiano das diaristas e, que, estão engendradas nas insígnias, relações e condições materiais decorrentes das diferenciações/hierarquizações de raça, sexo/gênero e classe. Ademais, identificamos entre as diaristas processos de naturalização ou de assimilação dessas diferenciações/hierarquizações que repercutem em suas condutas individuais e coletivas, embora também tenham sido observados movimentos de resistência ou inflexão. O objetivo do quinto artigo foi analisar os impactos do contexto pandêmico sobre a atividade laboral e a saúde mental de mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, levando em consideração a interseccionalidade entre sexo/gênero, raça e classe no trabalho. Os achados refletem o papel das desigualdades de sexo/gênero, raça e classe no agravamento das condições de trabalho/vida das mulheres diaristas e as consequências negativas sobre a saúde delas. As vivências pandêmicas dessas trabalhadoras são marcadas por extremas dificuldades de subsistência, novos dilemas ou riscos e a atualização das microopressões nas relações laborais, que suscitam para elas vários mal-estares, desde ansiedade à sentimentos de inferioridade. A combinação dos artigos fornece elementos de inteligibilidade sobre a condição de mulher trabalhadora doméstica diarista e de sua relação com a configuração das vivências subjetivas e a qualidade da saúde das participantes da pesquisa. Além disso, nos convida a refletir de forma crítica e inventiva acerca das dificuldades ou caminhos de enfrentamento das disparidades de sexo/gênero,

raça e classe, que permeiam substancialmente as questões de trabalho/de vida das diaristas.

Palavras-chave: psicologia do trabalho, trabalho doméstico remunerado (TDR), trabalhadoras domésticas, mulheres – diaristas.

Abstract

Feminist perspectives that anchor their interpretations under the notions of sexual and racial division of labor, of intersectionality of social relations of sex/gender, ethnicity/race and class, have been ensuring or ensuring that these social and intersecting markers are not forgotten in the reading of the social field or the phenomena arising from it. However, they do not yet appear or are incipient in several branches of knowledge, such as Work Psychology. This scenario is especially worrying when it comes to Brazilian society, a society composed of racism, sexism and classism. In which paid domestic work (TDR) is an exponent of this story. In contemporary times, in the national territory, we are witnessing the diarization of TDR. Thus, the present thesis aimed to analyze the subjectivity-work relationship of female daily domestic workers with dimensions of sex/gender, race and class. To this end, this thesis is organized into five chapters, all in article format. The first article deals with the detailed presentation of the theoretical foundations or theoretical dialogues that supported the definition of the problem and the questions guiding the investigation. The second article brings together information about the situation of women in the context of productive restructuring and the Covid-19 pandemic. To this end, documentary research was carried out. The universe of documents consists of national and international reports, bulletins, scientific articles, among others. The panorama constructed or organized in this article adds elements and continues the theoretical discussions carried out in the previous article. Furthermore, it provides very important notes on macropolitics, the (re)formulations of inequalities that affect women's participation in the world of work and lists some current challenges in the feminist struggle. In order to narrow the discussions in relation to female domestic workers and the Brazilian reality, the third article comprises a systematic review and meta-analysis of national scientific production on the relationship between TDR and gender. The initial electronic search resulted in 1,127 productions and, after applying the inclusion criteria and excluding replicates, 16 productions were selected. With the judges' assessment, 13 articles were considered eligible for scientometric and categorical content analysis. Most of the productions analyzed point out and signal the intersectionality between sex/gender,

ethnicity/race and class in the configuration of the TDR's position in the socio-occupational hierarchy, the profile of paid domestic workers and the characteristics of their working conditions and relationships. Furthermore, it was possible to identify gaps or research paths, which are relevant for the design and robustness of the empirical investigation, which make up the present work. Articles four and five refer to qualitative field research with the participation of ten women diarists, and have different analysis objectives. Unstructured interviews and a sociodemographic questionnaire were used as instruments and the hermeneutic-dialectic approach was used as the data analysis method. In both studies, the supporting theoretical references were the Sociology of the Sexual Division of Labor, the Afrocentric paradigm of gender discussions and the Psychodynamics of Work. The objective of the fourth article was to understand the repercussions of sex/gender, race and class in everyday work and the subjective mobilization of female workers. We highlight that suspicion at work, work overload and the frantic pace of carrying out the activity, the threat or occurrence of sexual harassment are some of the situations detected in the daily lives of day laborers and which are engendered in the insignnia, relationships and material conditions arising from differentiations/hierarchies of race, sex/gender and class. Furthermore, we identified among day laborers processes of naturalization or assimilation of these differentiations/hierarchizations that have repercussions on their individual and collective conduct, although movements of resistance or inflection were also observed. The objective of the fifth article was to analyze the impacts of the pandemic context on the work activity and mental health of female daily domestic workers, taking into account the intersectionality between sex/gender, race and class at work. The findings reflect the role of sex/gender, race and class inequalities in worsening the working/living conditions of women day laborers and the negative consequences on their health. The pandemic experiences of these workers are marked by extreme subsistence difficulties, new dilemmas or risks and the updating of micro-oppressions in labor relations, which give rise to various discomforts for them, from anxiety to feelings of inferiority. The combination of articles provides elements of intelligibility about the condition of female daily domestic workers and their relationship with the configuration of subjective experiences and the quality of health of research participants. Furthermore, it invites us to reflect critically and inventively on the difficulties or ways of confronting sex/gender, race and class disparities, which substantially permeate the work/life issues of day laborers.

Keywords: work psychology, paid work domestic (PWD), domestic workers, women – daily maids.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMT – Assédio Moral no Trabalho

BVS-PSI - Biblioteca Virtual em Saúde- Psicologia Brasil

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

COVID-19 – Coronavirus Disease 2019

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CREI – Centro de Referência em Educação Infantil

CCS – Centro de Ciências da Saúde

DEZ- Dezembro

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EC - Emenda Constitucional

EUA – Estados Unidos da América

FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

GM- General Motors

IA – Insegurança Alimentar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LER – Lesão por Esforço Repetitivo

LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais

NOV- Novembro

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONGS – Organizações Não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

ONU MULHERES – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade e Empoderamento das Mulheres

OUT - Outubro

PDT- Psicodinâmica do Trabalho

PEA – População Economicamente Ativa

PEC- Proposta de Emenda à Constituição

PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar

PEPSIC - Periódicos Eletrônicos em Psicologia

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

SCIELO - Scientific Eletronic Library Online

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDR – Trabalho Doméstico Remunerado

TMC – Transtornos Mentais Comuns

Sumário

INTRODUÇÃO.....	23
Referências	40
ARTIGO 1 – “Trabalhadora não é o Feminino de Trabalhador”: Opressão da(s) Mulher(es) na Sociedade de Classe	48
Introdução.....	49
Opressão-exploração das mulheres: origens, contornos e consensos da noção	51
Divisão sexual e racial do trabalho: condição e problemática das relações sociais de sexo/gênero, raça e classe.....	56
Labores femininos, subjetividades e saúde: uma demanda para a Psicologia.....	72
Considerações finais	80
Referências	83
ARTIGO 2 - Reestruturação Produtiva, Estado e Covid-19: a situação da(s) mulher(es)	89
Introdução.....	91
Percurso metodológico de construção	92
Reestruturação produtiva, divisão sexual e racial do trabalho e precarização ajustada ao feminino.....	93
Pandemia, trabalho feminino e governabilidade: desafios para a resistência e autonomia das mulheres	101
Considerações finais.....	109
Referências	112

ARTIGO 3 – Revisão Sistemática e Metanálise Qualitativa sobre Trabalho Doméstico

Remunerado e Gênero	118
Introdução.....	120
Método.....	121
Resultados.....	124
(1) Caracterização dos(as) autores(as).....	124
(2) Caracterização dos artigos	125
(3) Análise de Conteúdo.....	126
3.1 Gênero, organização socioeconômica e/ou vulnerabilidades do trabalho doméstico remunerado.....	126
3.2 Continuidades e transformações na condição de trabalhadora doméstica.....	132
3.3 Caminhos metodológicos e de estudo para investigação da temática	133
Discussão	135
Considerações finais	139
Referências	141

ARTIGO 4 – Raça, Gênero, Classe: cotidiano e mobilização subjetiva de mulheres

diaristas.....	146
Introdução.....	147
Método.....	148
Participantes	148
Instrumentos	149
Procedimentos de análise dos dados.....	150

Modo operatório, trabalhar sob suspeita e a memória da marginalização	151
“Se virando nos trinta”: sobrecarga de trabalho, pressões e naturalização de alguns abusos	155
Experimentação pelas diaristas da violência e assédio sexual no trabalho	161
Mobilização coletiva e sindicalismo: manifestações e dificuldades na trajetória da mulher diarista	165
Considerações finais	171
Referências	173
ARTIGO 5 – Trabalho e Saúde Mental de Mulheres Trabalhadoras Domésticas Diaristas em Contexto Pandêmico.....	178
Introdução.....	180
Método.....	183
Tipo de pesquisa	183
Participantes	183
Instrumentos	183
Procedimentos de coleta de dados	184
Procedimentos de análises de dados	185
Resultados e discussão	186
Situação laboral e as relações imediatas com o estado de saúde das diaristas	186
A configuração das vulnerabilidades implicadas ao contexto pandêmico e a vivência do(s) medo(s).....	189

O papel da divisão sexual do trabalho familiar e doméstico não remunerado no sofrimento relacionado ao trabalho	194
Relações de trabalho, discriminação e insatisfação.....	196
Considerações finais.....	203
Referências	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
APÊNDICES	221
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	222
Apêndice B – Questionário de Dados Sócio-demográficos e Funcionais	226
Apêndice C – Roteiro de Entrevista Não-Estruturada.....	228
Apêndice D – Orientação aos(as) juizes(as) – análise dos artigos filtrados.....	230
ANEXOS.....	245

INTRODUÇÃO

É assustador e desanimador pensar em um mundo hierarquizado, onde há alocação de pessoas em um estado de humanidade *versus* subumanidade¹, onde os recursos e as possibilidades construídas coletivamente são uma realidade para poucos. Contudo, é nesse mundo que vivemos. É nesse mundo que as mulheres são consideradas inferiores, irrelevantes, não dignas o suficiente para terem suas histórias contadas ou terem sua participação reconhecida na construção das sociedades (Lerner, 2019).

O feminismo, movimento social consolidado no século passado, representa a mobilização política das mulheres em direção à contestação dessa ordem social vigente, que invisibiliza e naturaliza as experiências sociais femininas e a precariedade de suas condições de vida, assim como marca a luta pela conquista de direitos e emancipação humana (Oliveira, 2008; Martins, 2015). Desde a sua deflagração, o feminismo passou por várias transformações (Gonzalez, 2020b).

Em síntese, costuma-se delimitar na história de desenvolvimento do feminismo, três principais momentos ou tendências, também conhecidas como as três grandes ondas do feminismo: a primeira onda relaciona-se com a luta pela conquista do sufrágio universal; a segunda onda relaciona-se com o desenvolvimento de uma teoria feminista, principalmente, a partir das contribuições de Simone de Beauvoir (1908-1986) por meio da publicação de *O segundo sexo*. É nesse período que são incorporadas pautas culturais, e é denunciado o caráter

¹Condição ou estado do grupo subordinado ou que se deseja subordinar, imposto por processos de objetificação, desconsideração do valor e da autonomia do mesmo. Davis (2016) e Scott (2013), argumentam que o estabelecimento das relações de dominação pressupõe uma ordem hierárquica pautada em representações simbólicas e de poder que justifiquem os privilégios e ganhos do grupo opressor sobre e/ou à custa do grupo oprimido.

apolítico da vida privada como consequência do patriarcalismo; a terceira onda, na qual vivenciamos atualmente, foi iniciada por volta dos anos de 1990 e dedica-se, sobretudo, à questão da diversidade entre as mulheres (Martins, 2015).

Na primeira e segunda onda, o sujeito do feminismo era a “mulher”, categoria universalizada, quase sempre pautada na mulher branca, heterossexual e de classe média, e, portanto, não representativa da diversidade de localização e experiências das mulheres, tais como as mulheres negras, indígenas, periféricas, lésbicas, dentre outras. Assim, passou-se a adotar a categoria “mulheres”, no plural, para atender a heterogeneidade dos sujeitos do feminismo (Martins, 2015).

Tal reposicionamento ocorreu, especialmente, em virtude das contribuições de intelectuais, como Patricia Hill Colins, Audre Lorde, Bell Hooks, Angela Davis, Lélia Gonzalez no Brasil, representantes do feminismo negro. O paradigma afrocêntrico colocou em pauta a importância da raça para a análise das formas de submissão e das desigualdades impostas às mulheres negras, inclusive, dentro do próprio movimento feminista (Akotirene, 2020; Gonzalez, 2020b).

Nessa esteira, tem-se o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade, no qual a opressão das mulheres é vivenciada de formas e intensidades distintas a depender das sobreposições ou entrecruzamentos entre os diferentes marcadores sociais, como sexo/gênero, etnia/raça, classe. Embora essa ideia de coalisão entre os eixos de opressão existentes acompanhe há bastante tempo a produção de conhecimento das ativistas e intelectuais negras, o termo interseccionalidade foi cunhado pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw² durante a década de 1980 (Akotirene, 2020; Davis, 2016).

² Apesar das contribuições de Kimberlé Crenshaw estarem situadas no paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, seus escritos pontuam mais as intersecções de gênero e raça, não problematizando esses eixos em termos das relações de classe (Teixeira, 2021) como fez Gonzalez ou faz Angela Davis.

Essa complexificação da opressão das mulheres, a partir do reconhecimento da interseccionalidade dos eixos de poder, também aparece nas contribuições de Helena Hirata, Danièle Kergoat, Silva Federici, Helleieth Saffioti em âmbito nacional, nomes da corrente materialista do pensamento feminista, que evidenciam ou evidenciaram, primordialmente, a inseparabilidade da opressão feminina da exploração de classe, quer dizer, enquanto relação capital-trabalho, e progressivamente foram incluindo ou dando mais espaço nessa compreensão a questão étnica/racial, entre outras (Hirata, 2014; Kergoat, 2010; Saffioti, 1976).

Assim, embora essas autoras argumentem em termos de uma classe trabalhadora sexuada ou gendrada³, denunciando a funcionalidade das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho para a manutenção do sistema de produção vigente, para os interesses mercadológicos ou de acumulação de capital, não significa que elas incorporem uma visão universalista dos lugares e das condições das mulheres trabalhadoras (Hirata, 2014, 2018; Kergoat, 2003, 2010).

Outras características da terceira onda do feminismo, diz respeito à contestação do sexo biológico como um fato, e a problematização acerca do uso do termo identidade de gênero, em razão da tradição essencialista e metafísica implícita nessa noção. A partir de tais reflexões as discussões sobre cisgeneridade e transgeneridade foram incluídas no campo teórico e político do feminismo (Martins, 2015; Zanello, 2018).

No presente, há uma tendência entre as feministas de assumirem o uso e noção de identidade de gênero ou da categoria “mulheres” muito mais no sentido de luta política, de reconhecerem o potencial histórico-discursivo desses termos, e não como uma preexistência ou

³ “gendrada”, “gendramento”, termos gramaticais derivados de “gênero” ou “*gender*” no inglês, e, que, têm sido cada vez mais utilizados pela literatura feminista internacional, para indicar a incorporação ou necessidade da perspectiva feminista sobre a compreensão e investigação das relações sociais, dos modos de vida, da produção das subjetividades, ou seja, na construção do conhecimento, sobretudo o científico (Lopes, 2007; Maruani, 2019; Zanello, 2018). Tal tendência encontra resistência ou questionamentos, como é o caso da socióloga e feminista francesa Anne-Marie Devreux (2005), que advoga pela preferência do uso do termo “sexo” ou “relações sociais de sexo” para se referir as desigualdades entre homens e mulheres.

essência. Assim, preza-se por uma perspectiva inclusiva, que abarque as variadas vivências e aspectos das relações de sexo/gênero ou do feminino (Martins, 2015). Mas, os reposicionamentos, as novas categorias, não fizeram desaparecer os pressupostos anteriores, de modo que, a produção teórico-científica feminista reflete a diversidade de perspectivas e posicionamentos, que, em alguns casos, podem ser bastante concorrentes (Martins, 2015).

O uso da palavra “gênero” nos estudos, por exemplo, pode significar no mínimo três ideias ou sentidos diferentes: (1) refere-se a ideia do masculino/feminino ou masculinidade/feminilidade como compreensão e visão de mundo; (2) sublinha a relação entre performances de gênero – femininas ou masculinas - e as especificidades corporais. É nesse campo que se dá a discussão das questões trans; e (3) aponta a orientação sexual, a qual se baseia em um pressuposto de heterossexualidade compulsória, na qual pessoas consideradas mulheres devem por natureza desejar homens e vice-versa (Zanello, 2018).

Para o presente trabalho, partimos da constatação do binarismo de sexo/gênero das construções sócio-culturais, sob as quais tornar-se pessoa é tornar-se homem ou mulher. Ou seja, inscrever-se nas narrativas, expectativas e lugares das feminilidades ou masculinidades construídas, mediante processos estruturais e dinâmicos, que envolvem aprendizado, alocação e reprodução de comportamentos, papéis, funções, posições, representações sociais, aspectos psicológicos, condizentes com tais construções sociais (Gonzalez, 2020a; Zanello, 2018).

Destarte, nos baseamos nas perspectivas feministas inclusivas e concretas, que reconhecem a complexidade, a processualidade e a materialidade das relações de sexo/gênero. Ou seja, que pontuam e problematizam a inseparabilidade das dinâmicas de sexo/gênero das demais dinâmicas sociais, que perfazem o campo social e seus contrastes. Assim sendo, nomeamos, especificamente, as contribuições do feminismo negro e do feminismo materialista,

sobretudo, expressos nas elaborações de autoras como Lélia Gonzalez, Angela Davis, Helena Hirata, Danièle Kergoat, Silva Federici.

Sexo/gênero e etnia/raça são transversais às relações de classe e de trabalho

O trabalho, suas divisões, seus aspectos são centrais para a compreensão das relações de sexo/gênero e/ou relações de etnia/raça, para o enfrentamento das desigualdades decorrentes e, por consequência, indispensáveis para os estudos feministas ou que se interessem pela condição da mulher (Davis, 2019; Maruani, 2019). Aliás, Kergoat (2010, p.2) ressalta que “não foi tratando a questão do aborto, como usualmente se diz, que o movimento feminista começou”.

Nesse seguimento, Davis (2016) e Maruani (2019) pontuam que foi a partir da experiência do trabalho, do contexto de luta coletiva, que as mulheres se depararam com as clivagens sociais e aprenderam importantes lições para a ação política e, por conseguinte, estruturaram as suas primeiras resistências, reivindicações e discursos próprios.

A partir de interlocuções entre Gonzalez (2020a) e Maruani (2019), e resguardando as nuances dentre o feminismo negro e dentre o feminismo materialista, pode-se dizer, em linhas gerais, que a conferida centralidade do trabalho está pautada na concepção de que o mesmo exprime e (re)produz as construções e hierarquias de sexo/gênero, incluindo as suas variações em decorrência de etnia/raça. A segunda autora reforça:

A análise do lugar das mulheres e dos homens no mercado de trabalho é um fio condutor para entender o estatuto de cada um dos sexos/gêneros na sociedade. O trabalho está no centro das relações de gênero. E, inversamente: as lógicas de gênero são indispensáveis para a compreensão do funcionamento das atividades ligadas ao trabalho (Maruani, 2019, p.13).

As virtudes heurísticas de uma leitura sexuada ou gendrada do mundo do trabalho são muitas. O gênero obriga a descompartimentar as disciplinas, a reformular as hipóteses, a

repensar os paradigmas existentes, a questionar e negar a suposta neutralidade e o androcentrismo das categorias analíticas (Hirata, 2002; Maurani, 2019). A aproximação do feminismo com a academia, possibilitou abordar âmbitos e temas antes não considerados pela ciência ocidental, como o espaço doméstico, as atividades familiares, gravidez, maternidade, trabalho feminino ou feminizado, entre outros (Oliveira, 2008).

Ao incluir a categoria raça ou interseccionar sexo/gênero à raça nessa leitura ou discussão, cuida-se para não (re)cair nas armadilhas que a categoria de sexo/gênero também carrega, caso essa não coloque em suspensão as bifurcações da divisão sexual do trabalho ou sua correspondente em termos de exploração e desumanização racial (Gonzalez, 2020a; Gonzaga, 2022).

O movimento de racialização, gendramento e consideração da classe na Psicologia

O apegamento da Psicologia com a temática de sexo/gênero, etnia/raça, classe e suas interseccionalidades, propõe e requer que tais enfoques ou primas atravessem todas as suas disciplinas e áreas de atuação, desde a clínica às práticas nas comunidades. A ideia é estudar o gênero, a raça e a classe como categorias sociais que influenciam ativamente o dia a dia das pessoas, os processos de subjetivação, as relações intersubjetivas, a prática profissional da(o) psicóloga(o); enquanto estruturas interseccionadas, condicionantes de contextos e situações de violação de direitos para indivíduos ou grupos (Almeida et al., 2013; Gonzaga, 2022; Santos, 2013).

Em relação à nós, psicólogos(as) interessados(as) pelas questões do trabalho, pelas vivências dos(as) trabalhadores(as), que consideramos o trabalho/emprego como alicerce dos processos de subjetivação e construção dos modos de vida (Dejours, 2012; Lhuillier, 2014); a inclusão de sexo/gênero e das demais categorias sociais, bem como suas interseccionalidades, é de fundamental importância e necessário para alcançar uma compreensão e prática mais

condizentes com os problemas que afligem a classe trabalhadora, as sociedades hierarquizadas (Bernardo, Oliveira, Souza, & Souza, 2017). Aliás, coaduna com o nosso compromisso em defesa e conquista do trabalho decente.⁴

É pertinente pontuar que a proposição da centralidade do trabalho para a compreensão e investigação da dimensão sociopsíquica, de acordo com Dejours (2009), requer uma compreensão em quatro domínios: (i) no domínio individual, o trabalho é fulcral para a experiência subjetiva e a saúde mental; (ii) no domínio das relações sociais, o trabalho reflete e é caminho para superar as desigualdades; (iii) no domínio político, é termômetro para avaliar a evolução política de uma sociedade; e (iv) no domínio da teoria do conhecimento, o trabalho possibilita a produção de novos conhecimentos.

Assim, as relações de poder, as questões sociais, que configuram o contexto social mais amplo, como por exemplo, as de sexo/gênero, as de etnia/raça, as de classe nas análises das situações laborais, da relação subjetividade e trabalho, nos parece oportunas e condizentes com os princípios da prática clínica, nesse caso em Psicodinâmica do Trabalho (PDT). Não como adendo ou recorte, mas enquanto ferramentas indispensáveis para a apreensão das vivências ou experiências daquelas e daqueles que trabalham.

Mulheres e homens, sujeitos sociais, de diferentes classes e etnias/raças têm inserções distintas no mercado de trabalho, desempenham, em geral, trabalhos distintos, ocupam lugares sociais também diversos, têm o cotidiano perpassado por temporalidades e situações díspares, assim como processos de adoecimento (Hirata, 2002; Brito et al., 2014).

Alguns esforços ou encaminhamentos nesse sentido, melhor dizendo, partindo da consideração da divisão sexual do trabalho, do racismo, têm permeado o campo de estudos da

⁴ Conceito formalizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999. Sintetiza a ideia e os esforços da organização em prol de um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana para mulheres e homens (Abramo, 2015).

PDT. Abordagem que de início não levou em consideração essas questões no desenvolvimento de suas investigações, teorias e pressupostos. Em relação à dimensão de sexo/gênero, a inclusão deu-se a partir dos apontamentos e questionamentos realizados pelas sociólogas Danièle Kergoat e Helena Hirata. Christopher Dejours, precursor da PDT, durante o seminário *Plaisir et souffrance dans le travail* assumiu que há sofrimentos masculinos e sofrimentos femininos, pois, as cenas de trabalho que os produzem não são as mesmas para os sexos/gêneros (Dorna & Muniz, 2018).

No Brasil, em relação às investigações acerca de sexo/gênero e trabalho sob a perspectiva da atividade ou da relação saúde mental-trabalho, podemos destacar as contribuições da pesquisadora Jussara Brito, da FIOCRUZ. Em síntese, os seus trabalhos têm elencado e demonstrado a importância de adicionarmos ao conceito de atividade à divisão sexual do trabalho e as relações de gênero para uma melhor percepção e formas de intervenção sobre as demandas dos(as) trabalhadores(as). (Brito, 2000; Brito, Rotenberg, Neves & Oliveira; 2012; Brito et al., 2014).

Esse movimento de gendramento, de racialização e de consideração da classe no campo da saúde mental, em destaque relacionada ao trabalho embora existente, ainda é paulatino e permeado por muitos desafios. Um deles diz respeito à necessidade de refletir criticamente ou transformar os referenciais teórico-metodológicos disponíveis na Psicologia, haja vista que a maioria deles foram estruturados sob uma perspectiva masculina-branca-burguesa de sujeito e de mundo (Hirata, 2002; Zanello, 2018; Tavares, Jesus & Santana, 2020).

Um exemplo disso no âmbito do trabalho, é a predominância do padrão de análise das situações laborais basear-se na figura do trabalhador branco operário (Hirata, 2002) ou o preterimento de etnia/raça nas discussões ou análises que considerem as relações de

sexo/gênero, incorrendo assim ainda a apagamentos de ordem hegemônica (Gonzaga, 2022; Nogueira, 2019; Teixeira, 2021).

À vista disso, Bernardo et al. (2017) argumentam existir uma certa dificuldade da Psicologia em voltar-se para as condições específicas das problemáticas sócio-históricas dos países da América Latina. Psicólogas(os) e pesquisadoras(es) como Nuñez (n.d.) e Miranda e Félix-Silva (2022), ressaltam que para o engajamento real da Psicologia com as problemáticas da América-Latina, uma região que, embora seja necessário resguardar a especificidade dos processos histórico-culturais de cada país, tem um enredo em comum: o colonialismo escravocrata, é preciso desconstruir a herança desse enredo no pensamento psicológico.

Países como Brasil, Uruguai, Chile, Bolívia, entre outros, são marcados por uma violenta história de colonização escravista ibérica, compartilham de uma realidade social e econômica compósita pelo sexismo, racismo e classismo. Portanto, suas sociedades são altamente hierarquizadas e possuem modos de (re)produção bastante predatórios, além de dependentes das dinâmicas dos centros capitalistas⁵ (Gonzalez, 2020c; Marini, 2017).

Se para nós, psicólogas(os), a história de vida importa para compreendermos o sofrimento psíquico, por que não estendemos esse cuidado à trajetória psicossocial sobre a qual nosso país e região se construiu? E mais, por que não paramos para pensar sobre os reflexos dessa trajetória naquilo que aprendemos institucionalmente como justo, bom, certo, único, predominante? (Nuñez, n.d.).

⁵ Nesse sentido, cabe salientar o papel histórico dos movimentos ou da rede de movimentos de mulheres da América-Latina em torno da discussão sobre a “Mulher do Terceiro Mundo” (Ballestrin, 2020, p.3) e para a incorporação da dimensão geopolítica na teoria e prática feminista. Dentro ou fora dos espaços hegemônicos do saber ou da política, organizações como as das mulheres negras, das mulheres indígenas, das mulheres camponesas, das mulheres sem-terra, das zapatistas, entre outras, têm cuidado para incluir no debate feminista o racismo, a espoliação e expropriação das terras, das culturas e dos saberes, a exploração sexual e do trabalho como legados históricos opressores da colonização europeia e, por conseguinte, a crítica ao feminismo branco ocidental europeu e/ou estadunidense (Ballestrin, 2020; Gonzalez, 2020; Warren, 2010).

Colonialismo escravocrata e colonialidade do poder: o trabalho doméstico

De acordo com Moura (1983), a plasmação do *ethos* da sociedade brasileira foi estabelecida a partir dos legados dos quase quatrocentos anos de escravismo colonial. Os valores, os arranjos sociais, econômicos e políticos do modelo de produção escravista foram introjetados ou remodelados no modelo de produção industrial/capitalista.

Em síntese, e tomando como base o período de transição entre o regime de trabalho escravo para o regime de trabalho dito livre, os ex-senhores de escravos(as) tornaram-se latifundiários, e a grande massa de ex-escravos(as) negros(as) excluídos(as) do processo de recrutamento de mão-de-obra para o projeto de industrialização do país, tornaram-se uma massa marginal propícia para o desenvolvimento de novas ou rearranjadas funções ou atividades subalternizadas sob as lógicas e dinâmicas de um modelo socioeconômico já condicionado pelo modelo colonial (1983).

Nessa esteira, se encontra a problemática do trabalho doméstico remunerado (TDR), que, indiscutivelmente, pede uma abordagem interdisciplinar e um quadro de análise interseccional entre raça, sexo/gênero e classe (Davis, 2019).

Embora em todo o mundo as questões que atravessam o TDR e respaldam os perfis das trabalhadoras domésticas remuneradas estejam associadas aos problemas estruturais de sexismo, racismo, classismo e xenofobia, suas origens e perenidade na sociedade brasileira caracterizam-se pelo racismo estrutural contra a população negra, em especial, contra as mulheres negras (Davis, 2019; Teixeira, 2021).

A adoção do termo remunerado trata-se de um cuidado para diferenciar do trabalho doméstico também atribuído as mulheres, sejam elas negras, brancas, e outras, que é realizado em seus próprios lares e tido como papel da dona de casa, da mãe e da mulher (Federici, 2019; Teixeira, 2021). Ademais, não necessariamente o termo remete a remuneração monetária, haja

vista que na história de precariedade dessa ocupação no país, a destinação de roupas, alimentação ou mesmo moradia estiveram ou estão, em alguns casos, presentes como formas de retribuição pela atividade desenvolvida (Nogueira, 2019).

No processo de constituição do sistema colonial-escravocrata brasileiro a raça foi instituída e associada as existentes divisões sexuais/de gênero do trabalho eurocentradas, de modo que os lugares e os papéis de homens e mulheres brancas, homens e mulheres negras, assim como homens e mulheres indígenas foram fixados. Outrossim, uma grande quantidade de mulheres negras foi obrigada a desempenhar o trabalho doméstico feminino no interior da Casa Grande, principalmente as atividades consideradas sujas ou desejáveis de serem delegadas pelas mulheres brancas das famílias escravocratas (Bernardino-Costa, 2013; Silva, Loreto, & Bifano, 2017).

Em circunstância de trabalho dito livre, ausência de políticas de amparo e de inserção da população negra liberta ao mercado de trabalho industrial, essa ocupação tornou-se o principal meio de sobrevivência das mulheres negras (Teixeira, 2021). Conjuntura que permanece nos dias de hoje. A recorrência do TDR nas vidas das mulheres negras é fruto da exclusão, coisificação e tentativas de posse de que são alvo, processos advindos ou originados na escravidão dos tempos coloniais (Nogueira, 2019).

A divisão racial e sexual do trabalho doméstico remunerado na contemporaneidade elucida a colonialidade do poder em tempos ditos modernos (Bernardino-Costa, 2013). Não é raro sabermos de casos em que mulheres trabalhadoras domésticas viviam em condições de cárcere e escravidão doméstica em pleno século XXI (Teixeira, 2021). Ademais, geralmente o quadro laboral dessa ocupação é de baixos salários, longas jornadas, graves acidentes de trabalho, alta frequência de assédio moral e sexual, racismo, nada ou pouca proteção social e descumprimento dos direitos trabalhistas (Marques & Costa, 2013).

Por essa e outras razões supracitadas, o TDR segue sendo um dos principais interesses dos movimentos internacionais de proteção aos Direitos Humanos, como por exemplo, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que viabiliza campanhas e acordos em prol de condições decentes de trabalho para a categoria (Brites, 2013).

Trabalhadoras domésticas remuneradas e a diarização do TDR

Atualmente no Brasil, as trabalhadoras domésticas remuneradas se dividem em mensalistas, sendo que estas podem estar formalizadas ou não, e diaristas. No interior dos domicílios, elas realizam, primordialmente, as atividades ligadas a limpeza, arrumação, preparação de refeições, lavagem e secagem de roupas, cuidados gerais com os membros da família empregadora ou contratante, sendo que a maioria são pobres e negras (Silva, Loreto, & Bifano, 2017).

Em 2015 as trabalhadoras domésticas mensalistas conseguiram a igualdade de direitos trabalhistas em relação aos direitos das demais categorias de trabalhadores(as) urbanos e rurais, através da Lei Complementar nº150 (Silva, Loreto, & Bifano, 2017). Tal conquista, embora muito importante e fruto do protagonismo histórico das trabalhadoras domésticas, não abarca a variabilidade de relações contratuais que atravessam o TDR em contexto brasileiro, como é o caso das trabalhadoras domésticas diaristas, aquelas que realizam o TDR sob o regime de diárias e, por conseguinte, não caracteriza vínculo empregatício (Teixeira, 2021).

Essa situação é especialmente problemática porque a contratação de diaristas no país é uma prática cada vez mais adotada pelas famílias brasileiras, sobretudo nos grandes centros urbanos (Monticelli & Tamanini, 2013). O movimento de diarização do TDR em contexto nacional provoca amplos questionamentos acerca das lacunas e do alcance da legislação e, ao mesmo tempo, expõe a continuidade ou reformulação das tradicionais formas de

desenvolvimento dessa atividade e sua relação com os abismos sociais existentes (Costa, 2017; Monticelli & Tamanini, 2013).

Com a pandemia do novo coronavírus e seus desdobramentos esse cenário de diarização do TDR preocupa bastante, inclusive pode ser acentuado. No 4º trimestre (out-nov-dez) de 2021, por exemplo, houve um aumento no número de trabalhadores domésticos na informalidade. Foram registradas 824 mil vagas a mais, uma variação de 23,7% em relação ao mesmo trimestre de 2020 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022).

Em contexto pandêmico ou de recessão econômica, as diaristas estão em uma posição ou situação ainda mais agravante frente as repercussões desses cenários sobre a categoria das domésticas. Durante a pandemia e seu desenvolvimento o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020) relatou que, para aquelas que continuaram em seus respectivos trabalhos, estiveram suscetíveis aos riscos de contaminação, as jornadas de trabalho extenuantes, a práticas abusivas e discriminatórias.

Ressaltamos que para as mulheres trabalhadoras domésticas diaristas por não contarem com a proteção social trabalhista, a perda das diárias significa imediatamente o comprometimento da subsistência, e a instabilidade as deixa mais facilmente sujeitas às violências de todo tipo no exercício de seu trabalho. Assim, considerando as nuances ou fases da pandemia de Covid-19 no Brasil, tem-se que essa é uma atividade que esteve e permanece fortemente comprometida pelos impactos ou desdobros desse cenário.

Diante do que foi apresentado anteriormente e tendo em conta que: (I) as opressões de sexo/gênero e etnia/raça são transversais ao campo social, conferindo às relações de classe particularidades em termos de sexo/gênero e/ou etnia/raça; (II) a divisão sexual e racial do trabalho produz heterogeneidade de localização e de experiências para ou entre as mulheres trabalhadoras, haja vista o caso do TDR, que nos permite abordar a racialização do trabalho

vinculado ao sexo/gênero feminino; (II) além da necessidade de colaborarmos com o movimento de gendramento e racialização com classe dos fenômenos de interesse da Psicologia, temos os seguintes questionamentos:

Em relação às mulheres diaristas, como as diferenciações de sexo/gênero, raça e classe respaldam ou se manifestam na organização e nas situações de trabalho delas? De que forma tais construções interpelam as percepções, o sentir e as condutas dessas trabalhadoras diante de suas questões laborais? Quais são as inflexões ou resistências realizadas por elas frente às suas circunstâncias? Será que existem processos de adoecimento entre as vivências dessas mulheres trabalhadoras?

Assim, **a tese defendida** neste estudo é de que as relações de sexo/gênero e seus correspondentes em termos de etnia/raça e classe subsidiam e interferem na atividade de trabalho das diaristas, bem como em suas subjetividades. Desta maneira, sexo/gênero, etnia/raça e classe são consideradas categorias analíticas interseccionadas e indispensáveis para aproxima-se de uma apreensão e compreensão integral da condição de mulher trabalhadora doméstica diarista e de sua relação com as vivências subjetivas e a qualidade da saúde no/pelo trabalho.

Nesse sentido, a presente tese teve como objetivo analisar a relação subjetividade-trabalho de mulheres trabalhadoras domésticas diaristas com dimensão de sexo/gênero, raça e classe. Para atender ao objetivo geral e aos questionamentos supracitados, esta tese está organizada em cinco capítulos (**todos em formato de artigos**).

O primeiro capítulo, artigo teórico, intitulado “**Trabalhadora não é o feminino de trabalhador**”: **Opressão da(s) Mulher(es) na Sociedade de Classe**, apresenta um resgate da literatura, que fundamenta e discute a premissa presente em seu título, ou seja, de que as opressões do feminino estão entranhadas ao modo de (re)produção material vigente. Nesse

capítulo também são explanados ou desenvolvidos, de forma mais detalhada, os conceitos ou as noções que foram responsáveis por fomentar os questionamentos aqui elaborados e por embasar a pesquisa empírica ao longo da tese, como por exemplo: divisão sexual e racial do trabalho, trabalho feminizado ou trabalho feminizado e racializado, reprodução social e reprodução geracional, trabalho remunerado e trabalho não remunerado, e outros. Ademais, relaciona-se tais conceitos e noções à Psicologia, sobretudo, as práticas psicológicas que focalizam a realidade vivida pelos(as) trabalhadores(as), levando em consideração as implicações dessas discussões e as demandas geradas por elas nos ou para os estudos e intervenções. Esse artigo terá sua formatação adequada para ser submetido à Revista Ciências do Trabalho (*S/Qualis Interdisciplinar*).

O segundo capítulo, intitulado **Reestruturação Produtiva, Estado e Covid-19: a situação da(s) mulher(es)**, é um artigo de natureza teórica e reúne informações, resultados de pesquisas e estatísticas, nacionais e internacionais, sobre as circunstâncias de trabalho e de vida das mulheres trabalhadoras na contemporaneidade. O levantamento ocorreu mediante pesquisa documental. Foram acessados trinta e um documentos (relatórios, boletins, artigos científicos e livros) provenientes de sites de organizações governamentais e não governamentais, bases de dados, como SciELO, e do acervo pessoal. Nesse capítulo é dado destaque ao estado da divisão sexual e racial do trabalho sob a acumulação flexível de capital e às mudanças em termos de governabilidade ou políticas de Estado, assim como são elencados artefatos de disputa pelas subjetividades, fenômenos também constituintes da atual fase da sociedade capitalista patriarcal racista e, que, afetam diferentemente ou diretamente a classe trabalhadora feminina. Também se discute o liame entre a divisão sexual e racial do trabalho em contexto de reestruturação produtiva ou de neoliberalismo e as proporções ou repercussões, inclusive as possíveis, da pandemia de covid-19 sobre os trabalhos femininos ou sobre as condições laborais das mulheres. O panorama construído ou organizado nessa seção corrobora, agrega elementos e dá

continuidade às discussões teóricas realizadas no capítulo anterior. Além disso, fornece notas importantíssimas em relação aos aspectos gerais da macropolítica, dos padrões ou reformulações das desigualdades que atravessam as mulheres no mundo do trabalho e de alguns desafios da luta feminista na atualidade. Considerações pertinentes para qualquer investigação da atividade econômica de mulheres a nível nacional, regional, local ou circunstancial. Esse artigo foi submetido à Revista *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (*Qualis B2 Psicologia*).

O terceiro capítulo, tem como título: **Revisão Sistemática e Metanálise Qualitativa sobre Trabalho Doméstico Remunerado e Gênero**. Esse artigo foi aprovado para publicação na Revista *Psicologia em Estudo* (*Qualis A1 em Psicologia*). Trata-se de uma metanálise qualitativa a qual está baseada em uma revisão sistemática da produção científica brasileira sobre a relação trabalho doméstico remunerado e gênero. A realização desse estudo estreita as discussões teóricas na direção do TDR ou das mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas, tendo como base a realidade nacional, assim como confere robustez a pertinência deste trabalho de tese. Para a revisão sistemática foram acessadas cinco bases de dados nacionais, utilizando-se do seguinte recorte de tempo: 2000-2020. Após as etapas de aplicação dos critérios de inclusão, exclusão dos replicados e avaliação dos(as) juízes, as produções selecionadas foram submetidas à análise cientométrica e análise textual. A investigação efetivada permitiu, por um lado, conhecer as características da produção científica brasileira acerca da relação TDR e gênero, por outro, compreender e argumentar acerca da relevância das dimensões de sexo/gênero, etnia/raça e de classe na organização sócio-ocupacional do TDR e nas peculiaridades do cotidiano laboral das trabalhadoras domésticas, assim como identificar convergências ou divergências entre as produções e direcionamentos ou encaminhamentos de novas pesquisas.

O quarto capítulo, artigo empírico, intitulado **Raça, Gênero, Classe: cotidiano e mobilização subjetiva de mulheres diaristas**, teve como objetivo compreender as repercussões de sexo/gênero, raça e classe no cotidiano laboral e na mobilização subjetiva de mulheres diaristas. Esse estudo teve um cunho qualitativo, no qual foram realizadas dez entrevistas individuais e teve como estratégia metodológica de análise a abordagem hermenêutica-dialética. Mediante tal investigação são elencadas diversas situações do cotidiano laboral ou que configuram a atividade de trabalho das mulheres diaristas engendradas nas insígnias, relações e condições materiais decorrentes das diferenciações/hierarquizações de raça, sexo/gênero e classe, bem como suas implicações sobre as condutas das trabalhadoras ou entre elas frente aos acontecimentos do dia a dia ou as circunstâncias laborais. Também é dada atenção aos movimentos coletivos e individuais, que inscrevem ou favorecem resistência e ressignificação ao longo da trajetória de trabalho/vida das trabalhadoras. Esse artigo foi submetido à Revista Subjetividades (*Qualis A3 em Psicologia*).

O quinto capítulo, também é um artigo empírico e tem como título: **Trabalho e Saúde Mental de Mulheres Trabalhadoras Domésticas Diaristas em Contexto Pandêmico**. Esse artigo foi aprovado para publicação na Revista Psicologia: Ciência e Profissão (*Qualis A2 Psicologia*). A investigação empreendida teve como recorte de espaço-tempo a pandemia de covid-19. O objetivo foi analisar os impactos do contexto pandêmico sobre a atividade laboral e a saúde mental de mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, levando em consideração a interseccionalidade entre sexo/gênero, raça e classe no trabalho. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, no qual foram realizadas dez entrevistas individuais e teve como estratégia metodológica de análise a abordagem hermenêutica-dialética. As análises realizadas permitem evidenciar o papel das desigualdades de sexo/gênero, raça e classe no agravamento ou intensificação das condições de trabalho/vida das diaristas e as consequências negativas para a saúde mental dessas trabalhadoras. Em síntese, as vivências pandêmicas das mulheres diaristas

são assinaladas por extremas dificuldades de subsistência, novos dilemas ou riscos e atualização das microopressões nas relações laborais.

Tomados em conjunto, os artigos ou capítulos retratam como as relações de sexo/gênero, raça e classe, consideradas interseccionadas ou consubstanciais, perfazem em diferentes níveis e aspectos a condição de mulher trabalhadora doméstica diarista e o valor heurístico disso para a inteligibilidade das experiências da(s) trabalhadora(as).

Por fim são apresentadas as considerações finais e os apêndices produzidos ao longo das investigações apresentadas.

Referências

- Almeida, A., Andrade, D. S.V., & Santos, H. M. (2013). Gênero e Direitos Humanos: por uma Psicologia para Todos e Todas. In Andrade, D. S. V. & Santos, H. M. (Orgs.), *Gênero na Psicologia: articulações e discussões* (pp.35-57). Salvador: CRP-03. Recuperado de http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/genero_na_psicologia.pdf
- Abramo, L. (2015). *Uma década de trabalho decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho- OIT. Recuperado de https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_467352.pdf
- Akotirene, C. (2020). *Interseccionalidade*. (Feminismos Plurais/Coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Editora Jandaíra.
- Ballestrin, L. (2020). Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas*, 28(3), 1-14. doi: [10.1590/1806-9584-2020v28n375304](https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304)

- Bernardino-Costa, J. (2013). Colonialidade e Interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI. In T. D. Silva & F. L. Goes (Orgs.), *Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes* (p.45-58). Brasília, Ipea. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19034
- Bernardo, M. H., Oliveira, F. D., Souza, H. A. D., & Sousa, C. C. D. (2017). Linhas paralelas: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 34(1), 15-24. doi: [10.1590/1982-02752017000100003](https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100003)
- Brito, J. (2000). Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cad. Saúde Pública*, 16(1), p.195-204. doi:10.1590/S0102-311X2000000100020
- Brito, J. C., Neves, M. Y., Oliveira, S. S., & Rotenberg, L. (2012). Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 37(126), 316-329. doi:[10.1590/S0303-76572012000200013](https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000200013)
- Brites, J. G. (2013). Trabalho Doméstico: questões, leituras e políticas. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), p. 422-451. doi:[10.1590/S0100-15742013000200004](https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200004)
- Brito, J. C., Bercot, R., Horellou-Lafarge, C., Neves, M. Y., Oliveira, S., & Rotenberg, L. (2014). Saúde, gênero e reconhecimento no trabalho das professoras: convergências e diferenças no Brasil e na França. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 24(2), 589-605. doi:[10.1590/S0103-73312014000200014](https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000200014)
- Costa, F.S. M. (2017). *A diarização do trabalho doméstico no Brasil e os dilemas atuais da (des) proteção social* (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia,

- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente). Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152107>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Davis, A. (2019). Mulheres, raças, classes: desafios para o século XXI. In M. Maruani (Org.), *Trabalho, logo existo* (pp.17-27). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Dejours, C. (2009). Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho. *Revista Cult*, 139(12), 49-53. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/288609814_Entre_o_desespero_e_a_esperanca_Como_reencantar_o_trabalho
- Devreux, A. M. (2005). A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e Estado*, 20(3), 561-584. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269922005000300004&script=sci_abstract&tlng=pt.doi.org/10.1590/S0102-69922005000300004
- Dejours, C. (2012). *Trabalho e emancipação*. (F. Soudant, trad.). Brasília: Paralelo 15.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2020). Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico em tempos de coronavírus. *Estudos e Pesquisa*, 96,1-30. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.pdf>
- Dorna, L. B. H., & Muniz, H. P. (2018). Relações Sociais de Sexo e Psicodinâmica do Trabalho: a sexuação das defesas no trabalho de *care*. *Revista de Psicologia*, 30(2), 154-160. doi:10.22409/1984-0292/v30i2/5870

- Gonçalves, M. G. (2010). *Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas*. (Coleção construindo o compromisso social da Psicologia). São Paulo: Cortez.
- Gonzalez, L. (2020a). Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um Feminismo Afro Latino Americano - Lélia Gonzalez. Ensaios, intervenções e diálogos* (pp.20-38). Rio de Janeiro: Zahar.
- Gonzalez, L. (2020b). Por um feminismo Afro-latino-americano. In F. Rios, & M. Lima (Orgs), *Por um feminismo Afro-latino-americano. Ensaios, intervenções e diálogos* (pp.126-136). Rio de Janeiro: Editora Schwarcz.
- Gonzaga, P. R. B. (2022). Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia Brasileira na Luta Antirracista: Volume 1* (pp.155-181). Brasília: CFP.
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. (W.C. Brant, trad.). São Paulo, SP: Boitempo Editorial.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 26(1), 61-73.
- Hirata, H. (2018). Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe. *Revista Trabalho Necessário*, 16 (29), 14-27. doi:[10.22409/tn.16i29.p4552](https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) – 4 ° Trimestre de 2021*. Recuperado de <https://ibge.gov.br/>

- Kergoat, D. (2003). *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*, 55-63. Recuperado de <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf#page=55>
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, p.93-103. doi: [10.1590/S0101-33002010000100005](https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005)
- Lerner, G. (2019). *A Criação do Patriarcado: a História da Opressão das Mulheres pelos Homens*. São Paulo: Cultrix.
- Lopes, M. M. (2007). Gênero e história das ciências: iniciando uma reflexão no Brasil. In H. Hirata & L. Segnini (Orgs.), *Organização, trabalho e gênero* (pp.341-354). São Paulo: Editora Senac.
- Lhuillier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, 17(1), 5-19.
- Marques, L. A., & Costa, P. L. (2013). Questões para pensar o trabalho doméstico no Brasil. In T. D. Silva & F. L. Goes (Orgs.), *Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes* (p.31-43). Brasília, Ipea. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19034
- Martins, A. P. A. (2015). O Sujeito " nas ondas" do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. *Revista Café com Sociologia*, 4(1), 231-245.
- Marini, R.M. (2017). Dialética da dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 9(3), 325-356. doi: [10.9771/gmed.v9i3.24648](https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648)

- Maruani, M. (2019). Introdução. Adeus ao trabalho, e aí? In Maruani, M (Org), *Trabalho, logo existo*. (pp.9-15). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Miranda, D. W. & Félix-Silva, A. V. (2022). As Subjetividades Periféricas e os Impasses para a Descolonização da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42,1-12. doi:[10.1590/1982-3703003264143](https://doi.org/10.1590/1982-3703003264143)
- Monticelli, T. A., & Tamanini, M. (2013). O trabalho das diaristas: novas considerações no trabalho doméstico. O trabalho das diaristas: novas considerações no trabalho doméstico. *Revista Eletrônica*, 2(17) 68-81. Recuperado de https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/96999/2013_monticelli_thays_trabalho_diaristas.pdf?sequence=1
- Molinier, P. (2004). Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo: um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. *Production*, 14(3), 14-26. doi: [10.1590/S0103-65132004000300003](https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300003)
- Moura, C. (1983). Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. *Revista Afro-Ásia*, 14, 124-137. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>
- Neves, M. A. (2013). Anotações sobre Trabalho e Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 404-421. doi: [10.1590/S0100-15742013000200003](https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200003)
- Nogueira, T. P. C. C. R. (2019). *A cor das empregadas: desigualdade de gênero, raça e classe no cotidiano do trabalho doméstico remunerado no Rio de Janeiro* (Dissertação mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5654>

- Nuñez, G. (n.d.). *Descolonização do pensamento psicológico*. Recuperado de https://crpsc.org.br/public/images/boletins/crp-sc_plural-agosto%20Geni.pdf
- Oliveira, E. M. (2008). O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. *Estudos Feministas*, 16(1), 229-288. doi: [10.1590/S0104-026X2008000100021](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100021)
- Saffioti, H. (1976). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. (2 ed.). Petrópolis: Vozes.
- Santos, H. M. (2013). A importância de Discutir Gênero na Psicologia. In Andrade, D. S. V. & Santos, H. M. (Orgs.), *Gênero na Psicologia: articulações e discussões* (pp.19-33). Salvador: CRP-03. Recuperado de http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/genero_na_psicologia.pdf
- Scott, J. C. (2013). *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. (P. Serras Pereira, Trad.). Lisboa: Letra Livre.
- Silva, D. F., Loreto, M. G. S., & Bifano, A. C. S. (2017). Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. *Cadernos de Direito*, 17(32), 409-428. doi: [10.15600/2238-1228/cd.v17n32p409-438](https://doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v17n32p409-438)
- Tavares, J. S. C., Filho, C. A. A. de Jesus., & Santana, E. F. (2020). *Por uma Política de Saúde Mental da População Negra no SUS*. Revista da ABNP, 12,138-151. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1118>
- Teixeira, J. (2021). *Trabalho doméstico*. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Jandaíra.
- Warren-Scherer, I. (2010). Movimentos Sociais e Pós-Colonialismo na América-Latina. *Ciências Sociais Unisinos*, 46(1),18-27. doi: [10.4013/167](https://doi.org/10.4013/167)

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*.

Curitiba: Appris.

CAPÍTULO I

ARTIGO 1 – “Trabalhadora não é o Feminino de Trabalhador”: Opressão da(s)

Mulher(es) na Sociedade de Classe

Resumo

O presente artigo teve como objetivo desenvolver a premissa de que as opressões do feminino também têm pontos de vista de classe, pois estão entranhadas ou fazem parte do metabolismo das sociedades capitalistas, portanto, deve-se analisar conjuntamente exploração, dominação e emancipação das mulheres. Além das implicações disso para o campo de conhecimento e atuação da Psicologia. Para tanto, fez discussões organizadas em três tópicos interconectados. O primeiro tópico apresenta as principais linhas de raciocínio acerca da ideia, assim como, evidencia os consensos e contornos existentes entre elas. No segundo tópico, foi explorada a divisão sexual e racial do trabalho enquanto condição e problemática da interseccionalidade entre as relações sociais de sexo/gênero, etnia/raça e classe. Por fim, o último tópico elucidou ou realiza uma costura entre a perspectiva defendida e o campo científico e prático da Psicologia, sobretudo, em termos de valorização da leitura sexuada/gendrada e/ou racializada com classe dos fenômenos pertinentes para as práticas psicológicas, que focalizam a realidade vivenciada pelas(os) trabalhadoras(es).

Palavras-chave: divisão do trabalho, classe, gênero, raça, psicologia.

Abstract

This article aimed to develop the premise that female oppression also has class points of view, as it is ingrained or part of the metabolism of capitalist societies, therefore, exploitation, domination and emancipation of women must be analyzed together. In addition to the implications of this for the field of knowledge and performance of Psychology. To this end, discussions were organized into three interconnected topics. The first topic presents the main lines of reasoning about the idea, as well as highlighting the consensus and contours that exist between them. In the second topic, the sexual and racial division of labor was explored as a condition and problematic of the intersectionality between social relations of sex/gender, ethnicity/race and class. Finally, the last topic elucidates or creates a seam between the defended perspective and the scientific and practical field of Psychology, above all, in terms of valuing

the gendered/gendered and/or racialized class reading of phenomena pertinent to psychological practices, which focus on the reality experienced by workers.

Keywords: division of work, class, gender, race, psychology.

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo desarrollar la premisa de que la opresión femenina también tiene puntos de vista de clase, ya que está arraigada o es parte del metabolismo de las sociedades capitalistas, por lo tanto, la explotación, la dominación y la emancipación de las mujeres deben ser analizadas en conjunto. Además de las implicaciones que esto tiene para el campo de conocimiento y desempeño de la Psicología. Para ello, los debates se organizaron en tres temas interconectados. El primer tema presenta las principales líneas de razonamiento sobre la idea, además de resaltar los consensos y contornos que existen entre ellas. En el segundo tema, se exploró la división sexual y racial del trabajo como condición y problemática de la interseccionalidad entre relaciones sociales de sexo/género, etnia/raza y clase. Finalmente, el último tema dilucida o crea una costura entre la perspectiva defendida y el campo científico y práctico de la Psicología, sobre todo, en términos de valorar la lectura de clase generizada/genérica y/o racializada de fenómenos pertinentes a las prácticas psicológicas, que se centran en la realidad que viven los trabajadores.

Palabras clave: división del trabajo, clase, género, raza, psicología.

Introdução

Se as mulheres sempre trabalharam e os trabalhos desenvolvidos pelas mesmas foram decisivos para a estruturação de várias organizações sociais ao longo da história da humanidade, como demonstram estudiosas do trabalho feminino (Hirata, 2018), a exemplo da Gerda Lerner (2019) e Eleanor Burke (2019), também é verdade que elas compuseram ou encabeçaram atos, práticas e protestos insurgentes, que denunciaram e desafiaram, em determinados momentos históricos, as lógicas de poder estabelecidas e as iniquidades decorrentes (Arruza, Bhattacharya & Fraser, 2019; Melo, 2021).

Davis (2016) faz referência ao modo combativo das mulheres negras escravizadas em território estadunidense, que entravam em conflito direto com seus algozes no dia a dia de trabalho escravo contra as tentativas de estupro, seja na Casa Grande ou nas plantações, e participavam de rebeliões para proteger a si mesmas, seus filhos(as) ou lutar contra a desumana instituição da escravidão.

Em Melo (2021), há um extenso aglomerado de informações sobre o protagonismo das mulheres nas diversas greves que eclodiram no início do século XX sob o pós revolução industrial. Uma das mais conhecidas é a Greve Pão e Rosas na cidade de Lawrence, Massachussets de 1912. Durante a greve as mulheres trabalhadoras, a maioria da indústria têxtil, denunciaram as suas péssimas condições de trabalho ao mesmo tempo que, clamavam por dignidade e reconhecimento. Aliás, Davis (2016) pontua que em decorrência do fiar e do tecer serem ocupações, atividades domésticas tradicionalmente femininas, as mulheres foram as primeiras a serem recrutadas pelos donos das fábricas para operar os novos teares a vapor.

Assim, queremos ressaltar que o patriarcado, as construções de sexo/gênero têm acompanhado e integrado diferentes regimes de trabalho, modelos de sociedade. A respeito disso, Kergoat (2003, 2010) enfatiza que as relações de poder entre homens e mulheres devem compor a análise da totalidade das relações de poder, ou seja, da totalidade das práticas sociais existentes.

Dessa maneira, Utsch (2016) argumenta que a radicalidade da luta coletiva das mulheres, do feminismo do século XXI está em uma compreensão sistêmica, concreta e pautada na busca por transformação social como saída às imposições hegemônicas. O feminismo não é um movimento independente de problemáticas como racismo e a exploração econômica vigente ou vice-versa (Arruza, Bhattacharya & Fraser, 2019; Federici, 2019).

Por conseguinte, e reconhecendo a transversalidade da dimensão de sexo/gênero, o seu aspecto estrutural e sua interseccionalidade com outras opressões, Hirata (2002) e Maruani (2019) sinalizam que esse prisma é essencial ou deve fazer parte da atuação dos(as) sociólogos(as), historiadores(as), economistas, demógrafos(as), juristas, cientistas políticos, psicólogos(as), filósofos(as), entre outros(as). Aqueles e aquelas que estão interessados(as) ou são necessários(as) para a interpretação, análise das questões que atravessam o campo social.

Em vista disso, este artigo tem como objetivo desenvolver a premissa de que as opressões do feminino também têm pontos de vista de classe, pois estão entranhadas ou fazem parte do metabolismo das sociedades capitalistas, e, portanto, deve-se analisar conjuntamente exploração, dominação e emancipação das mulheres. Além das implicações disso para o campo de conhecimento e atuação da Psicologia.

Para tanto, o texto está dividido em três eixos de discussão: (1.1) Opressão-exploração das mulheres: origens, contornos e consensos da noção; (1.2) Divisão sexual e racial do trabalho: condição e problemática das relações sociais de sexo/gênero, raça e classe; e (1.3) Labores femininos, subjetividades e saúde: uma demanda para a Psicologia.

Opressão-exploração das mulheres: origens, contornos e consensos da noção

Para que uma realidade se torne natural, unívoca e amplamente aceitável é primordial que seus antecedentes, processos de constituição ou alternativas sejam apagados, ocultados, silenciados, assim pode-se impedir ou dificultar comparações e críticas ao *status quo*. Em relação à suposta milenar subordinação ou inferiorização das mulheres nas sociedades, Lerner (2019) faz o seguinte apontamento: há uma questão mais importante do que a confirmação ou refutação da proposição de universalidade da submissão feminina, é mais significativo procurar saber como, quando e por que a inferiorização das mulheres passou a existir ou permanece.

É evidente que para traçar o caminho questionador de Lerner é necessário um exaustivo estudo histórico e competência técnica para isso, o que não é nosso objetivo ou nosso caso, além de Lerner ter feito colaborações nesse sentido. Contudo, nos parece pertinente a sua deixa, para apresentar ou desenvolver a proposição que embasa o título deste artigo, ou seja, a de que a dominação e opressão das mulheres não são estranhas aos princípios organizativos das relações de produção vigentes.

Bhattacharya (2018) partindo da crítica da economia de Karl Marx, na qual há o convite para visualizar o econômico como uma relação social, quer dizer, considerando-o não como fenômeno externo ou incidental à estrutura social, mas em sua totalidade complexa, não aparente e de natureza retroativa. A autora enfatiza o papel das opressões sofridas pelas mulheres, criadas ou recriadas, nas tendências do circuito de abastecimento das condições de continuidade da economia capitalista, como produção de mercadorias, da mais-valia e também a salvaguarda da força de trabalho, essa última entendida por ela, como uma das principais contribuições da perspectiva feminista ao conteúdo da crítica de Marx.

Segundo Bhattacharya (2018) a substituição geracional da classe trabalhadora e a reprodução do(a) trabalhador(a), através da alimentação, abrigo e cuidados psíquicos e físicos são funções suportadas pelas mulheres, seja por meio de trabalho não pago ou mal pago no caso de mulheres racializadas e/ou imigrantes. Nas duas situações permeados por precariedades, subordinação que caracteriza a opressão-exploração das mulheres no sistema.

Nesse sentido, Hirata (2002) e Kergoat (2003), enfatizam que a repartição das especializações e dos lugares ocupados por homens e mulheres nas sociedades capitalistas obedece a uma separação horizontal, sob a qual há trabalhos, atribuições ou espaços ditos de homens e ditos de mulheres, e uma hierarquização vertical, na qual os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres ou os espaços destinados à elas são economicamente ou socialmente

desvalorizados, nesse ínterim contempla-se a grande massa de trabalho não pago atribuída à elas, ou seja, o trabalho doméstico não remunerado. Desse modo, Kergoat (2003) ressalta: Não é só em casa que se é oprimida, nem só na fábrica que se é explorada.

A socióloga justamente se refere a transversalidade da dimensão de gênero na divisão social do trabalho sob os moldes do capitalismo. Em sua perspectiva a classe social das mulheres é construída em referência aos papéis e funções sexuais, as imagens de gênero, as relações de poder e saber estabelecidas a partir das práticas sociais (Kergoat, 2003).

Davis (2016) e Gonzalez (2020b) chamam atenção para a dimensão de raça ou o papel do racismo nessa conjuntura. Conforme as autoras, a situação das mulheres negras ou pertencentes a minorias étnicas na produção e reprodução social, denota uma convergência entre raça e gênero na constituição de condições de trabalho e de vida ainda mais precarizadas. Sobre a realidade brasileira, Gonzalez (2020b), por exemplo, pontua que gênero e a etnicidade são manipulados, de maneira que, os baixos níveis de participação na força de trabalho e as atividades econômicas extremamente invisibilizadas e inseguras pertencem às mulheres negras.

Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019), põem em pauta o sexismo, o machismo, o racismo, a xenofobia, ou seja, as diferenciações/hierarquizações produtoras de desigualdades de gênero como estando estranhadas nas sociedades capitalistas, como sendo essenciais ao seu funcionamento, de forma que, o enfrentamento dessas problemáticas requer ou engloba uma postura e luta feminista anticapitalista.

O conjunto de reflexões e práticas feministas que partem dessa ideia de um capitalismo patriarcal ou que busca compreender as questões femininas na totalidade histórica das relações de poder existentes, assim analisa conjuntamente exploração, dominação e emancipação das mulheres, se convencionou chamar de “feminismo materialista” (Hirata, 2018, p.14).

Para essa corrente do feminismo, o trabalho é central em sua materialidade e enquanto prática social. Segundo Maruani (2019), há duas ideias diferentes, porém indissociáveis no interior do feminismo materialista. Uma diz respeito à defesa da pertinência duradoura da dimensão de gênero para a análise do mundo do trabalho e a outra, refere-se à centralidade do trabalho nos estudos de gênero. O trabalho, emprego, o desemprego são interrogações chaves para quem se debruça sobre as disparidades sociais, sejam as de gênero, raça, nacionalidade, entre outras.

Isso não significa conceber que a subjugação, a inferiorização das mulheres teve origem com o capitalismo, mas que essa e outras determinações, opressões, como as de raça, configuradas no decurso histórico e com suas propriedades específicas se entrelaçam aos aspectos econômicos, à forma de reprodução material vigente, em um movimento de reprodução e coprodução mutuamente (Hirata, 2002; Arruza, Battacharya & Fraser, 2019).

De acordo com Kergoat (2010) na formação social preponderante, as relações de sexo/gênero, raça e classe formam um nó, que não pode ser desatado a nível de prática social. Sob a sociabilidade do capital, as opressões de gênero e de raça foram reorganizadas, há modelos notadamente próprios de sexismo e racismo, sustentados pelas novas estruturas institucionais (Arruza, Battacharya & Frazer, 2019).

Porém, dentre o feminismo materialista, há algumas vertentes ou interpretações, que embasadas em pontuais lineamentos feitos por Marx, Engels ou Lukács sobre a condição feminina no decorrer dos processos históricos da humanidade, apontam o rebaixamento da mulher na história em concomitância ao advento da propriedade privada, a transição da família

sindiásmica⁶ para a monogâmica⁷ e o escravagismo, processos sociais que qualificam o apogeu da civilização ocidental e são entendidos como estágios precedentes do capitalismo (Fortes, 2018). Em Davis (2016, p.227), por exemplo, encontramos tal interpretação:

A desigualdade sexual, como a conhecemos hoje, não existia antes do advento da propriedade privada [...] nas sociedades em que os homens eram responsáveis por caçar animais selvagens e as mulheres, por colher legumes e frutas, os dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade. Uma vez que, durante esses períodos, a comunidade era basicamente uma família estendida, o papel central das mulheres nas questões domésticas significava que elas eram adequadamente valorizadas e respeitadas como membros produtivos da comunidade.

Em Gonzaga (2022), nós encontramos referência ao protagonismo político, militar e religioso das mulheres negras no continente africano, antes de serem submetidas aos horrores do sequestro para fins de escravidão. Assim, o lugar de sujeição às mulheres, o gênero como premissa hierarquizante é tido como componente da perspectiva e do modo de organização social brancocentrada ou ocidental.

De acordo com tais vertentes ou interpretações existiu comunidades, modelos de sociedades alternativos, culturas pré-capitalistas, na quais as mulheres tinham *status* relativamente alto e a divisão sexual do trabalho era complementar e não hierárquica (Davis, 2016; Fortes, 2018; Lerner, 2019).

Ante a tais pontos ou discussões, nós nos atemos ao que diz respeito a como nas sociedades capitalistas a exclusão das mulheres, a desigual divisão social do trabalho está

⁶ A coabitação não exclusiva entre homem e mulher, o divórcio ou separação depende do livre arbítrio de ambos e os membros da família não estão restritos ao par conjugal, além disso não serve de apoio para nenhum sistema de parentesco. Em caso de morte de um dos membros, os bens eram destinados aos gens ao qual pertencia, tendo como referência a linhagem materna (Fortes, 2018).

⁷ A coabitação exclusiva entre homem e mulher, com base no par conjugal se ergue um sistema independente de consanguinidade, caracterizado por uma estrutura de transferência de bens e propriedade de pai para filhos (Fortes, 2018).

configurada e tem sido mantida ou renovada no emaranhado de clivagens e contradições que marcam as sociedades de classes, como por exemplo a sociedade brasileira.

Segundo Saffioti (1976), é uma peculiaridade do sistema patriarcal brasileiro a imbricação entre sexo/gênero, raça e classe. Para a autora essas categorias sociais são indispensáveis para compreender o tipo de sociedade de classes que se estabeleceu em âmbito nacional e a(s) história(s) das mulheres no Brasil. Por suposto, admitimos que há uma base material da opressão das mulheres e, que, a interseccionalidade é a proposta para levar em conta suas configurações, expressões e definições.

Divisão sexual e racial do trabalho: condição e problemática das relações sociais de sexo/gênero, raça e classe

Desde a consolidação do capitalismo industrial, a divisão social do trabalho está estruturada na separação entre esfera pública e esfera privada, ou seja, trabalho assalariado/profissional e trabalho doméstico/família (Hirata, 2002). Davis (2016), Federici (2019) e Hirata (2002) nos ajudam a compreender como nesse processo ocorre a distribuição de homens e mulheres ou entre mulheres na economia ou sociedade capitalista, bem como a qualificação dos trabalhos e espaços ocupados por eles e elas.

À medida que o modo de produção industrial se desenvolvia ou avançava durante o século XVIII, se proliferavam as fábricas e estas passavam a produzir em grande escala o que antes era produzido no âmbito familiar ou rural, inclusive com ampla participação feminina. Em suma, as mulheres eram produtoras de manteiga, sabão, fiadeiras, tecelãs, padeiras, dirigiam moinhos (Davis, 2016).

A gradativa transferência da produção para fora do domínio familiar teve seu ápice com a solidificação do sistema fabril. Sob esse sistema, o espaço familiar foi (re)configurado, tornou-se um lugar agora entendido como meramente doméstico, privado, recanto da família,

do amor e suspostamente desprovido de política, onde se realiza as repetitivas tarefas domésticas, como nós conhecemos hoje: limpeza, administração do lar, cuidado dos membros da família, e foi ideologicamente associado às mulheres (Davis, 2016).

Nessa esteira, encontramos a figura da dona de casa e a mãe, modelos ditos universais de feminilidade. Produtos ideológicos burgueses, que carregam em si uma caracterização ou essencialização das mulheres em função dos papéis ou atributos requeridos na esfera privada (Davis, 2016). Conforme Federici (2019), são exemplos disso: a vocação de toda mulher para a maternidade, o matrimônio como principal aspiração feminina, a disponibilidade sexual como compensação pela necessidade de proteção, a inclinação para o cuidar e servir, entre outros.

Na verdade são funções de trabalho, embora sejam naturalizados, considerados propriedades da personalidade feminina e/ou empurrados para aspectos biológicos. Sob tais movimentos o trabalho doméstico foi destinado a não ser reconhecido como trabalho, por conseguinte, não remunerado e invisibilizado (Federici, 2019).

Nessa separação estrutural e rigorosa entre esfera pública e privada ou produtiva e reprodutiva do capitalismo -, esse último binômio permite localizar para além da instituição familiar outras instituições como escola, hospitais, no circuito da reprodução social (Bhattacharya, 2018) -, está subjacente ou lhe compõem a destinação dos homens à primeira (labor, política, carreira militar, tecnologia, etc.) e das mulheres à segunda (família, cuidado, reprodução). Sendo que a primeira foi enobrecida, é nela que estão as funções de forte valor social e a produção de mercadorias, em outras palavras, o que se entende por esfera produtora de valor de troca nos termos do capital (Hirata, 2002). Uma consequência disso é a seguinte premissa: homem-provedor x mulher-cuidadora (Federici, 2019).

Ainda sobre a (re)definição das mulheres como guardiãs de uma rebaixada vida doméstica, Federici (2019) diz que essa seguiu ou seque acompanhada de trabalho fora de casa

para a maioria delas. Davis (2016), por exemplo, chama atenção para a sociedade estadunidense do século XIX, na qual as mulheres negras eram produtoras forçadas da economia escravagista do Sul e as mulheres brancas imigrantes tinham os dias gastos na operação de máquinas das fábricas em troca de salários extremamente baixos, tratadas como trabalhadoras assalariadas não completas, pois eram vistas como visitantes ou inadequadas no mundo masculino da economia pública.

Outrossim, Davis (2016) e Federici (2019) concordam em um aspecto: não há nada de natural e universal em ser dona de casa. Se algum dia a dona de casa, a díade homem-provedor x mulher-cuidadora já foi uma realidade, foi para poucas mulheres e poucas famílias, em verdade, trata-se da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo impôs à classe trabalhadora, em especial, a classe trabalhadora feminina.

Federici (2019) argumenta que ao transformar o trabalho doméstico em um ato de amor e/ou atributo natural, o sistema se desresponsabiliza por ele às custas das mulheres ou do caráter privado apregoado, obtém uma grande quantidade de trabalho quase de graça e assegura que as mulheres trabalhadoras não lutem contra a situação e também sejam penalizadas por isso na esfera dita pública, e, que, os homens trabalhadores usufruam, reforcem ou colaborem com essa relação de subordinação.

Como disse Marx, sob o capitalismo, todo trabalhador é manipulado e explorado, e sua relação com o capital é totalmente mistificada, a exemplo da função higienista do salário, que passa a impressão de um negócio justo, dissimulando todo o trabalho não pago que resulta no lucro. A crítica feminista aclara ou incorpora a esse processo, a essa forma de estruturação da relação salarial, a indissociabilidade das diferenciações de gênero, da reprodução social (Federici, 2019; Hirata, 2002).

Assim, Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019) concluem: o que produz a classe na sociedade capitalista não são apenas as relações que diretamente exploram a mão-de-obra ou que essas são interdependentes das relações que a geram, a repõem, a diferenciam. Nas duas circunstâncias sobreditas e colocadas por Davis (2016), apesar da aparente aporia ou contradição com a ideia burguesa de mulheridade, as necessidades de mão-de-obra foram atendidas em função das opressões de gênero, de raça, de nacionalidade ou do manejo das mesmas. Capitalismo, patriarcado e racismo se combinam e exploram dominando e dominam explorando (Gonzalez, 2020b; Kergoat, 2010).

Hirata (2002) explica que a plasticidade das fronteiras do feminino, ao longo do desenvolvimento da sociabilidade capitalista, está imbricada as conjunturas de expansão econômica, crise ou a introdução de novas tecnologias ou modos de trabalho, embora permaneçam para as mulheres a associação com a esfera privada, a desvalorização social dos espaços ocupados e trabalhos desenvolvidos e a superexploração. A autora diz que tal fato constitui o que ela chama de permanência na variabilidade. A divisão social do trabalho entre homens e mulheres muda no tempo e espaço, mas continua marcada pelas assimetrias, que lhes caracteriza.

Em Bhattacharya (2018), ela elenca a escravidão e a imigração como outras formas pelas quais o capital substitui a força de trabalho dentro das fronteiras nacionais, para além do caminho mais comum, que é através da substituição geracional mediante parto na unidade familiar, ou seja, por meio da maternidade. Entre as três possibilidades, o sexo/gênero trata-se de uma condição ou de um marcador diferencial de como se estabelecerá a opressão-exploração.

Davis (2016) lembra que as mulheres escravizadas tinham uma relativa e dura igualdade sexual com os homens também escravizados, ambos eram vistos como corpos fortes e capazes de suportar todo tipo de trabalho, assim fragilidade, delicadeza, necessidade de proteção,

aspectos supostamente da feminilidade não eram atribuídos a elas, embora voltassem a ser reconhecidas como fêmeas mediante a presença da violência e exploração sexual nos castigos aplicados ou nos componentes das atividades imputadas à elas. Para Davis o gênero indica como a raça-classe será vivenciada.

Na contemporaneidade, as mulheres já não são retratadas apenas como donas de casa e/ou mãe, mesmo para a classe média a propaganda popular, o apelo ideológico dar-se em função de uma combinação entre esses papéis e a requerida, a possível participação no mercado de trabalho ou vida profissional (Pochic, 2019; Utsch, 2016). Ante a tal cenário se propaga uma inverdade: as desigualdades entre homens e mulheres são residuais, estamos no bom caminho; na verdade, o que continua evidente são os deslocamentos, as recolocações e acumulação das disparidades (Maruani, 2019).

Sob o neoliberalismo⁸, fase do capitalismo de progressiva derrubada dos salários, enfraquecimento dos direitos trabalhistas, das políticas de austeridade e expansão do setor de serviços, a partir de formas flexíveis de trabalho e informalidade, é uma realidade desproporcional para a classe trabalhadora feminina, que dizer, considerando o sexo/gênero da classe: o desemprego, o assédio no trabalho, o racismo institucional, a informalidade, as menores remunerações, os trabalhos terceirizados e por tempo parcial, a migração, a sub-representação nos cargos de decisão/administração, os setores ou atividades taylorizados e com menor investimento tecnológico, a miséria familiar, o trabalho doméstico não remunerado, entre outros (Arruza, Battacharya & Fraser, 2019; Hirata, 2015, 2018).

Se aumentou as taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho, os empregos, trabalhos criados, ocupados por elas ou pela maioria delas são vulneráveis e

⁸ Conjunto de medidas ou receituário ideológico-político amplamente difundido a partir da década de 1970. O neoliberalismo se configura como uma resposta liberal para a manutenção do sistema capitalista. É considerado um liberalismo empobrecido e mais perverso, cujas transformações decorrentes estão respaldadas na máxima menos Estado e mais mercado (Hirata, 2002; Gonçalves, 2010).

precários e a atribuição do trabalho doméstico continua intacta, com diferenças de grau na sua realização, haja vista os modelos de delegação existentes (Hirata, 2018).

Aliás, é na delegação do trabalho doméstico a outra mulher, modelo preponderante, que encontramos a principal expressão da convergência do sexismo e racismo no confinamento e exploração das mulheres pertencentes a minorias étnicas-raciais em atividades de trabalho remuneradas relacionadas ao cuidado ou a manutenção dos lares (Davis, 2019).

Em contexto brasileiro, Gonzalez (2020c) ressalta que os estereótipos, as práticas materiais discriminatórias geradas pelo racismo e sexismo têm mantido ou levado as mulheres negras a desempenharem e serem associadas à prestação de serviço, sobretudo nas atividades laborais feminilizadas ditas estritamente manuais, sem exigência de qualificação formal, atreladas à servidão e desprestígio social e precarizadas quanto a remuneração e legislação trabalhista.

Conforme a autora, tal alocação ocorre especialmente em virtude do papel social de doméstica atribuído ou imposto a mulher trabalhadora negra, seja em sentido *stricto sensu* ou *latu sensu*. A mulher negra, em especial a retinta, tende a ser a empregada doméstica, a babá, a cozinheira, a cuidadora, atividades que remetem as funções do período colonial-escravagista impostas as mulheres escravizadas no interior dos lares das famílias brancas abastadas. Em sentido abrangente, doméstica refere-se às atividades como merendeira, trabalhadora de serviços gerais nas escolas ou hospitais, empacotadora nos supermercados, entre outras, ocupações que seguem a lógica servil, de domesticidade subjacente ao termo (Gonzalez, 2020a, 2020c).

Ademais, ela pontua que essa possibilidade de delegar o trabalho doméstico, de contar com essa oferta de mão-de-obra para esse tipo de labor, constitui um exemplo dos dividendos do racismo recebido pela mulher branca ou pela classe trabalhadora branca. Embora também

estejam assujeitados e sejam explorados pelo sistema, brancas e brancos da classe trabalhadora têm vantagens sob diferentes aspectos ante a racialização das relações capitalistas ou da divisão social do trabalho. A divisão sexual e racial do trabalho impõe as mulheres negras a base da pirâmide sócio-ocupacional brasileira (Gonzalez, 2020b).

Nesse sentido, Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019) pontuam que a divisão racial do trabalho reprodutivo tem feito parte dos projetos imperialistas de sociedade. Quer por meio da escravidão e do colonialismo, quer pelo *apartheid* ou pelos processos de exclusão estruturais e complexos da sociabilidade capitalista avançada. Ao longo disso, mulheres racializadas foram forçadas a fornecer esse trabalho de graça ou continuam a fornecer, agora a um custo muito baixo ou sob relações de trabalho desumanizantes, para mulheres ou famílias de etnicidade majoritária ou branca.

Em todo caso, entende-se que de diferentes formas o trabalho de reprodução social das mulheres, permeado por diferenças em termos de raça, nacionalidade, sexualidade, tem sido renegado e encoberto, subordinado ao lucro (Arruza, Bhattacharya & Fraser, 2019).

Uma vez compreendida a inseparabilidade de outras relações, de vários eixos de dominação na totalidade das práticas sociais, a distinção entre sociedade e empresa, escritório e família, reprodução e produção, não só deixa de fazer sentido como deve e tem sido questionada, como parte fundamental da superação e enfrentamento das maneiras de dominação, exclusão e exploração das mulheres (Arruza, Bhattacharya & Fraser, 2019; Federici, 2019).

Sob tais reflexões se procede uma desconstrução/reconstrução de conceitos, categorias e critérios, que respaldam ou tornaram-se hegemônicos/comuns nas investigações e análises sobre o mundo do trabalho. Como vimos, a consideração de uma divisão sexual e racial do trabalho permite conceber e pensar a composição da classe de maneira heterogênea em termos

de gêneros, raças, congêneres, e, para além do operariado ou da esfera produtiva, estendendo essa noção as pessoas que trabalham nas residências particulares, no campo, que não recebem remuneração em troca de seu trabalho ou que são propositalmente vistas como estranhas à relação salarial, entre outros (Arruza, Bhattacharya & Fraser, 2019; Hirata, 2002).

Nesse decurso, o conceito de trabalho e seus conceitos conexos, como qualificação, tempo, são questionados ou repensados. Hirata e Zarifian (2003) explicam que as noções de trabalho mais comuns, tanto do ponto de vista da economia política clássica, quanto em termos de perspectiva marxista, são insuficientes ou problemáticas quando se deseja considerar ou descortinar por exemplo o sexo/gênero do trabalho.

Em primeiro plano, a noção de trabalho enquanto trabalho assalariado ou emprego. Segundo esta, trabalho trata-se de uma atividade social que pode ser objetificada, que ocorre primordialmente fora de casa e em contexto fabril ou organizacional, sob um tempo estabelecido e útil de acordo com os critérios de produtividade e de qualificação da relação salarial. Ou seja, uma noção imbricada as relações capitalistas nascentes, ao golpe de força política e social que as caracteriza: a separação entre esferas sociais, a separação entre trabalho e trabalhador(a), quer dizer, uma sequência de operações objetificadas de um lado e a capacidade humana de realizá-las de outro (Hirata, 2002; Hirata e Zarifian, 2003).

Em segundo plano, a noção antropológica ou sociológica de Marx, sob a qual o trabalho é uma característica geral e genérica da ação humana, que se passa entre homem e natureza, sendo os dois dialeticamente transformados nesse liame (Hirata, 2002; Hirata e Zarifian, 2003).

Conforme os autores desenvolvem, as duas definições são restritivas em relação a necessidade de ampliação da visão sobre a classe ou sobre trabalho, quando consideramos as práticas sociais entre homens e mulheres.

A primeira reflete justamente a teoria econômica hegemônica, a sociabilidade capitalista patriarcal e racista, que elege e apreende a figura do trabalhador masculino assalariado, branco e formalmente qualificado como universal e balizadora das análises. A segunda, embora procure resgatar ou devolver o caráter ontológico do trabalho, também reproduz universalismos, quando apresenta o sujeito do trabalho no masculino como sinônimo de humanidade e desconsidera que quando tratamos de ser social, não existem trocas genéricas, mas sempre específicas, nesse caso nas trocas entre os sujeitos e as naturezas, os homens são os homens e as mulheres são as mulheres (Hirata e Zarifian, 2003).

Assim, a partir da introdução, na análise, da consideração das relações de gênero, de raça na própria gênese da divisão social do trabalho, propõem-se a reconceituação ou ampliação do conceito de trabalho. Para tanto, inclui-se o sexo/gênero ou raça do trabalho ou de quem trabalha, considera-se o trabalho doméstico, o trabalho não-remunerado, o trabalho não-assalariado, o trabalho informal na noção de trabalho (Hirata, 2002; Hirata e Zarifian, 2003; Arruza, Bhattacharya & Fraser, 2019).

Leva-se para além das fronteiras da esfera produtiva a dimensão útil do trabalho e a captação do tempo, questiona-se ou pensa-se o conceito de qualificação sob as relações de poder e de saber existentes, expande-se a visão da luta de classes para a esfera reprodutiva, ou seja, que as batalhas contra o capitalismo ocorrem em diversos terrenos sociais (Hirata, 2002; Hirata e Zarifian, 2003; Arruza, Bhattacharya & Fraser, 2019).

Hirata (2002) exemplifica a importância do aprendizado dos trabalhos domésticos ou das artes domésticas, imposto pelas relações de gênero, na qualificação ou preparação das operárias/trabalhadoras. Desde a infância as mulheres são ensinadas a costurar, bordar, decorar, servir à mesa, cuidar das bonecas, treinar a caligrafia.

Tais ensinamentos são interiorizados e naturalizados preparando-as para os trabalhos reprodutivos, aqueles que são mais atrelados a noção de trabalho de mulher ou trabalho de mulher negra, mulher pobre, como o trabalho doméstico remunerado ou não; e também os trabalhos produtivos, que serão propositalmente vistos como mais fáceis e menos importantes por exigirem competências que são tidas como aspectos da feminilidade, embora sejam adquiridos na socialização sexista existente (Hirata, 2002).

Em suas pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho nas fábricas ou empresas, Hirata (2002) mostra que homens e mulheres diferem quanto o setor de atividade, qualificação e tipo de trabalho efetuado. As mulheres, em geral, ocupam postos com menor qualificação formal, secundários e menos estáveis, efetuam trabalhos de montagem, acabamento, controle de qualidade. Tarefas que requerem as “qualidades femininas” (comportamentos, temperamento, conhecimentos atribuídos socialmente as mulheres), como habilidade manual, meticulosidade, destreza, paciência, o que, por sua vez, corrobora o barateamento da mão-de-obra.

Alinhada a tal observação, Davis (2019) denuncia a orientação doméstica da arquitetura das prisões para as mulheres nos Estados Unidos e sua interconexão com a significação ideológica do trabalho doméstico como trabalho feminino e o desenvolvimento da economia penitenciária. Para as mulheres encarceradas, a maioria negras, nas prisões norte-americanas, aprender ou desenvolver competências do lar, como lavar, passar, costurar, bordar, cozinhar e outras, faz parte dos projetos de reeducação do sistema penitenciário, um dos que mais encarcera pessoas no mundo. Várias empresas privadas participam como parceiras desse processo, para as quais as mulheres encarceradas produzem ou confeccionam diferentes produtos, artigos, peças, ou seja, trabalham.

Apesar disso o impacto do racismo estrutural, o confinamento ou (re)orientação das mulheres como donas de casa, esposas, mães e os lucros gerados pela dimensão mercantil das penitenciárias não são reconhecidos, nem tão pouco os seus ligames (Davis, 2019).

O sexismo, o racismo ou a convergência deles também são referenciados por essas autoras e outras nos processos de gestão de mão-de-obra, como recrutamento e seleção, ou política de demissão, na disciplina do trabalho profissional/ocupação, entre outros, isto é, nos expedientes ou práticas organizacionais/empresariais.

A partir de um estudo de caso na indústria brasileira, Hirata (2002) constatou critérios diferenciados para homens e mulheres no discurso da gerência. Em situação de crise econômica, por exemplo, os empregadores justificavam a proteção dos empregos dos homens, sob a alegação contundente de que estes eram chefes de família, ou seja, eram provedores de fundos, enquanto que para as mulheres os critérios eram difusos e muito mais ligados à qualificação do que a situação familiar das trabalhadoras.

Desse modo, identificou-se que em relação a proteção do emprego das mulheres, as que não eram mães e eram mais qualificadas (qualificação formal) são mais estáveis, e que as mães e as não-qualificadas têm quase o mesmo nível de estabilidade. Assim, ficou claro que a paternidade e maternidade não tinham o mesmo peso para a manutenção do emprego (Hirata, 2002).

Ademais, a pesquisadora ressalta que a luta dos capitalistas contra a preguiça, ou seja, os mecanismos disciplinadores e impulsionadores do/para o trabalho gerador de lucro ocorre de maneira distinta para as mulheres. Em primeiro lugar, porque a organização do trabalho sanciona muito mais a mulher do que o homem, quando ela retira o nariz de seu trabalho, quando ousa fazer uma pausa ou quando conversa com sua vizinha, e a frequente presença de mulheres em setores ou postos de trabalho sob vigilância direta e acirrada favorece tal

disposição. Em segundo lugar, essa luta ocorre tanto no trabalho profissional/assalariado, quanto fora dele, ou seja, no trabalho doméstico (Hirata, 2002).

Quem nunca ouviu o ditado popular: “vai lavar uma louça”? Em geral, proferido para as mulheres, quando essas ousam opinar, reivindicar, criticar, descansar, se divertir, dando a entender que o lugar delas, o seu tempo de vida deve ser gasto com trabalho doméstico, independentemente de ter trabalho remunerado. Utsch (2016, p.10) disse: “O corpo das mulheres não é determinado pela natureza, mas construído socialmente para a maternidade e cuidado. É um corpo construído para o trabalho”.

Gonzalez (2020b, p.34) evidencia a discriminação sofrida pelas mulheres negras nos processos de recrutamento e seleção organizacional/empresarial como substância ou etapa da marginalização delas nos mercados de trabalho. A autora expõe que em critérios como “ótima aparência” ou “boa aparência”, usados pelas empresas/organizações, existem códigos cujo os sentidos indicam que tal adjetivação não se aplica a mulher negra.

Essa lógica também está presente quando o cargo ou ocupação requer contato direto com o público, ou seja, mediante a necessidade de “educação” e “boa aparência”, mesmo que a candidata tenha alto nível de escolaridade. Assim, o que se observa, é que, tendo ou não escolaridade, capacidade, a mulher negra tende a ser preterida. Por isso, Gonzalez conclui: embora os baixos níveis de escolaridade ainda sejam uma realidade para a população negra, essa se beneficia muito menos dos retornos da qualificação educacional/profissional (Gonzalez, 2020b, p. 34).

É importante ressaltar que foi a partir da análise da convergência entre racismo e sexismo nas práticas de recrutamento e seleção, que Kimberlé W. Crenshaw desenvolve e usa como ferramenta de trabalho o termo interseccionalidade. A jurista analisou o caso da fábrica da General Motors (GM) nos Estados Unidos. Na ocasião o tribunal desagregou e recusou a

acusação de discriminação racial e de sexo/gênero por parte de mulheres afro-americanas, alegando que a GM comprovou recrutar e contratar homens afro-americanos e mulheres para trabalharem na fábrica, mas Crenshaw sublinhou e argumentou que as mulheres recrutadas não eram negras (Crenshaw, 2010).

Outrossim, entende-se que nessa situação mediante as barreiras raciais e sexistas, as mulheres negras não se encaixavam nos tipos de trabalho oferecidos às mulheres, nem para os elegíveis pela multinacional aos homens (Crenshaw, 2010; Akotirene, 2021).

A discriminação sofrida situa-se na intersecção entre raça, gênero e classe, uma “discriminação interseccional” (Crenshaw, 2004, p.8). Como ressalta Gonzalez (2020b), tais práticas discriminatórias ou processos de marginalização das mulheres negras dificultam ou impedem o acesso ao trabalho formal, a níveis ocupacionais diversos, assim propositalmente ou conseqüentemente o capital se beneficia de sua força de trabalho em setores e atividades econômicas inferiorizados ou deteriorados.

Sob essa lente ou teorização em termos de divisão sexual e racial do trabalho, ou seja, de gênero, raça e classe, podemos salientar também uma maior vulnerabilidade das mulheres para as vivências de assédio no ambiente de trabalho, como por exemplo o assédio moral, o assédio sexual e o assédio racial, obviamente considerando as especificidades e intensidades dessas vivências em razão dos diferentes posicionamentos das mulheres nas avenidas identitárias criadas por esses eixos de discriminação (Arruza, Bhattacharya & Fraser, 2019; Utsch, 2016).

A respeito do Assédio Moral no Trabalho (AMT) definido como toda e qualquer conduta abusiva manifestada em atos de exclusão, desqualificação, isolamento, indução ao erro, exposição a situações vexatórias no ambiente de trabalho, de forma rotineira e contundente por

um chefe ou superior, Andrade e Assis (2018) elucidam que as relações sociais de poder são cruciais para sua ocorrência, e, portanto, para sua compreensão.

Embora, no atual contexto global de crescente precarização das relações de trabalho, trabalhadores e trabalhadoras possam ser alvo de tal violência no ambiente de trabalho, a estratificação vertical dos empregos/trabalhos e a segregação horizontal: a maioria dos cargos são ocupados por homens e existem atribuições consideradas específicas para as mulheres, geralmente confundidas como favores pessoais, habilidades naturais, funções consideradas inferiores, sujas, de pessoas de segunda classe; são fatores importantíssimos para analisar a maior ocorrência do AMT entre as mulheres trabalhadoras (Andrade & Assis, 2018).

Ademais, do ponto de vista de visibilidade e proteção trabalhista, o trabalho feminino ou os trabalhos realizados por mulheres, principalmente as periféricas e/ou negras, estão em setores, ramos da economia informal ou bastante fragilizados quanto a legislação trabalhista e reconhecimento social (Brito, 2000).

Hoje é evidente que o número cada vez maior de mulheres assediadas no ambiente de trabalho se trata de uma expressão das crueldades materiais e simbólicas forjadas na simultaneidade das dimensões patriarcais, racistas e capitalistas da ordem social vigente (Utsch, 2016). Não é raro casos como o noticiado pela Revista Consultor Jurídico: “Empregada fujona. Empregada negra que teve pulso amarrado por sair mais cedo será indenizada”, matéria do dia 12 de maio de 2020.

A notícia refere-se ao episódio em que dois superiores de uma empresa de Taubaté-SP (Autoliv Brasil), que atua no ramo de indústria automobilística, passaram fita crepe nos pulsos de uma mulher trabalhadora negra e em seus próprios braços, prendendo a funcionária a eles, em seguida, saíram caminhando pela linha de produção, enquanto verbalizavam que a conduta não se tratava de uma brincadeira, mas de uma amostra para “empregado fujão”. A ação dos

superiores teria sido motivada porque a trabalhadora tinha saído mais cedo no dia anterior (Revista Consultor Jurídico, 2020).

Não obstante, fique claro que a variável cor/raça esteja fortemente relacionada ao ocorrido, principalmente pela situação em si remeter as práticas disciplinadoras imputadas as pessoas escravizadas sob o regime escravagista, o que imediatamente põem em xeque o mito da democracia racial no Brasil, quer dizer, a segregação, a violência e a discriminação raciais como se fossem parte do passado (Gonzalez, 2020a); não podemos esquecer ou desconsiderar que a vítima é uma mulher, trabalhadora assalariada da camada popular.

De acordo com Kergoat (2010, p.96), embora não haja uma pretensão naturalizar a expressão “mulheres trabalhadoras”, é imprescindível considerar e mostrar como elas se inscrevem de maneira original nas relações sociais de sexo/gênero, de raça (reflexão nossa), assim como nas relações de classe.

Discussão ou consideração semelhante é feita sobre o assédio sexual no ambiente de trabalho, que inclusive pode ocorrer como uma das agressões sofridas dentro do quadro de AMT. Para Higa (2016), a divisão naturalizada entre esfera produtiva e esfera reprodutiva, estando as mulheres destinadas a esta última, põem elas sob julgo dos homens por toda a vida e em várias instâncias, incluindo aí a submissão sexual.

Federici (2019) menciona que a associação das mulheres com a esfera reprodutiva sob o ideal burguês de família, reserva para elas os serviços físicos, emocionais e sexuais, que por sua vez, devem ser destinados aos homens, como direito ou recompensa pela suposta proteção, provisão e realização/valorização dada.

A submissão sexual ou o suposto direito dos homens ao corpo ou sexualidade feminina têm caminhado ao longo da história com a consolidação ou hegemonia de modos de ser, de

agir, de se relacionar que beneficia a eles próprios, seja em aspectos sociais, econômicos ou políticos (Lerner, 2019).

Tal como Nascimento (1978) exemplifica diferentes momentos e formas em que o homem branco colonizador, o androcentrismo ocidental estabeleceu ou exerceu controle sobre a reprodução e sexualidade das mulheres africanas escravizadas à serviço de seus interesses. Impedida de constituir família, a mulher africana escravizada era obrigada a satisfazer sexualmente o senhor escravocrata ou ser meio de renda para o mesmo mediante prostituição. Aliás, o autor ressalta que o proxenetismo, a exploração sexual com fins econômicos pouco é levada em consideração quando se fala da relação entre escravagismo e acumulação primitiva de capital.

Vulnerabilidade que se mantém ou se renova nos dias atuais. A mulher negra, a mulher trabalhadora negra, em virtude da ausência de status social, da hipersexualização de seus corpos, das precárias condições de trabalho, entre outros, continua sendo vítimas fáceis das agressões sexuais (Themis, 2021).

Utsch (2016) e Arruza, Battacharya e Fraser (2019) argumentam que o assédio sexual no trabalho experienciado desproporcionalmente pelas mulheres ou diferentemente entre as mulheres demonstra ou reflete a imbricação do patriarcado, do racismo e do capitalismo, e a capacidade desse sistema de remodelar, imprimir novas roupagens para a manutenção do controle dos corpos, do trabalho, da sexualidade das mulheres, do reforço e naturalização dos ideais de feminilidade.

Há de se considerar a função coercitiva e manipuladora da violência ou da ameaça da ocorrência da mesma. Como presente em Gonzaga (2022): o medo, a vergonha, os traumas acumulados, a culpa, o perigo impelem as mulheres a recorrerem ou acreditarem nas premissas ou ferramentas patriarcais.

Ante ao breve panorama, não é aceitável ou prudente que continuemos decretando de tempos em tempos estudos, investigações que considerem a dimensão de gênero, de raça e suas interseccionalidades nas facetas do trabalho. Gênero, raça e classe devem fazer parte, com pleno direito, de qualquer abordagem investigativa da divisão social do trabalho, da exploração capitalista, das condições de saúde e de vida (Kergoat, 2010; Maruani, 2019).

A leitura sexuada, racializada do mundo social, dos processos de expropriação e exploração do trabalho, dos fenômenos humanos é antídoto contra o conhecimento deformado, condizente ou colaborativo com o encobrimento de problemáticas historicamente imbricadas (Maruani, 2019; Gonzaga, 2022). A perspectiva da divisão sexual do trabalho ou da divisão sexual e racial do trabalho permite postular que mesmo em situações aparentemente iguais, homens e mulheres não são (Hirata, 2002; Davis, 2016).

Labores femininos, subjetividades e saúde: uma demanda para a Psicologia

De acordo com Gonzaga (2022), a Psicologia ainda que majoritariamente composta por mulheres, tem como bases de análise e de intervenção um escopo limitado a categorias universalizantes/neutras ou que eclipsam várias dimensões, como a de sexo/gênero, a de raça, a de classe e suas interseccionalidades. As perspectivas generalizantes e as pressuposições consolidadas a partir dessas, têm suscitado modalidades de práticas psicológicas que colaboram com várias violências estruturais.

Miranda e Félix-Silva (2022) argumentam que, assim como demais disciplinas constituídas sob a modernidade, a Psicologia brasileira carrega ou reproduz o privilégio epistêmico forjado nas relações de poder-saber instituídas globalmente pelos movimentos históricos de invasão, colonização e consolidação de uma ordem mundial imperialista-capitalista, ou seja, a perspectiva branca, masculina, europeia ou norte-americana de humanidade e de mundo.

Sob tal crítica, os autores apontam que o “colonialismo das ciências psicológicas” produz escutas surdas das subjetividades, pois as especificidades geográficas e históricas, étnico-raciais, de sexo/gênero, de sexualidade, de classe, entre outras, não são consideradas pelas lentes epistemológicas hegemônicas (Miranda & Félix-Silva, 2022, p. 4).

A contar de interlocuções entre as contribuições de Zanello (2018) e Tavares, Filho e Santana (2020) acerca da prática clínica em Psicologia, conclui-se que o sofrimento psíquico apresenta-se racializado e/ou gendrado, de modo que, conceber categorias analíticas que nos amparem a pensar, a escutar, a intervir, a partir da contemplação de tais marcadores ou especificidades, aspectos constituintes dos processos subjetivos, é está sensível a complexidade da vida e construir uma Psicologia que esteja atenta a diversidade de experiências do sujeito social, bem como nomeei elementos ainda invisibilizados, que impactam sobre a saúde mental das pessoas e grupos.

Em relação as práticas psicológicas que focalizam a realidade vivida pelos trabalhadores, tanto no que diz respeito aos ambientes internos de trabalho, quanto aos cotidianos de vida, convívios comunitários e familiares, a referência as dimensões de gênero e raça, a consideração de uma divisão sexual e racial do trabalho tem especial importância e potencial para a ampliação do leque de compreensões ou interrogações, que contribuam para desvelar, colocar em pauta problemas dos coletivos de trabalho, que permanecem ocultos quando as diferenças são negadas (Brito, 2000; Gonzalez, 2020b; Gonzaga, 2022).

Para tanto, há a necessidade de realizar inflexões, ampliar conceitos, preencher lacunas, subverter dualismos e reducionismo no interior dos estudos e intervenções nesse e em outros âmbitos de atuação e investigação da(o) psicóloga(o) (Miranda & Feliz-Silva, 2022; Souza, Silva, Silva & Silva, 2020).

Hirata (2002), por exemplo, enfatiza que a Psicodinâmica do Trabalho (PDT), um dos enfoques das “clínicas do trabalho”⁹, quer dizer, um conjunto de epistemologias, teorias e metodologias, que tem como fim compreender a relação subjetividade e trabalho, a partir das experiências objetivas e subjetivas do sujeito que trabalha (Bendassoli & Soboll, 2011, p.13), dar especial atenção à organização do trabalho, geralmente concebida como controle técnico e social na situação laboral e como vontade externa que se opõem ao desejo dos indivíduos.

A autora explica que a compreensão da organização do trabalho e de seus efeitos sobre os indivíduos, embora indispensável, permanece insuficiente, se essa não for considerada de maneira mais sistemática. Assim como, ressalta que nas cenas de trabalho outras variáveis podem se opor ao desejo, ou seja, tudo que diz respeito as questões do emprego, da relação salarial, da atividade e do trabalho doméstico (Hirata, 2002).

Como vimos, o prisma sobre as mulheres trabalhadoras, sobre os trabalhos femininos ou realizados por mulheres, que está pautado na divisão social sexual e racial do trabalho, evidencia a impossibilidade de separar o trabalho dos papéis sociais, o trabalho do descanso, o trabalho remunerado do trabalho não remunerado, o trabalho da configuração e dinâmica familiar, o trabalho das questões relativas as contradições de gênero e/ou raça existentes ao campo social, e outros (Brito, 2000; Davis, 2019; Federici, 2019).

Nesse sentido, a observação feita por Hirata (2002) não tem como finalidade o descrédito ou invalidação das contribuições da Psicodinâmica do Trabalho, pelo contrário. A socióloga reitera em seus textos a importância da Psicopatologia ou Psicodinâmica do Trabalho para a noção de uma subjetividade ativa e encarnada, envolvida nos processos de trabalho, da

⁹ O emprego de “clínicas do trabalho” em nada tem a ver com a “clínica de consultório”. A associação entre a palavra clínica e trabalho parte da compreensão de que não se desvincula o trabalho do(a) trabalhador(a), por isso o foco estar na dimensão sociopsíquica do trabalho (Bendassoli & Soboll, 2011, p.13).

concretude do processo saúde-adoecimento. Existe aí, uma problematização dos fenômenos psíquicos a partir das relações de exploração.

Contudo, interpela esse e outros enfoques quanto a desconsideração ou consideração decisiva das relações de opressão e dominação entre homens e mulheres, da dimensão de gênero nas análises e teorizações decorrentes, pois em toda e qualquer situação o trabalho é colocado como trabalho feminino ou masculino e o sexo/gênero das pessoas decisivo para a compreensão da atividade de trabalho, bem como a etnia/raça, haja visto que as posições de etnia/raça produz lugares e experiências distintas dentre o grupo mulheres (Hirata, 2002, Kergoat, 2010).

Alguns casos ou investigações feitas pela autora, ilustram a pertinência de sua preocupação. Por exemplo, a contemplação de atitudes compulsivas em relação à limpeza ou a utilização do tempo entre mulheres da classe operária. Sobre o comportamento compulsivo observado a autora pontua o peso da acentuada disciplina para o trabalho dentro e fora de casa, que recai sobre as mulheres (Hirata, 2002).

Lembremos que a luta contra a preguiça na sociabilidade capitalista não se desenvolve da mesma maneira para homens e mulheres. A supervisão acirrada e direta nos postos de trabalho assalariado/remunerado, a simbiose entre as tarefas domésticas e personalidade feminina conclamam que elas não têm o direito de perder tempo (Hirata, 2002).

Aliás, Federici (2019) pontua que é entre as famílias operárias, da classe popular, que encontramos processos de domesticação, de (re)afirmação das lógicas de gênero mais acentuados ou severos. De acordo com ela, o sistema tem uma política dupla para a classe média e para a classe operária, basta atentar-se para as barreiras educacionais impostas a última.

Quanto mais pobre a família, maior as chances de as dinâmicas familiares concentrarem-se em relações autoritárias e em um machismo menos sofisticado. Afinal de contas, com poucos recursos econômicos, apesar dos membros trabalharem muitas horas, é, sobretudo, nela que a

combinação dos serviços físicos, emocionais e sexuais que está envolvida no papel que as mulheres devem desempenhar cumprirá sua funcionalidade para o capital ou para o *status quo*. A mulher, a esposa, a mãe devem estar bem treinadas para absorver as agruras de uma vida no limite, no arrocho, permeada por múltiplas violências (Federici, 2019).

Apesar de Federici (2019) não fazer referência a pertença étnico-racial das mulheres trabalhadoras ou das famílias em questão, de não incluir a categoria raça em sua reflexão, as contribuições de Gonzalez (2020b) nos levam a ter que considerá-la na compreensão ou problematização de tal cenário. Conforme a intelectual, são as famílias compostas por trabalhadoras e trabalhadores negras(os), que trabalham mais horas em trabalhos bastantes precarizados, incluindo crianças e jovens, para perfazer renda, que relativamente atende as suas necessidades de sobrevivência. Nessa conjuntura, cabe a mulher negra trabalhadora ser viga mestra.

Hirata (2002) também dá exemplo de como as relações de sexo/gênero interferem na representação que operárias especializadas tinham de seu emprego/trabalho e as consequências disso sobre o coletivo de trabalho feminino. Assim como os operários, as trabalhadoras especializadas desvalorizavam seus conhecimentos, sua experiência e, conseqüentemente, se desvalorizavam. Uma operária disse que uma criança de seis anos poderia fazer seu trabalho.

Mas, no caso das mulheres, essa autodesvalorização somava-se a de si enquanto sexo/gênero. Em geral, as trabalhadoras quando expressavam confirmação de sua singularidade faziam isso a partir da diferenciação com as demais. Ou seja, somente ao se diferenciar de outras mulheres: não sou como as outras. O que nos faz pensar nas negativas repercussões dessa maneira de se afirmar para a solidariedade e constituição de um trabalhador coletivo sexuado (Hirata, 2002).

Lerner (2019) nos fornece mais elementos sobre essa internalização ou interiorização da opressão e violência pelas mulheres, que provoca não pertencimento em termos de sexo/gênero ou a busca por diferenciação intragrupo. Segundo a autora, a história das mulheres é repetidamente negada. Como parte disso, o trabalho de naturalização delas como seres inferiores, irrelevantes ou que são passíveis de alguma dignidade apenas quando se diferenciam das ditas putas, transgressoras, sujas, ciumentas, entre outras. Logo é compreensível que isso leve à rejeição das diferenças e ainda mais grave a negação de si enquanto grupo feminino.

A partir de uma perspectiva interseccional entre gênero e raça, Teixeira (2021) ressalta como isso ocorre para a mulher negra e trabalhadora doméstica remunerada. Ela pontua que muitas mulheres trabalhadoras domésticas se recusam a contarem com o que trabalham e hesitam em terem sua imagem associada a luta das domésticas. Segundo Gonzalez (2020b), ao longo da história de exclusão da mulher negra no Brasil, a empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da inferioridade e da subordinação.

Assim, se recusarmos as explicações naturalistas ou universalizantes a respeito dos trabalhos desempenhados por mulheres, da relação específica que elas mantêm com o emprego/trabalho, com a qualificação, entre outros, fica difícil se eximir da consideração das contradições de sexo/gênero, de raça ou de suas interseccionalidades (inclusão nossa) na verificação do sofrimento e do prazer no/pelo trabalho (Hirata, 2002).

As questões postas diretamente ou indiretamente as clínicas do trabalho, à Psicodinâmica do Trabalho, como supracitado, têm levado cada vez mais as(os) pesquisadores(as) no âmbito da relação subjetividade e trabalho ou saúde mental e trabalho a considerarem e incluírem em suas pesquisas e intervenções as particularidades ou

diferenciações da classe trabalhadora. Observa-se a emergência, nos últimos anos, de um olhar sobre a(s) mulher(es) trabalhadora(s) (Brito, 2000).

O próprio Christopher Dejours, percurso da PDT, a partir dos anos 80 começa um trabalho interdisciplinar, no qual procura realizar aproximações teóricas e metodológicas entre PDT e a sociologia da divisão sexual do trabalho. Em seu livro: *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*, originalmente publicado em 1980, o autor já inclui a referência ao trabalho doméstico não remunerado para pensar as condições de trabalho de mulheres pobres e periféricas, e sua relação com o sofrimento psíquico (Dejours, 1992).

Segundo o autor, a carga de trabalho e de angústia das mulheres de famílias que compartilham do não-trabalho remunerado ou do subemprego, de condições de moradia extremamente precárias, como pobreza dos meios sanitários, que vivenciam de perto as más condições dos serviços públicos, não são comparáveis ao que se encontra em outras parcelas da classe trabalhadora (Dejours, 1992).

Inclusive, ele ressalta que nessas condições materiais as mulheres quando estão diante do adoecimento são mais propensas a admiti-lo, diferentemente dos homens, contudo procuram domesticá-lo, contê-lo, controlá-lo, ou seja, viver com ele. Como forma de manter à distância a possibilidade de parar, de sucumbir, pois isso significaria a ruptura dos trabalhos com vastas consequências para si e família (Dejours, 1992).

Os contributos de *Pascale Molinier* também são exemplares da consideração das relações de sexo/gênero, da divisão sexual do trabalho na pesquisa clínica, na teoria e na metodologia em PDT. A psicóloga e pesquisadora amplia sua perspectiva e interrogações, e passa a atentar-se ou realizar investigações sob o ângulo combinado da PDT e das relações sociais de sexo/gênero acerca das subjetividades e dos sistemas defensivos para lidar com as situações laborais (Dorna & Muniz, 2018).

Com base em suas pesquisas e outras, *Molinier* destaca casos de mulheres que exercem atividades de trabalho ditas masculinas, que se veem obrigadas a dissimular seus conhecimentos técnicos e habilidades ou adotar condutas que as protejam da exclusão e do estranhamento por não estarem nos lugares entendidos como de mulher ou não se apresentarem conforme as normas de sexo/gênero (Dorna & Muniz, 2018).

A exemplo das cirurgiãs, que combinam em seu dia a dia a firmeza exigida em sua atividade com alguma prova do que é visto como feminilidade, tal como o uso de maquiagem ou a disponibilidade para escutar os outros, adotando uma maneira menos assertiva com as enfermeiras, por exemplo. Mesmo que isso não seja um prazer para elas, as poupam do sofrimento de serem desprezadas ou acusadas de não-mulher (Dorna & Muniz, 2018).

Em relação à consideração do racismo ou da interseccionalidade de sexo/gênero e etnia/raça a partir dos fundamentos teóricos-metodológicos da PDT, os estudos e intervenções de *Valerie Ganem* são espécimes. A pesquisadora tem elencado o papel ou a expressão desses marcadores sociais ou dessas relações de poder na elaboração de estratégias defensivas de trabalhadores em contexto marcado pelo colonialismo escravocrata (Ganem 2023) ou nos dilemas psicossociais vivenciados por jovens mulheres periféricas para se integrarem e/ou permanecerem na universidade (Almeida, Brasil, Viana, Lisniowski & Ganem, 2020).

Obviamente, e como já foi sinalizado anteriormente, ao operar essas aproximações ou interlocuções entre PDT e sociologia da divisão sexual do trabalho, PDT e questão étnica/racial, ou entre demais enfoques da Psicologia e aportes que possibilitem reconhecer e incluir, enquanto categoria de análise, o sexo/gênero e/ou raça da classe, do trabalho, do sujeito que trabalha, as(os) pesquisadoras(es) esbarram em desafios, como os referentes à aparelhagem conceitual (Dorna & Muniz, 2018; Miranda & Feliz-Silva, 2022).

Existem conceitos que não se sobrepõem ou recobrimentos semânticos que podem levar à confusão, como por exemplo o termo identidade, que para a sociologia designa o pertencimento à um grupo social, e na PDT ganha uma conotação mais particular, se referindo ao sentimento de unicidade da personalidade e sua continuidade (Dorna & Muniz, 2018).

Contudo, tal fato não pode ser uma justificativa recorrente para o descompromisso científico e profissional da Psicologia, nesse caso aplicada ao mundo do trabalho, com as demandas, a inserção social e a saúde de mulheres trabalhadoras: negras, indígenas, brancas, periféricas, imigrantes, com deficiência, e outras (Brito, 2000; Gonzaga, 2022; Souza et al., 2020).

Considerações finais

Não há consenso na literatura sobre a universalidade da inferiorização ou submissão feminina, nem mesmo em relação à existência de sociedades matriarcais ou nas quais as mulheres detinham dos mesmos status dos homens. O que se apresenta como algo factual é a perenidade e complexidade da exclusão das mulheres sob vários pontos nas sociedades contemporâneas, inclusive, permeadas pelo culto à liberdade e democracia.

Nesse sentido, um conjunto de reflexões e práticas feministas que estão ancoradas na compreensão da subjugação das mulheres na totalidade das relações de poder existentes demonstram o caráter estrutural, concreto e economicamente pertinente das diferenciações/hierarquizações entre as feminilidades e masculinidades. De acordo com tais proposições as opressões de sexo/gênero ou as opressões de etnia/raça, que atravessam a condição de mulher, não são estranhas as lógicas de produção ou reprodução material vigente, pelo contrário, estão integradas e foram reformuladas na sociedade de classe.

Em síntese, sexo/gênero e etnia/raça estão na gênese da divisão social do trabalho. Tendo como referência as mulheres, os trabalhos desenvolvidos por elas, em geral, são socialmente desprestigiados e desprotegidos e economicamente barateados, além daqueles que não são socialmente reconhecidos como trabalhos, a exemplo do trabalho doméstico não remunerado e remunerado. Labores realizados predominantemente por mulheres em seus lares ou em lares de outras mulheres, respectivamente, nesse último caso, em decorrência das contradições congêneres por conta de etnia/raça.

A atribuição dos trabalhos reprodutivos às mulheres por meio da naturalização ou da racialização encobre o seu valor para a relação capital-trabalho. Essa situação caracteriza a subordinação das mulheres sob o capitalismo.

Pensar a partir de uma divisão sexual e racial do trabalho a princípio é compreender que há uma base material da opressão das mulheres e, portanto, analisa-se conjuntamente exploração, dominação e emancipação das mulheres. Em segundo lugar, refuta-se as categorias de análise neutras/universalizantes, pois em toda e qualquer situação o trabalho apresenta-se como trabalho feminino ou trabalho masculino. Ademais, admite-se as bifurcações ou frações da exploração dos trabalhos realizados por mulheres, tendo assim: o trabalho feminino negro, o trabalho feminino imigrante, o trabalho feminino branco periférico, entre outros. Por fim, propõem-se a ruptura com visões que suscitam separações ou nivelamentos entre esfera produtiva e esfera reprodutiva.

Sob tal perspectiva o sexo/gênero, a etnia/raça do trabalho ou de quem trabalha são decisivos para a compreensão da atividade de trabalho. Esses marcadores sociais e suas intersecções são indispensáveis para explicar a alocação de lugares, posições, funções nos mercados de trabalho, na estrutura social, ou seja, em termos de divisão social do trabalho, bem como são transversais a todas as facetas ou aspectos do trabalho, do mundo do trabalho.

As imagens, os papéis, os estereótipos, os estigmas, as crenças decorrentes dessas construções sociais e/ou de suas interseccionalidades estão presentes nos processos de gestão de mão-de-obra, como recrutamento e seleção, na política de demissão, na disciplina do trabalho, no padrões das relações laborais, na distribuição espacial e tecnológica dos postos de trabalho e das unidades de produção, nas expressões de violência no ambiente laboral, nas representações mentais dos coletivos de trabalho, entre outros.

À sombra do neoliberalismo, é uma realidade desproporcional para a classe trabalhadora feminina, que dizer, considerando o sexo/gênero da classe, o desemprego, o assédio e abuso no trabalho, o racismo institucional, a participação na informalidade, os menores salários ou remunerações, os trabalhos terceirizados e por tempo parcial, a migração, a sub-representação nos cargos de decisão/administração, os setores ou atividades taylorizados e com menor investimento tecnológico, a miséria familiar, o trabalho doméstico não remunerado, e outros.

Do ponto de vista da saúde mental do trabalhador, do protagonismo, das relações intersubjetivas a adoção da perspectiva da divisão sexual e racial do trabalho permiti aproximar-se de um pensar, de uma escuta ou de uma intervenção que parte da contemplação das especificidades dos trabalhos realizados por mulheres, seja em relação à atividade em si, às situações laborais ou às vivências subjetivas, enquanto seres sociais que possuem espessura psíquica.

É interpela todo e qualquer aspecto da relação subjetividade e trabalho: prazer e sofrimento, condutas, interações, carga psíquica, cooperação, e assim por diante; com base em uma leitura de sexo/gênero, etnia/raça, classe, ou seja, de problemáticas historicamente imbricadas, que os labores femininos exigem, tendo em vista que trabalhadora não é o feminino de trabalhador, mesmo em circunstâncias de trabalho aparentemente iguais. Portanto, cuidando

para construir uma atuação sensível e compromissada com as demandas, a inserção social e a saúde da mulher trabalhadora em sua diversidade.

Referências

- Andrade, C. B., & Assis, S. G. (2018). Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 43. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S030376572018000100402&script=sci_abstract&tlng=pt.dx.doi.org/10.1590/2317-6369000012917
- Almeida, T. M. C., Brasil, K. T., Viana, D. M., Lisniowski, S., & Ganem, V. (2020). A passos largos: meninas da periferia rumo à universidade e seus dilemas psicossociais. *Revista Sociedade e Estado*, 35(1), 101-134. doi:10.1590/s0102-6992-202035010006
- Arruzza, C., Bahattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo.
- Akotirene, C. (2021). *Interseccionalidade*. (Feminismos Plurais/Coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Jandaíra.
- Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. (2011). *Clínicas do Trabalho: Novas Perspectivas para a Compreensão do Trabalho na Atualidade*. São Paulo: Editora Atlas.
- Bhattacharya, T. (2018). Como Não Pular a Classe: Reprodução Social da Força de Trabalho e Classe Trabalhadora Global. *Feminismo Com Classe*. Recuperado de <https://medium.com/feminismo-com-classe/como-n%C3%A3o-pular-a-classe-reprodu%C3%A7%C3%A3o-social-da-for%C3%A7a-de-trabalho-e-classe-de-trabalho-global-bcea36904835>

- Brito, J. C. (2000). Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cad. Saúde Pública*, 16(1), 195-204. doi:[10.1590/S0102-311X2000000100020](https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000100020)
- Crenshaw, K. (2004). *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. 7-16. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf
- Crenshaw, K. W. (2010). Beyond entrenchment: race, gender and the new frontiers of (un) equal protection. In: TsuJimura, M. (org.). *International perspectives on gender equality & social diversity*. Sendai:Tohoku University Press.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Davis, A. (2019). Mulheres, raças, classes: desafios para o século XXI. In M. Maruani (Org.), *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas* (pp.17-27). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Dejours, C. (1992). *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. (5a. ed.). São Paulo: Cortez.
- Dorna, L. B. H., & Muniz, H. P. (2018). Relações Sociais de Sexo e Psicodinâmica do Trabalho: a sexuação das defesas no trabalho de *care*. *Revista de Psicologia*, 30(2), 154-160. doi:[10.22409/1984-0292/v30i2/5870](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5870)
- Fortes, R. V. (2018). Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács. *Revista Katál*, 21(3), 441-451. doi: [10.1590/1982-02592018v21n3p441](https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p441)

- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução*. (Ed. Bras., Coletivo Sycorax, Trad.) São Paulo: Elefante
- Gonçalves, M. G. M. (2010). *Psicologia, Subjetividade e Política Públicas*. (Coleção construindo o compromisso social da Psicologia). São Paulo: Cortez.
- Gonzalez, L. (2020a). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um Feminismo Afro Latino Americano - Lélia Gonzalez. Ensaios, intervenções e diálogos* (pp.67-83). Rio de Janeiro: Zahar
- Gonzalez, L. (2020b). Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um Feminismo Afro Latino Americano - Lélia Gonzalez. Ensaios, intervenções e diálogos* (pp.20-38). Rio de Janeiro: Zahar
- Gonzalez, L. (2020c). A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um Feminismo Afro Latino Americano - Lélia Gonzalez. Ensaios, intervenções e diálogos* (pp.43-57). Rio de Janeiro: Zahar
- Gonzaga, P. R. B. (2022). Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia Brasileira na Luta Antirracista: Volume 1* (pp.155-181). Brasília: CFP.
- Ganem, V. (2023). The legacy of slavery, subjectivity and work: intergenerational transmission and the subjective relationship to work in Guadeloupe. *Subjectivity*, 30, 185-203. doi:[10.1057/s41286-023-00160-z](https://doi.org/10.1057/s41286-023-00160-z)

- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. (Coleção Mundo do Trabalho). São Paulo: Boitempo.
- Hirata, H., & Zarifian, P. (2003). O Conceito de Trabalho. In Coordenadoria Especial da Mulher (Org.), *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas* (pp. 65-69). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. Recuperado de library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf
- Hirata, H. (2015). Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. *Análise*, 7, 1-24. Recuperado de <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>
- Higa, F. D. C. (2016). Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? *Revista Direito GV*, 12(2), 484-515. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rdgv/v12n2/1808-2432-rdgv-12-2-0484.pdf>.
doi.org/10.1590/2317-6172201620
- Hirata, H. (2018). Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe. *Revista Trabalho Necessário*, 16 (29), 14-27. doi:<https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>
- Kergoat, D. (2003). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 55-63.
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos CEBRAP*, (86), 93-103. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002010000100005.
doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005

- Lerner, G. (2019). *A Criação do Patriarcado: a História da Opressão das Mulheres pelos Homens*. São Paulo: Cultrix.
- Leacock, E. B. (2019). *Mitos da dominação masculina: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural*. (S. J. Vasconcelos, Trad.). São Paulo: Instituto Lukács.
- Maruani, M. (2019). O adeus ao trabalho, e aí? In M. Maruani (Org.), *Trabalho logo existo: perspectivas feministas* (pp.11-15). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Melo, F. R. (2021). “Nós queremos pão e rosas”: feminismos e ativismos de mulheres junto aos descontentes da América (Estados Unidos, 1900 – 1929). *Cad. Gên. Tecnol.*, 14(44), 434-450. Recuperado de <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/13486>
- Miranda, D. W., & Félix-Silva, A. V. (2022). As Subjetividades Periféricas e os Impasses para a Descolonização da Clínica Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-12. doi: [10.1590/1982-3703003264143](https://doi.org/10.1590/1982-3703003264143)
- Nascimento, A. (1978). *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pochic, S. (2019). Feminismo de mercado e igualdade elitista? In M. Maruani (Org.), *Trabalho logo existo: perspectivas feministas* (pp.53-65). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Revista Consultor Jurídico (2020, maio de 12). “Empregada Fujona.” Empregada negra que teve pulso amarrado por sair mais cedo será indenizada. *Revista Consultor Jurídico* [online]. Recuperado de <https://www.conjur.com.br/2020-mai-12/empresa-indenizara-funcionaria-foi-humilhada-pulso-amarrado#top>

- Saffioti, H. (1976). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. (2 ed.). Petrópolis: Vozes.
- Souza, H. A. de Souza, Silva, G. R. de Almeida, Silva, R. L., & Silva, C. H. F. (2020). Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23(2), 175-188. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i2p175-188>
- Tavares, J. S. C., Filho, C. A. A. de Jesus., & Santana, E. F. (2020). Por uma Política de Saúde Mental da População Negra no SUS. *Revista da ABNP*, 12,138-151. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1118>
- Teixeira, J. (2021). *Trabalho Doméstico*. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Jandaíra.
- Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos (2021). *Assédio Sexual e as trabalhadoras domésticas na América Latina e Caribe*. Porto Alegre: Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Recuperado de <https://themis.org.br/publicacoes/>
- Utsch, I. (2016). Ajuste neoliberal, família patriarcal. In SOF-Sempreviva organização feminista (Org), *Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho* (pp.25-36). Recuperado de <https://www.sof.org.br/reacao-patriarcal-contr-a-vida-das-mulheres-debates-feministas-sobre-conservadorismo-corpo-e-trabalho/>
- Zanello, V. (2018). *Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

CAPÍTULO II

ARTIGO 2 - Reestruturação Produtiva, Estado e Covid-19: a situação da(s) mulher(es)

Resumo

As desregulações do mercado de trabalho, das leis fiscais, das relações trabalhistas, entre outras, características da chamada reestruturação produtiva, favorecem a precarização social e do trabalho. Cenário agravado pela pandemia do novo coronavírus. Entretanto, é necessário sublinhar as expressões concretas dessas mudanças produtivas, econômicas e sociais para os segmentos da classe trabalhadora, haja vista as clivagens históricas de sexo/gênero, etnia/raça e classe. Este artigo tem o objetivo evidenciar e discutir acerca das particulares implicações do contexto de crise(s) sobre o trabalho e vida das mulheres trabalhadoras. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental. Os documentos utilizados consistem em relatórios, boletins, levantamentos de dados socioeconômicos, artigos científicos e livros, nos idiomas português e espanhol. A busca ocorreu em sites de organizações governamentais e não governamentais, bases de dados e acervo pessoal. Sob a reestruturação produtiva, o trabalho precário e vulnerável tem rosto feminino, sobretudo o não branco. As mulheres estão inseridas em dinâmicas laborais extremamente adoecedoras. As configurações socioeconômicas decorrentes da pandemia de Covid-19 deixaram à mostra tal conjuntura e sua cronicidade. As experiências femininas na pandemia são uma denúncia da acentuada precariedade em que vivem e das contradições do discurso que atrela a igualdade de sexo/gênero e de etnia/raça e o bem-estar das mulheres à valorização do mercado. As contrarreformas neoliberais estabelecem novos desafios para a emancipação feminina. Assim, apontamos que as consequências dos processos contemporâneos de precarização do trabalho e da vida diferem para os gêneros, embora a luta unificada seja pertinente ao ideal feminista.

Palavras-chave: globalização, trabalho, covid-19, governança, mulheres.

Abstract

The deregulations of the labor market, tax laws, labor relations, among others, characteristics of the so-called productive restructuring, favor social and work precariousness. A scenario worsened by the new coronavirus pandemic. However, it is necessary to highlight the concrete expressions of these productive, economic and social changes for segments of the working class, given the historical cleavages of sex/gender, ethnicity/race and class. This article aims to

highlight and discuss the particular implications of the context of crisis(s) on the work and lives of working women. To this end, documentary research was carried out. The documents used consist of reports, bulletins, socioeconomic data surveys, scientific articles and books, in Portuguese and Spanish. The search took place on websites of governmental and non-governmental organizations, databases and personal collections. Under productive restructuring, precarious and vulnerable work has a female face, especially non-white work. Women are involved in extremely unhealthy work dynamics. The socioeconomic configurations resulting from the Covid-19 pandemic exposed this situation and its chronicity. Women's experiences during the pandemic are a denunciation of the marked precariousness in which they live and the contradictions of the discourse that links sex/gender and ethnic/racial equality and women's well-being to market valuation. Neoliberal counter-reforms establish new challenges for female emancipation. Thus, we point out that the consequences of contemporary processes of precarious work and life differ for genders, although the unified struggle is pertinent to the feminist ideal.

Keywords: globalization, labor, covid-19, governance, women.

Resumen

Las desregulaciones del mercado laboral, leyes tributarias, relaciones laborales, entre otras, características de la llamada reestructuración productiva, favorecen la precariedad social y laboral. Un escenario agravado por la pandemia del nuevo coronavirus. Sin embargo, es necesario resaltar las expresiones concretas de estos cambios productivos, económicos y sociales para segmentos de la clase trabajadora, dadas las divisiones históricas de sexo/género, etnia/raza y clase. Este artículo tiene como objetivo resaltar y discutir las implicaciones particulares del contexto de crisis en el trabajo y la vida de las mujeres trabajadoras. Para ello se realizó una investigación documental. Los documentos utilizados consisten en informes, boletines, encuestas de datos socioeconómicos, artículos científicos y libros, en portugués y español. La búsqueda se realizó en sitios web de organizaciones gubernamentales y no gubernamentales, bases de datos y colecciones personales. Bajo la reestructuración productiva, el trabajo precario y vulnerable tiene un rostro femenino, especialmente el trabajo no blanco. Las mujeres estamos involucradas en dinámicas laborales extremadamente insalubres. Las configuraciones socioeconómicas resultantes de la pandemia de Covid-19 expusieron esta situación y su cronicidad. Las experiencias de las mujeres durante la pandemia son una

denuncia de la marcada precariedad en la que viven y de las contradicciones del discurso que vincula sexo/género y la igualdad étnico/racial y el bienestar de las mujeres con la valoración de mercado. Las contrarreformas neoliberales plantean nuevos desafíos para la emancipación femenina. Así, señalamos que las consecuencias de los procesos contemporáneos de trabajo y vida precarios difieren para los géneros, aunque la lucha unificada es pertinente al ideal feminista.

Palabras clave: globalización, trabajo, covid-19, gobernanza, mujeres.

Introdução

A história de desenvolvimento do capitalismo é marcada por crises, cada uma delas com contornos próprios, em função da variedade de concepções ali presentes, sempre com o intuito de gerar alternativas para a continuidade do sistema. Na contemporaneidade, o grande desenvolvimento tecnológico, as inovações organizacionais e a internacionalização do capital impõem elementos diferentes à crise, sendo um deles as rápidas e marcantes transformações do emprego/trabalho e da produção, assim como novas configurações da sociedade e do Estado (Gonçalves, 2010; Alves-Felipe 2015).

Essas mudanças contemporâneas que se convencionou chamar de reestruturação produtiva sob a ideologia neoliberal trouxeram desregulamentações de todo tipo: do mercado de trabalho, das relações trabalhistas, das leis fiscais; do crescimento da informalidade (Antunes, 2014). Esse conjunto de elementos têm repercutido sobremaneira sobre a classe que vive do trabalho (Antunes, 2014; Hirata, 2015).

No entanto, é necessário sublinhar a multiplicidade das expressões concretas dessa fase de acumulação do capital, haja vista as clivagens histórias, como as de sexo/gênero, classe social e etnia/raça. Ademais, as mudanças sociais e econômicas impostas pela pandemia do novo coronavírus piorou esse contexto.

Considerando as relações de poder existentes e a divisão sexual e racial do trabalho na sociabilidade do capital financeiro, o eixo de argumentação do presente artigo se dá na compreensão e defesa de que as mudanças contemporâneas ocorridas no mundo do trabalho e nas sociedades impactam de maneira específica as mulheres trabalhadoras e revelam as articulações entre neoliberalismo e manutenção, acentuação da hierarquização das diferenças.

Assim, o objetivo deste texto é evidenciar e discutir acerca das implicações do contexto de reestruturação produtiva e de crise socio sanitária em decorrência da pandemia do novo coronavírus no trabalho e vida das mulheres.

Percorso metodológico de construção

Para embasar e auxiliar o desenvolvimento do eixo de argumentação e alcance do objetivo deste artigo, foi realizada uma pesquisa documental. É aquela em que se tem a finalidade de obter informações sobre determinado fenômeno a partir de um universo de documentos (Junior, Oliveira, Santos & Schnekenberg, 2021). Para tal, foram acessados trinta e dois documentos de domínio público aberto, que consistem em fontes primárias e secundárias de informações.

As fontes primárias, ou seja, os documentos que não tinham recebido tratamento analítico consistem em relatórios, boletins, levantamentos de dados socioeconômicos ou indicadores sociais. Os documentos com tratamento analítico, as fontes secundárias, tratam-se de artigos científicos e livros. Todos os materiais acessados expressam informações sobre a problemática em questão, ou seja, reestruturação produtiva e atividade econômica das mulheres, desigualdades de gênero no mundo do trabalho, dados socioeconômicos desagregados por sexo/gênero, etnia/raça ou classe, divisão sexual e racial do trabalho, pandemia e trabalho feminino, pandemia e desigualdades sociais, nos idiomas português e espanhol.

A estratégia de busca dos documentos obedeceu a seguinte lógica: relatórios, boletins e indicadores sociais, destes, citamos alguns: nível de ocupação, desemprego, taxa de informalidade, subutilização da força de trabalho, distribuição nas atividades econômicas, entre outros; foram captados em sites de organizações governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais.

Essas organizações são conhecidas por realizarem levantamento e divulgação de dados e informações sobre territórios, populações e assuntos, tendo como exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a OXFAM. Quanto aos artigos científicos e livros, recorreremos às bases de dados, como SciELO, LILACS e ao acervo pessoal. Em relação ao recorte de tempo dos documentos, os mais atuais são de 2022 e o mais antigo de 2000.

Como supracitado, a procura, a escolha, a compreensão dos variados documentos teve como intuito, acessar e extrair os conteúdos pertinentes para compor ou estruturar o enredo argumentativo e o objetivo de interesse.

Assim, além desta parte sobre o percurso metodológico de construção, da introdução e das considerações finais, o presente estudo está organizado em duas seções: (1) Reestruturação produtiva, divisão sexual e racial do trabalho e precarização ajustada ao feminino; (2) Pandemia, trabalho feminino e governabilidade: desafios para a resistência e autonomia das mulheres.

Reestruturação produtiva, divisão sexual e racial do trabalho e precarização ajustada ao feminino

Embora a divisão social do trabalho entre os gêneros se expresse de maneira diferente em cada sociedade, país ou região, os indicadores e pesquisas, principalmente as internacionais,

nos permitem fazer reflexões e identificar tendências ou similitudes em torno das mudanças e permanências da divisão social do trabalho entre homens e mulheres (Hirata, 2015). Uma das principais mudanças ou novidades advinda com as transformações dos paradigmas tecnológicos e produtivos, sobretudo, a partir da década de noventa, é o aumento da participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho em todo o mundo (Alves-Felipe, 2015; Hirata, 2015).

Na América Latina, no final da década de 1990 as mulheres já representavam 40% da população economicamente ativa (PEA). Estatísticas referentes ao período de 2007 a 2017, apontam que a incorporação feminina no mercado de trabalho se manteve em torno de 48,7%, e, em 2017, atingiu a marca de 50% (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2017).

No Brasil, em 2019, a taxa de ocupação das mulheres foi de 46,1%, enquanto a dos homens foi de 65,5%. Tais dados apontam para um aumento contínuo e significativo da taxa de ocupação das mulheres, quando são consideradas estatísticas de anos anteriores (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020).

Contudo, é mister assinalar que o aumento do ingresso das mulheres no mercado de trabalho não significa necessariamente melhoria no que diz respeito às condições de trabalho e de vida ou de equidade de condições de participação entre homens e mulheres ou entre mulheres.

O incremento da mão-de-obra feminina em contexto de reestruturação produtiva é marcado por paradoxos e contradições que podem ser entendidos como fenômenos resultantes ou consubstanciais à lógica do capitalismo-patriarcal-racista.

De um lado, evidenciamos que essa maior participação feminina no mercado de trabalho está relacionada com uma maior presença de um pequeno grupo de mulheres, geralmente, brancas, de classe média e não migrantes. Elas estão em cargos de direção, profissões de

prestígio e espaços de decisão, historicamente considerados redutos masculinos, como executivas, magistradas, engenheiras, entre outras; por outro lado, a maior parte, as mulheres pobres e/ou não brancas, com alguma deficiência, trans estão concentradas em setores como serviços pessoais, comércio, educação básica e saúde, em profissões, funções, ocupações bastantes desprestigiadas, mal remuneradas, sob intensificação do trabalho, desprotegidas e flexibilizadas (Hirata, 2015).

De acordo com Alves-Felipe (2015) na maioria das vezes, para as mulheres as diversas e novas oportunidades de participação no mercado de trabalho, nas últimas décadas do século XXI, significam velhos e novos riscos e/ou formas precárias de trabalho.

Tal análise mostra-se substancialmente pertinente quando verificamos a distribuição dos sexos/gêneros entre as formas e espaços de emprego/trabalho criadas ou intensificadas sob o modelo flexível de produção. Em todo o mundo, a mão-de-obra feminina tem especial participação no trabalho de meio período ou de tempo parcial (Hirata, 2015). Segundo o estudo “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, as mulheres representam 29,6% do trabalho parcial, enquanto os homens representam 15,6% (IBGE, 2021). Além disso, são mais facilmente cooptadas para empresas terceirizadas, principalmente nos países da América Latina (Hirata, 2015).

A terceirização do trabalho representa o agravamento das condições laborais para toda a classe trabalhadora, mas quando é levada em conta a distribuição do trabalho terceirizado entre os gêneros, verifica-se uma maior presença das mulheres em trabalhos repetitivos, sob ritmo intenso e vigilância acirrada e em empresas ou células de produção mais periféricas (Hirata, 2015). Um exemplo disso é a presença majoritária de mulheres (70%) nas empresas de *call center* e em oficinas de costura (Antunes, 2014).

No setor industrial, por exemplo, o trabalho intensivo tem rosto feminino, principalmente nos países do Sul ou periféricos. Com a mobilidade do capital para os países em desenvolvimento e a transferência das multinacionais para esses novos territórios, com históricos de barateamento da mão-de-obra e de fragilidade das leis trabalhistas e ambientais, as mulheres são preferencialmente cooptadas para os setores organizados sob a lógica *taylorista* de produção, como a montagem de brinquedos ou de componentes eletrônicos (Brito, 2000; Hirata, 2015).

Pesquisadores da área da saúde mental e/ou da saúde do(a) trabalhador(a) têm indicado uma correlação entre essas e outras formas de organização do trabalho contemporâneas com o aumento de uma série de patologias, como a LER (Lesão por Esforço Repetitivo) e com o aumento das descompensações psíquicas: depressão, do estresse-pós-traumático, do abuso do uso de substâncias lícitas e ilícitas (Brito, 2000; Hirata, 2007).

Essas e outras tendências da divisão sexual do trabalho em tempos de reestruturação produtiva pode ser compreendida pelas desvantagens socioculturais precedentes da mão-de-obra feminina e/ou sua articulação ou atualização com os processos atuais de expropriação do trabalho (Abramo, 2007; Hirata, 2015).

O trabalho desempenhado por mulheres costuma ser compreendido como complementar, inferior ou eventual, suas competências e habilidades reduzidas a qualidades ditas femininas, o que explica, por exemplo, a feminização do terciário, setor que é substancialmente atravessado pela lógica do cuidado, entendido como uma vocação e dever feminino (Abramo, 2007; Antunes, 2014). Somado a isso ou em consonância, a história de trabalho e de vida de muitas mulheres é marcada pela interrupção dos estudos e da qualificação, desemprego e sobrecarga de responsabilidades (Yannoulas, 2013).

Ante a essa conjuntura, Hirata (2007) sugere que a divisão sexual do trabalho foi ou continua sendo base para a implementação e desenvolvimento do cenário de trabalho flexível e vulnerável. As condições sócio-históricas da mão-de-obra feminina permitiram ao capital usá-la preferencialmente como exército de reserva ou adequado para os fins da acumulação flexível.

Para pensar as características da relação das mulheres com o desemprego, embora não tenhamos pretensão de subestimar o fenômeno de flutuação do nível de trabalho remunerado realizado por mulheres, cabe ressaltar a importância dos estereótipos e preconceitos em torno da mão-de-obra feminina e a desigual distribuição do trabalho doméstico/familiar para sua compreensão (Abramo, 2007; Hirata, 2015).

Dados nacionais, informam que em 2019 as mulheres (45%) foram mais afetadas do que os homens (36,4%) em relação à desocupação de longo prazo. As mulheres, sobretudo as de cor/raça preta ou parda, passam mais tempo desocupadas (de um mês até dois anos em média), mesmo estando disponíveis para trabalhar e buscando ativamente por empregos. Quando é levado em consideração o desemprego oculto pelo desalento, para as mulheres sobressaem-se dois motivos que se entrelaçam, quais sejam: não haver trabalho na localidade e ter que cuidar do lar, filhos(as) e parentes. Dentre os homens, apenas o primeiro motivo é preponderante (IBGE, 2020).

Diante desse cenário de combinações de desvantagens, a informalidade aparece como uma alternativa para garantir a sobrevivência. A informalidade tem forte presença na história do trabalho feminino remunerado, sobretudo das mulheres não brancas e migrantes, cujas chances de primeiro emprego lhes são negadas, vendo-se diante dos expedientes racistas e sexistas das instituições, das relações trabalhistas, do acesso às políticas públicas ao longo de suas vidas (Davis, 2019). Em contexto de reestruturação produtiva a situação se agrava. As

desigualdades de gênero, raça/etnia e classe seguem sendo aprofundadas e articuladas aos propósitos de lucratividade (Hirata, 2015).

Estatísticas nacionais demonstram que, quando comparada a presença de homens e mulheres na economia informal brasileira entre 2012-2019, evidencia-se o crescimento da informalidade para ambos os sexos. Em 2019, por exemplo, 41,6% da população ocupada (94,6 milhões) estava em trabalhos informais, o maior percentual registrado no intervalo de referência (IBGE, 2020). Contudo, ao considerar a porcentagem dos gêneros na informalidade, é evidenciado que o trabalho informal representa 42,0% das ocupações realizadas por mulheres, enquanto representa 20% das que são realizadas por homens. Além disso, dentre as trabalhadoras informais, 47,8% são negras (IBGE, 2019a).

Essa tendência permanece em 2022, quando no primeiro trimestre há um aumento de 1,77 p.p. (55,56%) de mulheres em trabalhos informais em relação a igual trimestre de 2019, quando eram 53,88% da mão-de-obra na informalidade. No caso dos homens, a participação no trabalho informal era de 53,83% em 2019 e 55,48% em 2022, um crescimento de 1,65 p.p. (IBGE, 2019a, 2022b).

A desigual distribuição entre os gêneros acontece também em relação aos tipos de trabalhos informais que ambos desempenham, ou seja, aquelas ocupações desprotegidas, sem direito a aposentadoria, a licenças remuneradas, a salário-mínimo e falta de representação. Os homens têm uma maior participação como trabalhadores assalariados sem proteção social e trabalho por conta própria, enquanto as mulheres estão em maior proporção no trabalho familiar, e quase compõem integralmente o trabalho doméstico remunerado sem carteira, atividades que se revestem remunerações ainda menores e são mais invisibilizadas (IBGE, 2020).

A realidade brasileira do trabalho doméstico remunerado é deveras preocupante e semelhante a de outros países da América Latina ou de outros continentes. Em contexto nacional, essa ocupação é a atividade econômica que concentra pessoas com os menores níveis de escolaridade e com as menores remunerações (IBGE, 2020). A maioria (66,6%) dos trabalhadores domésticos são pardos e negros (IBGE, 2020), mas podemos compreender como pardas e negras, haja vista a preponderância das mulheres (94, 1%) nesse tipo de ocupação (IBGE, 2019b). Tal realidade demonstra o quanto o racismo continua sendo estrutural, violento e intenso nas sociedades que se formaram com a escravidão (Campos, 2016).

O trabalho doméstico remunerado, em tempos de globalização do capital, está relacionado com o processo de feminização das migrações e a formação da “economia do *care*” (Davis, 2019, p.23). A expansão a nível internacional dos trabalhos de cuidado (empregada doméstica, babá, cuidadora de idosos, diarista) se dá em meio às negativas consequências dos fenômenos de cunho neoliberal. Em todo o mundo, assiste-se a uma progressiva desassistência dos Estados com as suas populações (Hirata, 2015).

As medidas ditas de ajuste como as privatizações, a redução dos investimentos em políticas sociais e serviços públicos, o incentivo ou transferência de responsabilidade para a iniciativa privada são essenciais para compreender a crise social deflagrada em contexto de reestruturação produtiva. Nesse sentido, a demanda por esses tipos de trabalho aumentou e eles têm refletido as ondas migratórias de mulheres trabalhadoras na atualidade (Hirata, 2015; Davis, 2019).

A internacionalização do *care* constitui um dos traços marcantes da mundialização dos mercados e das novas configurações da divisão internacional do trabalho feminino e de sua precariedade. Nos países da Europa Ocidental ou nos Estados Unidos por exemplo, esses trabalhos, quase sempre oferecidos na informalidade ou mediante contratos com restrições em

termos de direitos, são a porta de entrada no mercado laboral para as mulheres imigrantes e socialmente vulneráveis que, são em maioria, originárias de países da Ásia, África, América Latina, Caribe e Europa Oriental (Hirata, 2015; Davis, 2019).

Além disso, a diminuição ou ausência de escolas públicas de tempo integral, creches, lavanderias, investimento em segurança pública e transporte coletivo, saúde, entre outros, significa maiores custos, riscos e comprometimento do tempo para as mulheres, principalmente para as que são mães, chefas de família e das camadas populares (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade e Empoderamento das Mulheres [ONU Mulheres], 2020).

Sobre esse contexto, a crítica feminista também se estende à correlação entre a estratégia neoliberal de deterioração das leis trabalhistas e o enfraquecimento da ação sindical, mediadas pelos Estados, e a intensificação da violência de gênero ou contra a mulher no ambiente de trabalho (Campos, 2016).

A flexibilização dos vínculos empregatícios e a relativização dos direitos trabalhistas em contexto de reestruturação produtiva deixa a classe trabalhadora mais suscetível às diversas formas de violências, abusos de poder. Mas quando levamos em consideração as clivagens e desvantagens que atravessam a participação das mulheres no ambiente laboral, estas certamente estão em uma posição de maior vulnerabilidade em relação a probabilidade de vivenciarem a violência física, o assédio moral e sexual e a discriminação racial no trabalho, realidade demonstrada pelo estudo de Pai, Sturbelle, Santos, Tavares e Lautert (2018).

Nesse sentido, as implicações desses movimentos de cunho neoliberal sobre a saúde física e mental das trabalhadoras e trabalhadores constitui outra dimensão do que entendemos como precarização. A precarização social e do trabalho pode ser definida como sendo o agravamento das condições laborais em razão de novas organizações do trabalho, do

enfraquecimento dos direitos sociais, sindicais e do comprometimento das chances de prevenção e proteção à saúde (Brito, 2000).

Assim, ressaltamos que a relação subjetiva do(s) indivíduo(s) com o trabalho vem sendo cada vez mais negativamente afetada. Um exemplo disso é a drástica redução das possibilidades de manobra da(s) pessoa(s) ante as suas necessidades e dificuldades dentro e fora do trabalho remunerado, aliada ao empobrecimento das vivências coletivas. Circunstâncias que são favorecedoras da perda ou do impedimento da construção do sentido do trabalho e da alienação da classe trabalhadora (Dejours, 2012).

As mulheres assim, estão mais atreladas à dimensão da flexibilidade que diz respeito ao desemprego, ao trabalho precário e vulnerável e a alternância trabalho remunerado e não remunerado. Nesse caso, tais circunstâncias sugerem uma forte relação das atividades femininas ou desenvolvidas por mulheres com o sofrimento psíquico intenso e o surgimento de patologias (Brito, 2000; Hirata, 2015).

Quando analisada a correlação entre estresse ocupacional e saúde mental, levando em consideração as desigualdades de gênero e raça, os Transtornos Mentais Comuns (TMC) são mais frequentes entre as mulheres (negras: 23,7%, e não negras: 19,6%). Ademais, observa-se que a maior associação dos TMC com o grupo mulheres, sobretudo, as mulheres negras, deve-se a inserção delas em trabalhos precários, menos valorizados, com longas jornadas, somando-se as atividades laborais e domésticas (Campos, Araújo, Viola, Oliveira, & Sousa, 2020).

Pandemia, trabalho feminino e governabilidade: desafios para a resistência e autonomia das mulheres

É consenso que a pandemia de COVID-19, evento sem precedente na história recente, tem gerado grandes impactos na vida das pessoas e, a longo prazo, terá efeitos profundos e

ainda pouco dimensionados sobre as sociedades (Macêdo, 2020; OXFAM, 2021). Contudo é necessário ressaltar as especificidades e a diferença de magnitude e de perenidade dos efeitos da pandemia sobre os grupos sociais, haja vista as relações sociais que os atravessam e o cenário sociopolítico em que se desenvolvem.

Historicamente a precariedade está associada ao trabalho realizado por mulheres. Em momentos de insegurança, instabilidade, desemprego, recessão econômica, as mulheres trabalhadoras têm mais chances de serem demitidas ou admitidas para setores e trabalhos precarizados (Abramo, 2007; Brito, 2000; Hirata, 2002). A experiência da pandemia, em suas diferentes fases, em contexto em que já ocorria a reestruturação produtiva, certamente coloca as mulheres no centro da discussão e das ações para o enfrentamento coletivo das formas de hierarquização, subordinação e das políticas de morte (ONU Mulheres, 2020; OXFAM, 2021).

Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do novo coronavírus em março de 2020 até os dias atuais, em que já contamos com vacinas, acompanhamos análises e dados sobre como o contexto pandêmico afetou ou pode afetar as mulheres trabalhadoras em muitos países e regiões.

As relações sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho e seus correspondentes em termos de etnia/raça e classe engendraram uma conjuntura em que as mulheres, principalmente as não brancas e da camada popular, estiveram e estão mais suscetíveis ao desemprego, à redução de seus rendimentos, à miséria, à desproteção social, às situações extremas de trabalho, aos riscos biológicos, à violência e, por conseguinte, aos prejuízos físicos e psíquicos provenientes da vivência de uma crise socio sanitária em meio à profundas desigualdades, como é o caso das latino-americanas (OXFAM, 2021).

As mulheres têm alta participação em setores e atividades econômicas e de subsistência mais afetadas pelas quarentenas (ONU Mulheres, 2020). Elas são a maioria das pessoas que

trabalham em hotéis, em casas de famílias, como vendedoras, em serviços de beleza e afins, que prestam cuidados à idosos e crianças, dos cozinheiros, entre outras (IBGE, 2019b; OXFAM, 2021).

Segundo as análises contidas no “Panorama Laboral 2020 América Latina y el Caribe – Edición COVID-19”, no primeiro ano de pandemia a contração das taxas de participação no mercado laboral foi similar entre homens (5,4%) e mulheres (5,5%). Contudo, tal contração é mais significativa para as mulheres, pois estas já têm taxas de participação menores do que os homens (OIT, 2020).

No caso do Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnab Contínua) referente ao 4º trimestre de 2021 demonstram que a taxa de desemprego recuou 11,1%, mas nota-se que esse declínio é acompanhado por disparidades quando analisado por sexo, cor/raça. A taxa de desocupação foi de 9% para os homens e 13,9% para as mulheres; o recorte por cor/raça indica que negros (13,6%) e pardos (12,6%) ficaram acima da média nacional. Ademais, registrou-se a queda do rendimento das trabalhadoras e dos trabalhadores (10,7%) em um ano e houve alta da informalidade (40,7%, próxima da máxima histórica) e das subocupações (18,1%) (IBGE, 2022a).

Quando tratamos da capacidade das mulheres em garantir o seu sustento, é primordial, como já foi indicado na seção anterior, considerar as vulnerabilidades históricas que subsidiam as formas como essa experiência ressoa em suas vidas. Para a maioria das mulheres, a perda do trabalho remunerado pode significar a inclusão na miséria, haja vista que historicamente elas possuem menores rendimentos e maior pobreza patrimonial (ONU Mulheres, 2020; OXFAM, 2021).

Para as trabalhadoras informais significa imediatamente a desdita do comprometimento dos meios de subsistência e a impossibilidade de contar com um conjunto de garantias e direitos,

a exemplo das trabalhadoras domésticas sem carteira assinada, o que as coloca, juntamente com filhos(as), em insegurança alimentar. Ademais, a perda da remuneração pode gerar riscos de proteção associados, como a migração irregular, a exploração sexual com fins comerciais, a dificuldade de locomoção, comprometendo o acesso à métodos contraceptivos e atendimentos de saúde, barreiras adicionais para deixar um parceiro ou parceira violento(a) (ONU Mulheres, 2020).

No Brasil os casos de violência contra a mulher tiveram uma alta desde o início da pandemia. Entre março de 2020 e dezembro de 2021, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável do gênero feminino, um aumento considerável em relação a períodos anteriores. No tocante a violência doméstica, os casos passaram de 42%, registro de 2019, para 48% no ano seguinte. As vítimas de violência doméstica estão entre as que mais perderam renda e emprego no contexto pandêmico, indicando como as tensões familiares em decorrência de condições precárias ganham desenhos específicos para as mulheres (Fórum Brasileiro de Segurança Pública & Datafolha Instituto de Pesquisas, 2021).

Com esse prisma sobre os impactos da pandemia acerca da capacidade de subsistência das mulheres, não queremos sugerir que as análises e soluções passem apenas pela saída ou inclusão das mulheres no(s) mercado(s) de trabalho, pelo contrário, entendemos que o mercado em si é substância de tal conjuntura. Como vimos na seção anterior, a atual fase da acumulação do capital se dá sobre a intensa precarização do trabalho e dos modos de vida. Nesse contexto as mulheres despontam em termos de trabalho precário e vulnerável, portanto, as consequências da pandemia sobre o trabalho feminino expõem a perversidade e nocividade em curso do sistema capitalista-patriarcal-racista.

Nesse sentido, citemos algumas discussões e análises em relação às situações das mulheres trabalhadoras que se mantiveram ou se mantêm em trabalhos remunerados em

contexto pandêmico. Como maior número dos socorristas, dos profissionais da saúde e da assistência social, dos voluntários nas comunidades e instituições, as mulheres trabalhadoras têm enfrentado os desafios e perigos ante a prestação de cuidado em serviços, espaços, cronicamente negligenciados, que penam pela falta de pessoal, materiais de trabalho e insuficiência de vários tipos de recursos (OXFAM, 2021).

Para as mulheres que precisaram adotar o trabalho remoto, como foi ou é o caso das atendentes de *call center* ou das professoras, principalmente as do ensino básico, encontraram ou encontram pelo menos duas dificuldades para continuarem mantendo os níveis de produtividade exigidos pelas organizações: a sobrecarga do trabalho doméstico/familiar, em especial durante os períodos de maior severidade das medidas de isolamento; e não contar, muitas vezes, com *notebooks* ou *tablets*, além de boa qualidade de conexão à internet (Bridi, 2020; Macêdo, 2020).

Ademais, é oportuno salientar que independente da categoria profissional/ocupacional, as mulheres vêm experimentando a agudização da dupla ou tripla jornada de trabalho em seus cotidianos, com repercussões significativas para a saúde mental feminina (Macêdo, 2020).

Embora, reconheçamos que para pouco tempo de luta organizada e institucionalizada, as mulheres tenham, sob muita perseverança e coragem, conseguido colocar em evidência várias pautas de importância para a busca por emancipação feminina e conquistado alguns direitos e graus de liberdade: direito ao voto, licença-maternidade, políticas e leis específicas contra a violência de gênero, entre outros; Ao lado disto, estão constantemente questionando os projetos de precarização das condições de vida de vários grupos sociais.

No entanto, os ganhos e as transformações necessárias, principalmente diante do cenário caótico e devastador em que nos encontramos, estão fortemente ameaçados e comprometidos

se as (re)ações capitalistas-patriarcais-racistas contemporâneas não forem duramente confrontadas por todas e todos.

Globalmente acompanhamos a progressiva expansão da extrema-direita, e, por conseguinte, os discursos antifeministas, misóginos, racistas e homofóbicos explícitos, bem como a renovação ou aperfeiçoamento do papel dos Estados na manutenção das relações de poder, em alguns lugares com graves fissuras nos regimes democráticos, como é o caso do Brasil (Campos, 2016; Ballestrin, 2020). As contrarreformas neoliberais e o avanço do conservadorismo andam de mãos dadas e incorporam novos desafios ou renovam os já existentes para o alcance de medidas verdadeiramente transformadoras e capazes de realizar o ideal feminista de justiça social e emancipação feminina (Campos, 2016).

A avaliação que se faz do Estado neste texto afasta-se de qualquer suposição de neutralidade; pelo contrário, ele é visto também como uma relação social, abriga e/ou é atravessado em seu cerne pelas dinâmicas sociais e as contradições existentes. Como instância do poder político, ele pode representar os interesses concretos hegemônicos das classes dominantes, mas, contraditoriamente, expressar os que lhe opõem. É justamente sob essa condição que se dá a disputa das classes ou grupos sociais pelos recursos públicos (Gonçalves, 2010).

As contrarreformas do Estado brasileiro se encontram em pleno desenvolvimento e materialização. Após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff - mulher, mãe, trabalhadora - que publicamente assumia compromisso com a democracia, com o Estado redistributivo e com as minorias, um conjunto de estratégias, medidas e ações foram se configurando de forma rápida e institucionalizadas em direção ao desmonte das políticas públicas, dos direitos sociais e trabalhistas, concomitantemente ao estabelecimento de uma atmosfera cada vez mais autoritária e conservadora (Campos, 2016; Ballestrin, 2020).

São exemplos de tal conjuntura: a Emenda Constitucional nº 95 (EC-95, de 2016), que estabelece o congelamento dos gastos públicos com despesas primárias por 20 anos; a reforma trabalhista, regulamentada pela Lei n.13.467, de 13 de julho de 2017, que insere no Direito do Trabalho brasileiro formas flexibilizadas de negociação da mão-de-obra; a reforma da previdência, promovida pela EC-103, de 12 de novembro de 2019, pela qual as regras para obtenção dos benefícios previdenciários, como aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, pensão por morte, tornam-se mais restritivas (Ferreira, Rodrigues, & Medonça, 2019; IBGE, 2020).

O governo Bolsonaro foi o exemplo mais recente que nós tivemos de representação ou consumação dos projetos políticosociais do capitalismo-cisheteropatriarcal-racista em território brasileiro. Bolsonaro demonstrou em seus posicionamentos e iniciativas o desprezo e aversão pelas causas dos grupos minoritários, como mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+. As ações governamentais ou a inexistência dessas sob seu comando presidencial refletiram o compromisso do governo com os interesses mercadológicos, com os privilégios das classes dominantes e com os discursos tradicionalistas e antidemocráticos (Cunha, 2020).

No campo das discussões de gênero e sexualidade, por exemplo, as ofensivas do governo brasileiro se traduziram na criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 2019, nas declarações oferecendo indulgência à atos de violência contra as mulheres, no relançamento na Câmara dos Deputados da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, no incentivo ao projeto que visa autorizar terapias ditas de reorientação sexual ou também conhecido como “Cura Gay”, no apoio ao projeto “Escola sem partido”, entre outras (Cunha, 2020, p.51).

Segundo Cisne e Gurgel (2008) o papel ideológico-normativo de instituições como Estado, escolas e família são fundamentais para garantir a (re)produção dos valores,

comportamentos e relações condizentes com a manutenção do(s) sistema(s) de dominação-opressão-exploração. Em tempos de neoliberalismo essas artimanhas têm especial lugar e, por vezes, têm atravessado as lutas populares.

Um exemplo disso é o movimento internacional de “onguização” (Cisne & Gurgel, 2008, p.76) do feminismo. Organizações Não-Governamentais (ONGs) são eleitas pelas agências de cooperação nacionais e internacionais como o melhor caminho para as interlocuções com as causas sociais. Para serem eleitas como parceiras, as ONGs têm que se submeter à burocracia e lógica do mercado de projetos, o que pode resultar na implementação de medidas parciais e focalizadas (Cisne & Gurgel, 2008).

A dialética produção material e ideológica é propriedade fundamental das relações sociais (Hirata, 2002). Para expressar tal condição, Gonçalves (2010, p.65) faz uso do termo “dimensão subjetiva” do campo social. Essa noção parte da compreensão de que os fenômenos sociais possuem aspectos ideológicos, subjetivos, que ao mesmo tempo são consequências e constitutivos das práticas sociais. É por meio dessa dialética que se garante a aceitação e naturalização do que está posto, do *status quo*. A disputa pelas subjetividades ou pelos processos de subjetivação sempre foram essenciais para a histórica supremacia masculina e exclusão das mulheres, inclusive para que elas cooperassem com esse sistema.

O envolvimento manipulatório se mostra bastante oportuno para suscitar a desmobilização social ante as crises do(s) sistema(s) (Cisne & Gurgel, 2008). Em contexto pandêmico, no caso brasileiro, de forma mais explícita, podemos apontar as declarações do ex-presidente do Brasi, Jair Messias Bolsonaro, quando veio à público e classificou a COVID-19 de gripezinha ou quando descredibilizou as estatísticas sociais.

Também nos preocupa a forma mais sutil e às vezes revestida de aparente denúncia dos mecanismos ideológicos de controle que têm circulado e sido disseminados pelos meios de

comunicação, pelos discursos empresariais, por análises profissionais, até se tornarem elementos da conversa da dona de casa, das trabalhadoras na hora do almoço. Como exemplos, citemos a ideia de novo normal, a chamada à resiliência e superação sem a devida crítica em relação as condições necessárias para isso, a problematização da dupla ou tripla jornada de trabalho feminino em termos apenas de repartição de tarefas entre indivíduos, o empoderamento feminino reduzido a ações e conquistas individuais.

Considerações finais

O incremento da participação feminina no mercado de trabalho se constitui como uma das principais repercussões sobre a divisão sexual do trabalho, embora isso não signifique necessariamente melhoria no que diz respeito às condições laborais e de vida ou de equidade de condições de participação entre homens e mulheres ou entre mulheres.

Em geral, as mulheres participam da (re)produção da economia neoliberal realizando trabalhos, ocupando espaços e funções mais precárias e vulneráveis. O rosto feminino, sobretudo, o não branco, do trabalho flexível e/ou precarizado revela o papel organizador e constituinte das relações de sexo/gênero e de etnia/raça para a atual fase de acumulação do capital e para a perpetuação dos mecanismos de exploração e de concentração de recursos e riquezas.

Assim como ocorreu na revolução industrial, em que mediante a necessidade de mão-de-obra, as fronteiras do masculino e feminino foram ajustadas, atualmente acompanhamos algo semelhante. As mulheres têm cada vez mais participado dos espaços produtivos, principalmente no setor de serviços.

Essa feminização da classe trabalhadora, no entanto, revela o que podemos chamar de aparente paradoxo, pois, permanecem as disparidades de renda, de condições de trabalho, de

valorização, dos setores e processos laborais, dos cargos e posições, dos riscos, o desequilíbrio em termos de desemprego, e as mulheres continuam assumindo o trabalho doméstico remunerado e não remunerado, em uma conjuntura de progressiva pauperização e deterioração dos direitos sociais para toda população.

Por conseguinte, é importante ressaltarmos os impactos desse cenário para a saúde das mulheres trabalhadoras. Embora, observamos que toda a classe que vive do trabalho tem experimentado a gradual diminuição dos recursos individuais e coletivos de proteção à saúde, as mulheres por figurarem quando o assunto é desproteção social, incertezas, trabalho parcial e/ou repetitivo, exposição à diversas formas de violência, pobreza patrimonial, e, dupla ou tripla jornada de trabalho, representam no plano sanitário importante balizador para a compreensão e intervenção sobre os fenômenos de cunho neoliberal e suas relações com os níveis de saúde e quadros epidemiológicos das populações.

Ademais, quando lançamos luz à saúde no trabalho ou pelo trabalho sob uma perspectiva das relações sociais de gênero, observamos como as mulheres trabalhadoras estão situadas em alguns pontos cegos das políticas, serviços e ações de proteção à saúde. Elas são subrepresentadas quando o assunto é trabalho ou vida laboral, desempenham trabalhos de difícil fiscalização e, que, muitas vezes, estão fora da cobertura das leis previdenciárias, a exemplo de algumas atividades realizadas na esfera privada e/ou na informalidade.

Os valores, as concepções e as situações do cotidiano das mulheres trabalhadoras diferem bastante das regras, pautas ou concepções, geralmente androcêntricas, analisadas ou defendidas pelas organizações e sindicatos, como por exemplo, a impossibilidade para as mulheres de terem suas situações laborais e seus processos de adoecimento realmente compreendidos sem que isso passe pela análise da relação entre precarização familiar, social e de trabalho, entre outros.

Nesse sentido, tal conjuntura indica, até certo ponto, uma particularidade ou especificidade para o gênero feminino das consequências do contexto de precarização do trabalho e social em tempos de neoliberalismo, bem como enseja a necessidade de questionarmos o discurso que atrela a igualdade ou reparação entre os gêneros à valorização ou conformidade com a lógica de mercado ou do empresariado. Pois, caso contrário, no mínimo falaremos de medidas parciais ou ganhos para um pequeno grupo de mulheres, aquelas que já possuem vantagens econômicas ou sociais.

Acreditamos que o contexto pandêmico tenha especial potencial de escancarar a perversidade e nocividade do capitalismo-patriarcal-racista. As experiências das mulheres trabalhadoras sob contexto pandêmico, principalmente nas regiões e países periféricos, como é o caso da América-Latina, podem suscitar exemplos e reflexões sobre as falácias desse(s) sistema(s) e as constantes investidas e reações contra a vida delas, consequentemente, subsidiar pautas de luta e organização coletiva.

Destacamos o caso brasileiro, um país marcado por históricas desigualdades, onde o sexismo e o racismo estão encrustados na organização social, no imaginário popular e nas relações e, que, em contexto pandêmico sob as medidas e mudanças de cunho neoliberal, vivencia um momento de retrocessos em termos de desenvolvimento social e direitos. A crise democrática brasileira instaurou novos elementos ou trouxe de volta antigos obstáculos para as resistências e avanços necessários à emancipação das brasileiras.

Ante esse cenário nacional e internacional de contrarreformas, a perspectiva feminista de mundo continua sendo muito promissora, não só para desnaturalizar e desvelar as situações de exclusão e exploração em que se encontram as mulheres trabalhadoras, bem como porque obriga a descompartimentar disciplinas, esferas sociais, problemáticas e ações, por conseguinte, beneficia a todas e todos. À vista disso, acreditamos que a força coletiva das mulheres soma-se

e deve-se ser somada à força coletiva de toda a sociedade civil ou da(s) classe(s) trabalhadora para o enfrentamento dessa conjuntura de institucionalização da precariedade, da barbárie e da caça às bruxas.

Enquanto ciência psicológica, campo teórico-prático no qual nos localizamos, ressaltamos a nossa particular responsabilidade nesse processo coletivo de enfrentamento das formas de subordinação, exploração e alienação do neoliberalismo ou neocolonialismo. É imprescindível a adoção de uma perspectiva materialista gendrada e racializada dos processos psicossociais, além de assumir a crítica frente os mecanismos ideológicos de controle e manipulação, até mesmo, frente aqueles que possam fazer parte de nossas ferramentas teóricas e metodológicas de trabalho.

Assim, consideramos que a luta das mulheres por melhores condições de vida e de trabalho é uma luta por transformação social e por subversão da lógica de lucratividade e de acumulação de riquezas. É uma luta em prol das democracias, dos direitos humanos, do enfrentamento ao racismo estrutural, a fim de vislumbrar e concretizar projetos políticos e de sociedade que estejam respaldados na conquista da justiça social e da igualdade.

Referências

- Abramo, L. (2007). Novas figuras do trabalho na América Latina. In H. Hirata & L. Signini (Orgs), *Organização, trabalho e gênero* (pp.21-41). São Paulo: Editora Senac.
- Antunes, R. L. C. (2014). A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 27, 11-25. Recuperado de: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1316>.

- Alves-Felipe, J. D. L. A (2015). Reestruturação produtiva e o trabalho das mulheres uma análise crítica. *Gênero & Direito*, 4(3), 12-23. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/25305>
- Ballestrin, L. (2020). Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas*, 28(3), 1-14. doi:[10.1590/1806-9584-2020v28n375304](https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304)
- Brito, J. (2000). Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cad. Saúde Pública*, 16(1),195-204. doi:[10.1590/S0102-311X2000000100020](https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000100020)
- Bridi, M. A. (2020). Teletrabalho em tempos de pandemia e condições objetivas que desafiam a classe trabalhadora. In D. Andrade & M. Pochman (Orgs.), *A Devastação do trabalho: a classe do labora na pandemia* (pp.173-205). Brasília: Gráfica e Editora Positiva. Recuperado de <https://gestrado.net.br/livros/a-devastacao-do-trabalho-a-classe-do-labor-na-cri-se-da-pandemia/>
- Campos, E. (2016). Reação patriarcal contra a vida das mulheres. In SOF-Sempreviva organização feminista (Org.), *Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho* (pp.18-24). São Paulo: Fundação Heinrich Boll. Recuperado de <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Cartilha-conservadorismo-web-1.pdf>
- Campos, F. M., Araújo, T.M., Viola, D. N., Oliveira, P. C. S., & Sousa, C.C. (2020). Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdades de gênero e raça. *Cad. Saúde Colet*, 28(4), 579-589. doi:[10.1590/1414-462X202028040559](https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040559)

- Cisne, M., & Gurgel, T. (2008). Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres/Feminism, State and public policies: challenges in neoliberal times for. *SER Social*, 10(22),69-96. doi: [10.26512/ser_social.v10i22.12960](https://doi.org/10.26512/ser_social.v10i22.12960)
- Cunha, Leonam L. N. (2020). A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência. *Revista de Estudos Brasileños*, 7(14), 49-61. Recuperado de https://redib.org/Record/oai_articulo3079928-a-antipol%C3%ADtica-de-g%C3%AAnero-governo-bolsonaro-e-suas-din%C3%A2micas-de-viol%C3%A2ncia
- Dejours, C. (2012). Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 363-371. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pe/a/ZCgmnvttLdFqdzFb3tdZ3zt/abstract/?lang=pt>.
- Davis, A. (2019). Mulheres, raças, classes: desafios para o século XXI. In M. Maruani (Org.), *Trabalho, logo existo* (pp.17-27). São Paulo: Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. (2020). *Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta*. Recuperado de https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf.
- Ferreira, G. S., Rodrigues, I. C., & Mendonça, K. A. (2019). Implicações da reforma da Previdência na desigualdade de gênero. *Revista Brasileira de Direito Social*, 2(1), 46-57. Recuperado de <https://rbds.emnuvens.com.br/rbds/article/view/77>
- Forum Brasileiro de Segurança Pública & Datafolha Instituto de Pesquisas. (2021). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil* (3a ed.). Patrocínio: Uber. Recuperado de

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>

Gonçalves, M. G. M. (2010). *Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez.

Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial.

Hirata, H. (2007). Flexibilidade, trabalho e gênero. In H. Hirata & L. Segnini (Orgs.), *Organização, trabalho e gênero* (pp.89-108). São Paulo: Editora Senac.

Hirata, H. (2015). Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. *Análise*, 7, 1-24. Recuperado de <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019a). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) - 1º Trimestre de 2019*. Recuperado de <https://ibge.gov.br/>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019b). Mulher e trabalho: papéis sociais em questão (Coordenação de Comunicação Social). *Retratos: a revista do IBGE*, 17, 1-29. Recuperado de: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2929/rri_2019_n17_jul.pdf.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (Coordenação de População e Indicadores Sociais). Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil* (2a ed.). Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022a). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) - 4º Trimestre de 2021*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022b). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) - 1º Trimestre de 2022*. Recuperado de <https://ibge.gov.br/>.
- Junior, E. B. L., Oliveira, G. S., Santos, A. C. O., & Schnekenberg, G. F. (2021). Análise Documental como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, 20(44), 36-51. Recuperado de <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>
- Macêdo, S. (2020). Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto de pandemia covid-19:tecendo sentidos. *Rev. Nufen: Phenom.Interd*, 12 (2), 187-204. doi: [10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33](https://doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33)
- Organização Internacional do Trabalho. (2017). *Panorama Laboral 2017 América Latina y el Caribe*. Recuperado de https://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_613957/lang--es/index.htm.
- Organização Internacional do Trabalho. (2020). *Panorama Laboral 2020 América Latina y el Caribe – Edición COVID-19*. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el

Caribe. Recuperado de

https://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_764630/lang--es/index.htm

OXFAM. (2021). *O vírus da desigualdade unindo o mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável* (Relatório da OXFAM).

Recuperado de <https://www.oxfam.org.br/>

Pai, D. D., Stuberlle, I. C. S., Santos, C., Tavares, J.P., & Lautert, L. (2018). Violência física e psicológica perpetrada no trabalho em saúde. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 27(1), 1-10, 2018. doi:[10.1590/0104-07072018002420016](https://doi.org/10.1590/0104-07072018002420016)

Yannoulas, S. C. (2013). Sobre o que nós, mulheres, fazemos? In S. C. Yannoulas (Org.), *Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações* (pp.31-65).

Brasília: Editorial Abaré. Recuperado de

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/31211>.

CAPÍTULO III

ARTIGO 3 – Revisão Sistemática e Metanálise Qualitativa sobre Trabalho Doméstico

Remunerado e Gênero

Resumo

O presente estudo analisa a produção científica brasileira sobre trabalho doméstico remunerado e gênero. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura a partir de cinco bases de dados. A busca eletrônica inicial resultou em 1.127 artigos e, após a aplicação dos critérios de inclusão e a exclusão dos replicados, 16 artigos foram selecionados. Com a avaliação dos juízes, 13 artigos foram considerados elegíveis para a análise cientométrica e de conteúdo categorial. Os resultados demonstram que a temática é de interesse de diversas áreas do conhecimento, sobretudo, das ciências sociais e a autoria é predominantemente feminina. As produções são majoritariamente teóricas, ademais, abordam a relação trabalho doméstico remunerado e gênero a partir de diversos temas, como organização coletiva e sindical, riscos à saúde, migrações, entre outros. A categoria gênero é abordada enquanto condição analítica para a compreensão da organização socioeconômica do trabalho doméstico remunerado e do cotidiano de trabalho e de vida das mulheres que exercem essa ocupação. Além disso, na maioria dos estudos, encontramos uma tendência à perspectiva interseccional acerca das questões de gênero que atravessam esse saber-fazer. Entre eles, é ressaltado a importância de considerar os enovelamentos entre gênero, raça/etnia e classe social, principalmente, por se tratar do contexto nacional. Verificamos a necessidade de mais estudos empíricos que, inclusive, contemplem as realidades da região Norte e Nordeste e os aspectos (inter)subjetivos. Esperamos que novas revisões possam suprir as limitações deste estudo.

Palavras-chave: trabalho doméstico, remuneração, gênero.

Abstract

This study analyzes Brazilian scientific production on paid domestic work and gender. To this end, a systematic review of the literature was conducted from five databases. The initial electronic search resulted in 1,127 articles and, after applying the inclusion criteria and excluding the replicates, 16 articles were selected. With the judges' evaluation, 13 articles were considered eligible for the scientometric and categorical content analysis. The results show that

the theme is of interest to several areas of knowledge, especially the social sciences, and the authorship is predominantly female. The productions are mostly theoretical; moreover, they approach the relationship between paid domestic work and gender from several themes, such as collective and union organization, health risks, migrations, among others. The gender category is addressed as an analytical condition for understanding the socioeconomic organization of paid domestic work and the daily work and life of women in this occupation. In addition, most of the studies tend toward an intersectional perspective on the gender issues that cut across this know-how. Among them, the importance of considering the entanglements between gender, race/ethnicity, and social class is emphasized, mainly because it deals with the national context. We verified the need for more empirical studies that also contemplate the realities of the North and Northeast regions and the (inter)subjective aspects. We hope that new reviews can overcome the limitations of this study.

Keywords: housework, remuneration, gender.

Resumen

Este estudio analiza la producción científica brasileña sobre el trabajo doméstico remunerado y el género. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica sistemática a partir de cinco bases de datos. La búsqueda electrónica inicial dio como resultado 1.127 artículos y, tras aplicar los criterios de inclusión y excluir las réplicas, se seleccionaron 16 artículos. Con la evaluación de los jueces, se consideraron 13 artículos elegibles para el análisis de contenido cuantitativo y cualitativo. Los resultados demuestran que el tema es de interés en diversas áreas del conocimiento, sobre todo en las ciencias sociales, y la autoría es predominantemente femenina. Las producciones son en su mayoría teóricas, y abordan la relación entre el trabajo doméstico remunerado y el género desde varios temas, como la organización colectiva y sindical, los riesgos para la salud, las migraciones, entre otros. La categoría de género se aborda como condición analítica para comprender la organización socioeconómica del trabajo doméstico remunerado y el trabajo y la vida cotidiana de las mujeres en esta ocupación. Además, la mayoría de los estudios tienden a una perspectiva interseccional de las cuestiones de género que atraviesan estos conocimientos. Entre ellos, se destaca la importancia de considerar los entredos entre el género, la raza/etnia y la clase social, principalmente porque se trata del contexto nacional. Comprobamos la necesidad de más estudios empíricos que contemplen también las realidades de las regiones del Norte y del Nordeste y los aspectos (inter)subjetivos. Esperamos que las nuevas revisiones puedan superar las limitaciones de este estudio.

Palabras clave: trabajo doméstico, remuneración, género.

Introdução

Apesar do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, em geral, a mão-de-obra feminina continua sendo direcionada para determinadas ocupações/profissões, tarefas, lugares na produção, considerados de menor importância ou secundarizados (Rocha & Pinto, 2018). Um dos representantes dessa conjuntura é o trabalho doméstico remunerado (TDR). Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) no quarto trimestre de 2018, os serviços domésticos possuíam maior incidência de mulheres, a saber cerca de 94,1% das pessoas que exercem tais atividades.

Ademais, no Brasil, segundo Almeida (2010), embora seja uma atividade fortemente atravessada pelas discriminações de gênero, é datada do período escravocrata e, por isso, carrega em sua história as imbricações de gênero, raça e classe, de modo que, se tornou uma ocupação majoritariamente exercida por mulheres negras e pobres, além de ser marcada por extrema precarização: má remuneração, informalidade, desvalorização e subalternização.

O interesse pelo estudo sobre os trabalhos domésticos aparece no universo acadêmico a partir das décadas de 1960 e 1970, seja por conta da crítica feminista ou pela demanda elevada por esses serviços mediante quadro de precarização das condições de trabalho das empregadas domésticas. Desde então, observa-se que a produção acadêmica sobre o tema tem crescido em diferentes áreas do conhecimento (Rial, Lago, & Grossi, 2005). Na Psicologia do Trabalho, este tema tem ganhado espaço nas discussões e produções, em decorrência da aproximação desta subdisciplina com ambientes laborais diferentes do fabril ou das organizações formais e a adoção de uma visão mais crítica sobre os fenômenos do mundo do trabalho (Gondim, Borges-Andrade, & Bastos, 2010; Sato, 2013).

As empregadas domésticas conseguiram equiparar-se em termos de direitos às demais categorias profissionais, mediante a regulamentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 478/2010 (PEC das Domésticas) através da sanção da Lei Complementar de nº 150, de 1 de junho de 2015 (Silva, Araújo, Moreira, & Bastos, 2017). Contudo, pontuamos que a mudança na legislação, embora importante, não é suficiente para garantir uma alteração estrutural das condições de trabalho dessas trabalhadoras, além disso, atualmente no país, há uma intensificação e diversificação da informalidade dessa ocupação, através do fenômeno da diarização do TDR (Costa, 2017; Silva et al., 2017).

Em 2018, as diaristas já representavam 44% dos 6,2 milhões de trabalhadores domésticos (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Ipea], 2018 como citado em Pinheiro, Rezende, & Fontoura, 2019, p.21). Para Moticelli e Tamani (2013), a crescente contratação dessas trabalhadoras estabelece-se em um cenário de reestruturação produtiva, que tem substancialmente favorecido a precarização do trabalho formal, de sucessivas crises econômicas e do desemprego cíclico, situação que forja novas práticas contratuais em um contexto de desigualdades estruturais, como as de gênero.

Diante desse cenário e na intenção de aprofundar a discussão sobre a temática, optamos por realizar uma revisão sistemática da produção científica brasileira dos últimos vinte anos acerca da relação entre trabalho doméstico remunerado e gênero, buscando uma reflexão mais aprofundada sobre os achados a partir de uma metanálise qualitativa. Acrescentamos que a revisão realizada não contemplou publicações feitas no período de pandemia da COVID-19, pois a busca nas bases de dados aconteceu em meses anteriores.

Método

O delineamento deste estudo se configura como de levantamento de dados secundários, do tipo bibliográfico para realização de revisão sistemática da literatura científica nacional. A

busca pelas produções foi realizada por meio de cinco bases de dados nacionais eletrônicas: SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos CAPES, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), IndexPsi Periódicos/BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia Brasil).

Justificamos a escolha por essas bases de dados virtuais por serem consideradas referências para as publicações nacionais. Os descritores usados foram: “trabalho doméstico”, “gênero” e para a combinação deles recorremos ao operador lógico “AND”. Em relação aos critérios de inclusão, foram utilizados: a) artigos científicos completos em português, publicados entre 2000 e 2020 em periódicos nacionais e com acesso livre; b) presença dos descritores no título, resumo ou assunto; c) artigos que versassem sobre a relação trabalho doméstico remunerado e gênero. O levantamento e a sistematização deste estudo ocorreram entre fevereiro e outubro de 2020.

De acordo com as características de cada base de dados, foram aplicados alguns refinamentos que atendessem aos critérios do levantamento, tais como: tipo de recurso/tipo de literatura – artigo; idioma – português; data de publicação/intervalo de ano de publicação – 2000 a 2020, nos portais SciELO, LILACS e Periódicos Capes, sendo que, neste último, foi acrescentado periódicos revisados por pares como mais um recurso para refinamento. Após a realização desse procedimento, foram encontradas 1.127 produções; contudo, os descritores foram identificados em apenas 123. Em seguida, 107 artigos foram excluídos, sendo 48 porque se repetiam e 59 porque não atendiam aos critérios da pesquisa, restando 16 artigos inicialmente considerados elegíveis para o estudo.

Devido à diversidade encontrada de temas acerca da problemática em questão e para agregar mais transparência e robustez ao caráter sistemático da pesquisa, a lista de artigos foi

encaminhada a três juízes para que avaliassem: (1) se o artigo, de fato, discutia a relação trabalho doméstico remunerado e gênero; (2) se o artigo realmente atendia a todos os critérios de elegibilidade. Após essas análises, a publicação era incluída definitivamente, se houvesse consenso de pelo menos dois juízes. Isto posto, 13 artigos foram classificados com temática de trabalho doméstico remunerado e gênero.

As informações bibliográficas sobre os artigos foram organizadas em uma planilha. Para a análise cientométrica, optamos por evidenciar primeiramente as características dos(as) autores(as): (1) sexo, (2) área de formação e (3) localização das instituições de filiação. Posteriormente, por caracterizar os artigos em relação ao/à: (1) número de autores(as) por artigo, (2) enfoque metodológico, (3) Qualis CAPES e (4) frequência anual.

Após esse tratamento inicial dos dados, os artigos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo categorial de Laurence Bardin (1977/2011) com o intuito de formular uma interpretação sobre os achados, as discussões e os caminhos de pesquisa acerca da temática: TDR e gênero. O processo de análise de conteúdo acontece em torno de três polos: (1) a pré-análise – objetivos, operações, organização e demarcação do material que será analisado; (2) exploração do material – codificação, decomposição ou enumeração em função de regras ou operações previamente formuladas; (3) tratamento dos resultados – inferência e interpretação propriamente ditas (Bardin, 1977/2011).

Neste trabalho, os questionamentos que orientaram a investigação do material foram: (a) de que maneira a categoria gênero contribui para a investigação do TDR? (b) quais as principais mudanças ocorridas nesse trabalho nos últimos vinte anos? c) qual a agenda de pesquisa que se configura diante dos achados?

Resultados

Os resultados obtidos estão dispostos em duas partes. De início são apresentados os dados cientométricos da revisão sistemática da literatura para, posteriormente evidenciarmos os resultados da análise de conteúdo categorial realizada.

(1) Caracterização dos(as) autores(as)

Em relação ao interesse de responder sobre quem estuda, pesquisa e escreve sobre essa temática, as informações levantadas mostram que há uma predominância das mulheres, pois elas representam 68,5% ($n=13$) dos pesquisadores/estudiosos empenhados em construir conhecimento acerca da relação trabalho doméstico remunerado e gênero. Ademais, observamos uma heterogeneidade de autoria. Os 13 artigos analisados foram escritos por 19 autores(as) diferentes, destes, apenas um tem mais de uma publicação ($n=2$) entre os estudos analisados. Nessas publicações, se sobressai o autor Bernardino-Costa, o qual é citado em quatro dos trezes artigos e possui, como primeiro autor, a maior quantidade de publicações ($n=5$) sobre a temática.

No tocante à área de formação acadêmica dos(as) autores(as), verificamos que os estudos foram desenvolvidos por variadas áreas de conhecimento: Psicologia, Serviço Social, Saúde Coletiva, Economia, Comunicação Social, Literatura, Turismo; contudo, a maioria dos(as) autores(as) são atuantes do campo das ciências sociais – Sociologia e Antropologia ($n=7$).

É importante ressaltar, ainda, que apenas um estudo pertence ao campo de conhecimento da psicologia e está localizado na subárea da psicologia social. Além disso, destacamos que 68,5% ($n=13$) são doutores(as). Em relação à localização das instituições nas quais os(as) autores(as) estão afiliados(as), observamos uma concentração de estudos (46,1%) na região Sul

do país ($n=6$); em seguida, aparecem as regiões Centro-Oeste ($n=3$) e Sudeste ($n=2$); por fim as regiões Norte ($n=1$) e Nordeste ($n=1$).

(2) Caracterização dos artigos

Sobre a quantidade de pessoas envolvidas na autoria, identificamos que 53,8% dos artigos ($n=7$) são de autoria individual; em seguida, destaca-se a autoria de até duas pessoas, representando 23,8% dos artigos ($n=3$). No tocante ao tipo de artigo, constatamos que 84,6% dos artigos são teóricos ($n=11$), sendo que quatro são revisões bibliográficas, um é análise literária e seis são ensaios teóricos, apenas 15,4% ($n=2$) são artigos empíricos.

Posto isto, salientamos que os caminhos metodológicos adotados pelos dois estudos empíricos são de natureza qualitativa, respectivamente, com o uso de relato biográfico (história de vida) com entrevista e oficinas temáticas com entrevista, além de destaque para o uso da análise de conteúdo, mas não há especificação. Com relação aos estudos teóricos, eles não apresentaram claramente informações acerca da metodologia empregada.

Além do mais, em geral, os estudos pautaram suas reflexões e investigações sobre trabalhadoras domésticas (mensalistas, diaristas), apenas Cardoso e Guimarães (2018) investigaram em específico, a realidade de trabalho das diaristas. No que tange aos objetivos dos artigos, observamos uma diversidade de temas relativos à problemática de interesse: (a) metamorfoses do trabalho doméstico remunerado; (b) organização coletiva e sindical; (c) informalidade e riscos à saúde; (d) transformações no perfil das trabalhadoras domésticas e representações; (e) mudanças legislativas e seus impactos; (f) internacionalização do TDR e feminização das migrações; (g) ações públicas e papel das mídias.

No que concerne aos estratos de classificação do Qualis-Periódico (Qualis CAPES, quadriênio 2013-2016), os artigos obedecem à seguinte distribuição: A1 ($N=2$), A2 ($N=1$), B1

(N=3), B2 (N=2), B4(N=2) e S/Qualis (N=3). Além disso, salientamos que os estudos analisados foram publicados entre 2004 e 2019, sendo que, a maioria deles (N= 9) se encontram distribuídos no período de 2015 a 2019.

(3) Análise de Conteúdo

A partir da análise de conteúdo categorial realizada, os resultados podem ser agrupados em três categorias: (1) gênero, organização socioeconômica e/ou vulnerabilidades do trabalho doméstico remunerado (Bernardino-Costa, 2013, 2015; Cal, 2015; Cardoso & Guimarães, 2018; Grecco, 2018; Hamann, Barcinski, & Pizzinato, 2018; Lisboa, 2006; Lima & Prates, 2019; Meneghel, 2004; Nogueira, 2017; Rodrigues, Alfonso, & Rieth, 2017; Sanches, 2009; Silva & Queiroz, 2018); (2) continuidades e transformações da condição de trabalhadora doméstica (Bernardino-Costa, 2015; Cardoso & Guimarães, 2018; Hamann et al., 2018; Lima & Prates, 2019; Rodrigues et al., 2017; Sanches, 2009; Silva & Queiroz, 2018); (3) caminhos metodológicos e de estudo para a investigação da temática (Bernardino-Costa, 2015; Cal, 2015; Cardoso & Guimarães, 2019; Grecco, 2018; Hamann et al., 2018; Lisboa, 2006; Lima & Prates, 2019; Nogueira, 2017; Rodrigues et al., 2017).

3.1 Gênero, organização socioeconômica e/ou vulnerabilidades do trabalho doméstico remunerado

Esta categoria reúne argumentos encontrados nos estudos sobre a importância da dimensão de gênero para a compreensão da organização socioeconômica do TDR e/ou das vulnerabilidades que as trabalhadoras domésticas estão suscetíveis. Destacamos que esta discussão está presente em todos os artigos analisados, o que de certa forma era esperado, visto que, a revisão tem como foco a relação trabalho doméstico remunerado e gênero.

Os estudos consideram que a desvalorização social e a invisibilidade do TDR é um reflexo das questões de gênero, ou seja, da divisão social de papéis, comportamentos, tarefas e lugares atribuídos aos homens e mulheres, de modo que, esta divisão penaliza de diferentes formas o feminino e revela a relação hierárquica e de poder entre os sexos/gêneros.

A predominância histórica das mulheres nesse tipo de atividade, por exemplo, encontra-se respaldada em uma imposição de gênero, pois, o fazer em si e o lugar onde esse trabalho acontece são entendidos como próprios ou expressão do feminino. Desde cedo, as mulheres são ensinadas em suas casas, escolas e comunidades a responsabilizarem-se pelo ambiente e serviço doméstico, de maneira que as habilidades e competências adquiridas são naturalizadas. Assim, quando se trata de um trabalho remunerado, essa naturalização das habilidades e competências necessárias a este tipo de ocupação reflete nas condições de trabalho, como é o caso da baixa remuneração e o pouco ou inexistente reconhecimento social (Lima & Prates, 2019).

Paralelamente ou em consonância ao processo de feminização e naturalização do TDR, a discussão em torno do local ou ambiente onde essa atividade é realizada também surge nas narrativas dos estudos enquanto elemento de compreensão para a invisibilidade desse trabalho e, conseqüentemente, das trabalhadoras. O trabalho doméstico remunerado ocorre nos domicílios, no ambiente privado, na chamada esfera reprodutiva, aquela que é considerada como não produtora de mais-valia, ou seja, que não produz valor de troca, apenas de uso, entendida como lugar do afeto e não da política, da vocação e não do trabalho.

O limpar, passar, cozinhar, organizar os lares de terceiros, portanto, é tida como uma atividade não produtiva ou lucrativa, do ponto de vista do capital. Com base nessa concepção, recebe-se pouca importância ou é desprestigiada na estrutura sócio-ocupacional (Nogueira, 2017).

Tendo em vista que a esfera reprodutiva é um espaço historicamente designado às mulheres e circunscrito pela mão-de-obra feminina, a ideia supracitada embute uma associação entre atividade feminina com não-trabalho ou de menor valor e atividade masculina com valor mercantil, posto que socialmente ainda se considera a esfera produtiva como lugar dos homens. Portanto, o trabalho exercido por mulheres e, em especial, aqueles mais comprometidos com as concepções tradicionais do feminino, como é o caso do TDR, tem sido subestimado, invisibilizado e desvalorizado em decorrência de uma social e desigual divisão sexual do trabalho (Hamann et al., 2018).

De acordo com os achados, essa naturalização e marginalização da esfera reprodutiva e, conseqüentemente, do feminino beneficia a superexploração econômica dos trabalhos feminizados. O TDR é um aprendizado e, em si, não carrega valor negativo, o contrário disso é decorrente de construções sociais em torno da função social e das pessoas que desenvolvem esse trabalho (Meneghel 2004; Grecco, 2018). Em especial, o estudo de Rodrigues et al. (2017) fornece-nos uma clara ideia da relatividade do valor socioeconômico que os trabalhos domésticos podem assumir a depender de quem exerce esta atividade.

As autoras pontuam que, embora tipicamente o trabalho doméstico seja uma ocupação majoritariamente exercida por mulheres, isso não quer dizer que não existam homens desenvolvendo esse tipo de trabalho, principalmente, nos dias atuais, mas, quando isso acontece, os homens em geral recebem remunerações maiores, esta situação só pode ser compreendida como uma discriminação ou violência de gênero, uma vez que, estão na mesma função.

Dessa forma, os artigos evidenciam que a memória social do trabalho doméstico, enquanto trabalho inferiorizado e banalizado está intimamente relacionada à maneira pela qual esta atividade e os sujeitos que a exercem se constituem nas relações sociais.

Nesse sentido, as produções de Bernardino-Costa (2013, 2015) elencam que a história dessa atividade no Brasil demonstra que as interpretações de gênero são condição analítica dos padrões de dominação e exploração, que têm mantido esse trabalho à margem da sociedade e dos preconceitos que o permeia, embora não sejam as únicas ou suficientes para explicar a realidade social do TDR, pois é preciso considerar outros marcadores sociais, tais como, classe e raça/etnia no processo histórico de construção dos vínculos simbólicos e funcionais que atravessam essa ocupação no país, uma vez que, ela é datada do período colonial escravista.

Com exceção do trabalho de Meneghel (2004), tal ressalva está presente nos demais artigos analisados. Foi possível observar que a maioria dos estudos adotam a dimensão de gênero, considerando suas imbricações com classe e etnia/raça, demonstrando uma tendência em adotar uma análise dinâmica e interseccional da problemática, embora se observe que alguns artigos se centram nas imbricações de gênero e raça/etnia (Bernardino, 2013, 2015; Nogueira, 2017) e outros nas de gênero e classe (Cal, 2015; Grecco, 2018; Hamann et al., 2018; Lisboa 2006).

Isto ocorre, porque há um consenso de que o gênero por mais que seja essencial para a análise da inserção e permanência das mulheres no mundo do trabalho, não é suficiente para explicar as realidades de todas as mulheres, pois, os eixos de poder e diferenciação são múltiplos e na realidade concreta estão inter-relacionados.

Na esteira dessa discussão, também foi possível identificar nas narrativas dos estudos, como o gênero e suas imbricações com classe e raça/etnia regulam as relações de trabalho. Sobre a relação das trabalhadoras domésticas com seus contratantes, os achados demonstram ser uma relação marcada pela informalidade, o apadrinhamento e a lógica do servir.

Além disso, levando em consideração que na grande maioria a contratação e a supervisão do trabalho doméstico são feitas por outra mulher, isso traz à tona como a condição

social de classe e raça/etnia mediam este encontro, conferindo funções e posições sociais diferentes para estas mulheres, embora também não deixe de revelar a violência de gênero sofrida por ambas, pois, à medida que a patroa valida a servidão ou a naturalização que permeia esse trabalho, reforça a ideia de que o ambiente doméstico, socialmente atribuído ao feminino é desvalorizado e subalterno (Hamann et al., 2018; Lima & Prates, 2019).

Ademais, as imagens e os papéis atribuídos ao feminino na sociedade patriarcal, que associam as mulheres e os seus corpos à subordinação, à devoção, ao cuidado, sob o véu da naturalização do social, aparecem nos estudos como condicionantes ou determinantes de situações de risco e vulnerabilidades no cotidiano das trabalhadoras domésticas remuneradas. Essas trabalhadoras estão mais suscetíveis às violências físicas e sexuais, pois as relações de senhoril e a sexualização de seus corpos, herança do período colonial escravista, torna-se condições propícias para o crime de assédio sexual no trabalho, um exemplo das imbricações entre os marcadores sociais de gênero, raça/etnia e classe. Porém, também podem ocorrer durante o trajeto percorrido diariamente para chegar à(s) residência(s) (Cardoso & Guimarães, 2018).

Outrossim, a desigual divisão do trabalho doméstico/familiar presente na sociedade sexista, ou seja, o suporte familiar e o cuidar da casa e dos filhos ainda ficam em geral na responsabilidade das mulheres da família. Para as trabalhadoras domésticas esta situação se traduz em uma sobrecarga de trabalho e em infinitas repetições de gestos, já que há uma similitude entre a atividade remunerada desenvolvida e aquela feita em suas casas, de modo que essa circunstância deve ser levada em conta como fator de risco, em especial para o desenvolvimento de doenças osteomusculares (Cardoso & Guimarães, 2018).

Aliás, é dessas trabalhadoras que a precariedade dos equipamentos públicos irá cobrar o preço, pois são elas que se deparam com maiores dificuldades para repassar os cuidados com

os filhos, tendo que pagar alguma outra mulher (jovem ou adulta), o que é muito dispendioso economicamente para elas, deixá-los sozinhos, ou levá-los para o trabalho e, em casos mais extremos, entregá-los a parentes e/ou vizinhos (Cardoso & Guimarães, 2018).

Além disso, essas e outras violências estruturais de gênero (violência conjugal, abuso sexual infantil e falta de acesso à escolarização) são citadas nos artigos como conjuntura para o processo de feminização das migrações. No mercado de atividades, o TDR desponta como ocupação em que há muitas mulheres migrantes (migração interna e externa), isto por conta da imposição de gênero que atravessa esse labor associada à demanda crescente, principalmente em países da Europa, por serviços domésticos e de cuidado.

O processo de migração expõe ou configura situações extremas para essas trabalhadoras, ao migrarem de uma região para outra ou de um país para outro, as trabalhadoras domésticas distanciam-se de suas famílias e comunidades, passando a depender muito dos contratantes, na maioria das vezes, não tendo registro formal de trabalho, além de serem vítimas de discriminação por conta das diferenças culturais, étnicas/raciais e de língua que são hipervalorizadas (Lisboa, 2006).

Desse modo, as interpretações de gênero e seus correspondentes (classe e raça/etnia) são evidenciadas nos artigos analisados como ferramentas analíticas para romper com a naturalização das injustiças e abusos, ao desvelar a precariedade e subalternização presentes nas histórias de vida/trabalho dessas trabalhadoras, bem como, as reconhecer enquanto participantes desse processo, capazes de resistir e gerar mobilizações individuais/coletivas, afastando assim de uma perspectiva unilateral, colonizadora ou reforçadora das imagens de passividade sobre o gênero feminino.

3.2 Continuidades e transformações na condição de trabalhadora doméstica

Nesta categoria, são apresentadas as continuidades e transformações da condição de trabalhadora doméstica remunerada. Nos artigos analisados, esta discussão ocorre em relação ao perfil das trabalhadoras, legislação, configurações e condições de trabalho. A maioria das produções revelam que o perfil dos trabalhadores domésticos não sofreu grandes alterações, mantendo-se um trabalho predominantemente exercido por mulheres pretas, pobres e de baixa escolaridade, embora reconheçam algumas nuances na composição etária e no nível de escolaridade da categoria.

Sobre estes dois últimos aspectos, evidenciam que houve uma redução da participação das mulheres mais jovens (10 a 19 e 20 a 29 anos) nesta ocupação, bem como um crescimento dos níveis de escolaridade, mas não significativamente suficiente para mudar o quadro geral de baixíssima escolaridade (Bernardino-Costa, 2015; Lima & Prates, 2019; Silva & Queiroz, 2018).

Em síntese, observamos que a discussão presente nos artigos sobre o perfil das trabalhadoras domésticas acontece em torno das clivagens históricas e sociais decorrentes do sexo/gênero, classe e etnia/raça, que têm conferido os atributos individuais/coletivos comuns daqueles que estão mais propensos a se inserirem nessa ocupação no âmbito nacional. Assim, os achados sugerem uma certa homogeneidade da categoria. Contudo, para Lima e Prates (2019), aspectos censitários, tais como, idade, região e escolaridade combinados à análise das já citadas clivagens gerais, são responsáveis por uma heterogeneidade intragrupo, resultando em diferentes realidades de trabalho dentro da categoria.

O caráter informal do TDR é outro ponto de destaque nas narrativas dos estudos acerca das continuidades que atravessam essa atividade. Em que pese as modificações ocorridas nesse labor, aparece o crescimento do número de diaristas no país e esta modalidade de TDR é

associada às altas taxas de informalidade registradas nesta ocupação. Ademais, configura novas situações laborais no que diz respeito à organização e às condições de trabalho para a categoria (Sanches, 2009; Rodrigues et al., 2017; Cardoso & Guimarães, 2018).

O estudo de Cardoso e Guimarães (2018) evidencia que a prática do trabalho doméstico mediante diárias não se encaixa nos critérios da lei para reconhecimento de vínculo empregatício (exercício da atividade por duas vezes ou mais por semana). A informalidade das relações de trabalho significa, para as diaristas, a desproteção legal, pois estas trabalhadoras estão privadas dos benefícios da seguridade social, das medidas de proteção à saúde e contra abusos como o assédio sexual laboral.

Além disso, o fazer em si das diaristas revela outras particularidades, tais como: a intensificação do trabalho, já que elas têm apenas um dia para realizar a mesma quantidade de trabalho; a necessidade de deslocar-se por diferentes trajetos e distâncias durante a semana; o tempo despedido para realizar as tarefas é bem variável, pois depende da demanda de cada residência; e a ausência ou dificuldade para estabelecer um momento para descanso ou refeição.

3.3 Caminhos metodológicos e de estudo para investigação da temática

Esta categoria traz um apanhado dos novos caminhos de investigação presentes nos artigos analisados. Dos treze estudos, foi possível identificar, em nove, sugestões e apontamentos para novas pesquisas. Outrossim, ainda destacamos que os achados apontam não só para novos objetos de estudo, mas também para tipos de pesquisa. Na maioria dos artigos que contêm tais recomendações, existe uma preocupação para que as pesquisas sobre a temática privilegiem o espaço de fala e de participação das trabalhadoras domésticas na construção do conhecimento sobre sua ocupação.

Tais estudos partem da perspectiva de que, quando as trabalhadoras são chamadas a refletir sobre elas mesmas, sobre o universo laboral e comunitário, esse movimento colabora para a desconstrução da naturalidade que permeia o cotidiano de trabalho e suas condições de vida, conferindo-as um espaço para pensar criticamente, além de se afastar de um discurso e modo colonizador de fazer ciência, que considera apenas o olhar do(a) pesquisador(a) ou de teorias (Bernardino-Costa, 20013, 2015; Rodrigues et al., 2017, Cardoso & Guimarães, 2018).

Quanto às sugestões de temas e de objetos para novos estudos, encontramos, no trabalho de Bernardino-Costa (2015), a recomendação para a realização de investigações sobre a mobilização política das trabalhadoras domésticas, pois, de acordo com o autor, ainda é baixo o número de participação destas trabalhadoras em sindicatos e associações. Grecco (2018) refere-se à urgência em pensar acerca das transformações do TDR, como é o caso da internacionalização da ocupação, a partir dos nexos entre produção e reprodução, permitindo assim romper com a falsa dualidade e renovar os estudos sobre o trabalho.

As diferentes realidades dos trabalhadores domésticos também surgem como tema para traçar investigações. Lima e Prates (2019) defendem que reconhecer a heterogeneidade intragrupo pode impulsionar pesquisas que considerem aspectos gerais e locais/regionais na produção das condições de trabalho. Ademais, apontam para a urgência de pesquisas sobre os impactos das políticas de austeridade (congelamentos dos gastos públicos) e das mudanças na regulamentação do trabalho (lei da terceirização e reforma da previdência) sobre a categoria e os recentes ganhos em termos de direitos para as(os) trabalhadoras/es formais.

Destacamos, também, que, embora apareçam discussões em torno dos impactos do trabalho doméstico remunerado, dos estigmas e dos preconceitos que o permeia na construção da(s) identidade(s) e na saúde mental das trabalhadoras (Lisboa, 2006; Nogueira, 2017; Cardoso

& Guimarães, 2018; Lima & Prates, 2019), estas questões não aparecem como sugestões para pesquisas.

Discussão

A partir da análise cientométrica foi possível identificar uma estrutura e elementos constitutivos das produções científicas brasileiras sobre TDR e gênero. Verificamos que a temática é de interesse de diferentes áreas do conhecimento, sendo que as mulheres predominam na autoria. Sobre isso, entendemos, que se trata de uma tendência na história da mobilização e construção de conhecimento a respeito de gênero, já que as mulheres são as principais interessadas em desvelar as desigualdades e lutar por equidade no trabalho (Rial et al., 2005). Além disso, expressa uma melhor participação feminina nas publicações científicas.

As produções são majoritariamente teóricas e entre os estudos empíricos existentes, tem-se a abordagem metodológica qualitativa. Em relação às afiliações institucionais dos(as) autores(as), observamos que as produções se concentram nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o que nos leva a pensar na necessidade de programas de fomento às pesquisas nas regiões Norte e Nordeste, estimulando assim, estudos sobre a problemática nessas regiões.

Considerando o recorte temporal e as cinco bases de dados pesquisadas, pensamos ser o número de publicações pouco expressivo diante da importância que a temática tem para o país, apesar de observarmos que, nos últimos cinco anos (2015-2019), houve uma intensificação das publicações. Sobre tal situação, entendemos que ela está associada às mudanças ocorridas nessa ocupação, principalmente, em relação à legislação, que tem suscitado o debate em torno dessa atividade. Ademais, quando levamos em consideração o campo da psicologia, a situação fica ainda mais restrita e, ao que parece, ao tratar-se da subdisciplina psicologia do trabalho, ainda é uma temática periférica ou ausente.

Assim, compreendemos que a ausência ou a não representatividade da psicologia do trabalho dentre as áreas de conhecimento que se interessam pela investigação da relação TDR e gênero pode ser pensada sob três aspectos: (i) o fato de que, no Brasil, existe uma associação das linhas de pesquisa relacionadas à psicologia do trabalho e das organizações aos programas de pós-graduação com concentração na área da psicologia social (Gondim et al., 2010); (ii) o recente reconhecimento e interesse da psicologia social do trabalho por outras realidades laborais, para além do contexto fabril e do emprego (Sato, 2013); (iii) em relação à produção na psicologia social do trabalho ou na psicopatologia do trabalho, as identidades sexuais/de gênero ainda não desfrutam de um direito real de figurar na investigação e conceituação dos fenômenos do trabalho (Hirata, 2002).

Aliás, defendemos que as produções ao considerar a dimensão de gênero, coloque-a como condição analítica e não apenas como recorte descritivo ou de diferenciação.

Com base na análise de conteúdo realizada, foi possível agrupar os resultados em três categorias: (1) gênero, organização socioeconômica e/ou vulnerabilidades do trabalho doméstico remunerado; (2) continuidades e transformações da condição de trabalhadora doméstica; (3) caminhos metodológicos e de estudo para a investigação da temática.

O gênero é retratado nos artigos analisados como condição analítica para a investigação e compreensão da organização social do TDR e do cotidiano das trabalhadoras, pois a divisão social de papéis, comportamentos, tarefas e lugares atribuídos aos homens e às mulheres penaliza de diferentes formas o feminino e revela a relação hierárquica e de poder entre os sexos/gêneros. Em relação às trabalhadoras domésticas remuneradas, esta conjuntura respalda a invisibilidade e desvalorização social do trabalho prestado, além de configurar situações de discriminação, imposição, violência, insegurança e sofrimento na trajetória de vida/trabalho destas mulheres.

Hirata (2002) afirma que as desiguais relações sociais de gênero subsidiam e atravessam os lugares ocupados e atividades desenvolvidas pelas mulheres na sociedade. Isso tem efeito de renovação teórica, pois, qualquer análise do trabalho ou do mercado de trabalho, passa a ter a necessidade de considerar as identidades de sexo/gênero para pensar sobre as situações laborais, mesmo que aparentemente sejam iguais, a classe trabalhadora é sexuada.

Ademais, encontramos nas publicações uma tendência de reconhecimento das imbricações entre gênero, classe e raça/etnia na análise dessa atividade, o que é bastante compreensível, particularmente no Brasil.

Sobre os achados supracitados, compreendemos ser heurísticamente proveitoso apreender os fenômenos psicossociais em termos de relações sociais. A perspectiva de imbricação entre as dimensões de gênero, classe e etnia/raça, permite que nos aproximemos melhor da dinâmica e complexa realidade social, bem como reconheçamos que não há relação social primordial e há heterogeneidades no intragrupo das mulheres.

Mas, há limites metodológicos e cognoscentes da investigação das práticas sociais, pois as relações sociais das quais elas são decorrentes são móveis, históricas e possuem margens de indefinição, portanto, impossíveis de serem apreendidas completamente e de modo integral. Assim, adotar a tríplice dimensão (gênero, classe e etnia/raça) na análise da divisão social do trabalho não significa ter que fazer um tour de todas as relações sociais, mas enxergar os entrecruzamentos e as imbricações destas nos processos (Kergoat, 2010).

Em relação à condição de trabalhadora doméstica, os estudos evidenciam que não houve grandes transformações e continua a ser um trabalho desvalorizado, marcado pela informalidade, desenvolvido majoritariamente por mulheres pretas e pobres, além de conter péssimas condições de trabalho. Em que pese as transformações, aparecem o envelhecimento da categoria com a diminuição do número da participação de mulheres jovens, o aumento dos

níveis de escolaridade, a conquista de direitos para as trabalhadoras formalizadas e o aumento do número de diaristas, o chamado fenômeno da diarização do TDR, sendo apontado como o principal responsável pela continuidade das altas taxas de informalidade nessa ocupação.

Embora, nas narrativas dos estudos, a análise dos dados sobre a composição etária e os níveis de escolaridade da categoria, limitem-se à 2014, o envelhecimento e a ampliação do nível de escolaridade das trabalhadoras domésticas remuneradas é destaque de estudo divulgado pelo Ipea. De acordo com a pesquisa, o perfil etário das trabalhadoras domésticas modificou: 80% tinham mais de 30 anos em 2018, enquanto 13% tinham até 29 anos. A pesquisa atribui essas mudanças à expansão das políticas educacionais de acesso ao ensino básico e superior (Pinheiro et al., 2019).

No que tange à diarização do trabalho doméstico remunerado, julgamos ser uma realidade que precisa ser mais bem compreendida, pois, como a publicação de Cardoso e Guimarães (2018) evidencia, há importantes distinções de remuneração, de condições de trabalho e reconhecimento que irão configurar situações diferentes de trabalho entre as diaristas e as trabalhadoras domésticas mensalistas (formalizadas). Além disso, compreendemos ser um importante caminho para entender como o cenário de degradação do emprego tem impactado a participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho.

A partir dos achados da revisão e da discussão dos mesmos, apresentamos uma agenda de pesquisa: (1) estudos com delineamentos participativos; (2) organização coletiva e sindical; (3) produção e reprodução na análise do trabalho; (4) heterogeneidade do TDR; (5) impactos das políticas de austeridade e das mudanças na regulamentação do trabalho nessa ocupação; (6) ampliação dos estudos empíricos, em especial no campo da psicologia do trabalho e das organizações; (7) consequências do contexto pandêmico (Covid-19) sobre esse trabalho e trabalhadoras.

Não poderíamos deixar de considerar o contexto histórico da pandemia, pois, de acordo com relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020), as trabalhadoras domésticas estão entre as categorias que mais foram impactadas pelo contexto pandêmico.

Para além ou em consonância com a história de desproteção e marginalização que permeia essa ocupação, a pandemia implicou novos acréscimos à condição de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas: trouxe aumento do desemprego e, para aquelas que continuaram trabalhando, trouxe o risco de contrair a doença, sobrecarga de trabalho e vivência de práticas abusivas, assim como é caso de trabalhadoras que tiveram que permanecer nos domicílios a pedido dos contratantes. Diante disso, consideramos ser importante alargar a compreensão acerca dessa situação.

Ao julgar pelos achados e discussões presentes nas publicações analisadas, as situações laborais e de vida das trabalhadoras domésticas remuneradas demonstram como a condição de mulher trabalhadora ainda se constitui em uma experiência atravessada por disparidades, circunstâncias de exploração e subordinação, barreiras e dificuldades, cuja gênese está em uma organização social androcêntrica, racista e de classes. Assim, pensamos que a luta por valorização da mão-de-obra feminina passa essencialmente pela valorização desse trabalho que, no Brasil, por exemplo, é a terceira ocupação mais exercida por mulheres (IBGE, 2019).

Considerações finais

Tendo em conta o recorte de tempo adotado e as bases de dados pesquisadas, identificamos um número pouco expressivo de publicações ante a importância da temática para o contexto brasileiro e a necessidade de dar visibilidade as relações sociais de gênero e suas interseccionalidades com outras relações sociais, que respaldam o exercício do TDR e atravessam o cotidiano dos sujeitos que o exercem.

Ademais, destacamos a sub-representação da Psicologia nas áreas de conhecimento que se interessam pela problemática. Além disso, foi possível vislumbrar uma agenda de pesquisa. Sobre a tal, evidenciamos a demanda por estudos empíricos, inclusive sobre a(s) realidade(s) nortista e nordestina.

Os artigos analisados por meio da análise de conteúdo apontam os vínculos funcionais e simbólicos do TDR com as construções sociais de gênero, bem como as suas interseccionalidades com as de etnia/raça e as de classe. É consenso entre eles, a importância de uma perspectiva de gênero ou feminista, que considere a impossibilidade de reificação e hierarquização das relações sociais, para a análise do TDR e das péssimas condições de trabalho/vida das mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas.

Por entendermos que há limites metodológicos e cognoscentes nas produções científicas examinadas, é compreensível o fato dos estudos mesmo diante dessa tendência, terem focado nas questões de gênero e suas imbricações com raça/etnia ou com classe social.

Nesse sentido, pensamos ser impossível pular o TDR, quando buscamos compreender a complexidade e dinamicidade das desigualdades de gênero no mundo do trabalho, bem como quando aludimos construir condições de vida e de trabalho mais justas e igualitárias, também intragrupo mulheres.

Em relação aos limites deste estudo, apontamos a escolha em restringir a busca em bases de dados nacionais e a não utilização de descritores como “raça”, “etnia”, “classe”, entre outros, embora em partes justificada pelos objetivos de investigação e pela compreensão de gênero como uma categoria histórica, relacional e interdisciplinar.

Assim, esperamos que outras revisões acerca da problemática incluam, em seu processo de busca, bases internacionais, o que, pode favorecer a realização de análises comparativas

entre as realidades de produções científicas brasileira e internacional, bem como, outros descritores, a fim de ampliar os achados e as discussões, principalmente, no que diz respeito a relação das condições das mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas com as (novas) formas de colonialismo na modernidade ou pós-modernidade.

Referências

Referências precedidas de um asterisco indicam estudos incluídos na metanálise

Almeida, G. E. S. (2010). Trabalho e Educação: Aprendendo a ser mulher negra. *Revista Eletrônica da RET (Rede de Estudos do Trabalho)*, 1-21.
http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Giane_Elisa_Sales_de_Almeida_Trabalho_e_Educao_aprendendo_a_ser_mulher_negra.pdf

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.). São Paulo, SP: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977).

*Bernardino-Costa, J. (2013). Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 26(52), 471-489. doi:10.1590/S0103-21862013000200011

*Bernardino-Costa, J. (2015). Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, 30(1), 147-163. doi:10.1590/S0102-69922015000100009

- *Cal, D. G. R. (2015). Luta pública contra o trabalho infantil doméstico: implicações democráticas das ações de advocacy. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (18), 211-242. doi:[10.1590/0103-335220151808](https://doi.org/10.1590/0103-335220151808)
- *Cardoso, Í. L., & Guimarães, S. M. F. (2018). VIVÊNCIAS E NARRATIVAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DIARISTAS. *Política & Trabalho*, 49, 205-226. doi:[10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n49.35232](https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n49.35232)
- Costa, F.S. de M. (2017). *A diarização do trabalho doméstico no Brasil e os dilemas atuais da (des) proteção social*. (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente). Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152107>
- DIEESE. Departamento de Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2020). Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico em tempos de coronavírus. *Estudos e Pesquisa*, 96, 1-30. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.pdf>
- Gondim, S. M. G., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (2010). Psicologia do Trabalho e das Organizações: produção científica e desafios metodológicos. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 84-99. doi:[10.24879/201000400200353](https://doi.org/10.24879/201000400200353)
- *Grecco, F. S. (2018). Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da Teoria da Reprodução Social. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 23(3), 70-102. doi:[10.5433/2176-6665.2018v23n3p70](https://doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n3p70)
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. (W.C. Brant, trad.). São Paulo, SP: Boitempo Editorial.

- *Hamann, C., Barcinski, M., & Pizzinato, A. (2018). Regulamentação do trabalho doméstico remunerado: implicações psicossociais para trabalhadoras no Brasil. *Barbarói*, 1(51), 24. doi:[10.17058/barbaroi.v51i1.6331](https://doi.org/10.17058/barbaroi.v51i1.6331)
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Mulher e trabalho: papéis sociais em questão. Coordenação de Comunicação Social. *Retratos: a revista do IBGE*, (17), 1-29. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2929/rri_2019_n17_jul.pdf
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos CEBRAP*, (86), 93-103. doi:[10.1590/S0101-33002010000100005](https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005)
- *Lisboa, T. K. (2006). Gênero e Migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 14(26/27), 151-166. Recuperado de <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/39>
- *Lima, M., & Prates, I. (2019). Emprego doméstico e mudança social Reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. *Tempo Social*, 31(2), 149-172. doi: [10.11606/0103-2070.ts.2019.149291](https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.149291)
- *Meneghel, F. (2004). Neutralidade pseudo-inscrita: a doméstica Lena, a dona de casa Alice e a intelectual Gertrude têm uma só incompreensão do valor. *Revista Estudos Feministas*, 12(2), 116-134. doi: [10.1590/S0104-026X2004000200007](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200007)
- Monticelli, T. A., & Tamanini, M. (2013). O trabalho das diaristas: novas considerações no trabalho doméstico. O trabalho das diaristas: novas considerações no trabalho doméstico. *Revista Eletrônica*, 2(17) 68-81. Recuperado de https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/96999/2013_monticelli_thays_trabalho_diaristas.pdf?sequence=1

- *Nogueira, T. P. C. C. R. (2017). Mucama Permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 3(4), 47-58. doi:[10.9771/cgd.v3i4.22482](https://doi.org/10.9771/cgd.v3i4.22482)
- Pinheiro, L., Lira, F., Rezende, M., & Fontoura, N. (2019). Os Desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. (Texto para discussão). *RCIPEA Repositório do Conhecimento IPEA*, 1-52. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9538>
- *Rodrigues, M. B., Alfonso, L. P., & Rieth, F. M. S. (2017). Ações Participativas com Trabalhadoras Domésticas: fomentando debates para visibilizar a profissão desde o passado escravista até a atualidade em Pelotas/RS. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 3(4), 8-29. doi:[10.9771/cgd.v3i4.22351](https://doi.org/10.9771/cgd.v3i4.22351)
- Rial, C., Lago, M. C. D. S., & Grossi, M. P. (2005). Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 677-690. doi: [10.1590/S0104-026X2005000300013](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300013)
- Rocha, E. K. G. T., & do Monte Pinto, F. (2018). O desafio conceitual do trabalho doméstico à psicologia do trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 145-153. doi: [10.22409/1984-0292/v30i2/5874](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5874)
- *Sanches, S. (2009). Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 879-888. doi: [10.1590/S0104-026X2009000300016](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300016)
- Sato, L. (2013). Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não regulados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16, 99-110. doi:[10.11606/issn.1981-0490.v16ispe1p99-110](https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v16ispe1p99-110)

*Silva, C. L. L., de Araújo, J. N. G., Moreira, M. I. C., & Barros, V. A. (2017). O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. *Psicologia em Revista*, 23(1), 454-470. doi:[10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p454-470](https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p454-470)

Silva, P. de S., & de Queiroz, S. N. de. (2018). O EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL: um olhar para o “trabalho da mulher” na perspectiva histórica e contemporânea. *Política & Trabalho*, 49, 188-204. doi:[10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n49.35119](https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n49.35119)

CAPÍTULO IV

ARTIGO 4 – Raça, Gênero, Classe: cotidiano e mobilização subjetiva de mulheres

diaristas

Resumo

O presente estudo objetiva compreender as repercussões de gênero, raça e classe no cotidiano laboral e na mobilização subjetiva das trabalhadoras. Participaram dez mulheres diaristas, com idades entre 31 e 64 anos, a maioria negras. Os instrumentos utilizados foram questionário sociodemográfico e entrevista não-estruturada. O método de análise do material foi o hermenêutico-dialético. Os referenciais teóricos de apoio foram a sociologia da divisão sexual do trabalho, o paradigma afrocêntrico das discussões de gênero e a psicodinâmica do trabalho. As análises (re)afirmam a pertinência da perspectiva interseccional para a inteligibilidade das vivências das mulheres diaristas. Sobrecarga laboral, autodefinição, alienação, assédio, discriminação, sindicalismo são alguns dos aspectos evidenciados a partir da escuta das diaristas. Esperamos que este estudo sirva de recurso de fortalecimento das trabalhadoras e pontuamos a responsabilidade de outros setores da sociedade nessa empreitada.

Palavras-chave: trabalho, subjetividade, mulheres, raça, diaristas.

Abstract

The present study aims to understand the repercussions of gender, race and class in daily work and the subjective mobilization of female workers. Ten female day laborers participated, aged between 31 and 64, most of them black. The instruments used were a sociodemographic questionnaire and a non-structured interview. The method of analyzing the material was hermeneutic-dialectic. The supporting theoretical frameworks were the sociology of the sexual division of labor, the Afrocentric paradigm of gender discussions and the psychodynamics of work. The analyzes (re)affirm the relevance of the intersectional perspective for the intelligibility of the experiences of women day laborers. Work overload, self-definition, alienation, harassment, discrimination, unionism are some of the aspects highlighted by listening to the day laborers. We hope that this study will serve as a resource to strengthen workers and we highlight the responsibility of other sectors of society in this endeavor.

Keywords: work, subjectivity, women, race, daily maids.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo comprender las repercusiones del género, la raza y la clase en el trabajo diario y la movilización subjetiva de las trabajadoras. Participaron diez jornaleras, con edades entre 31 y 64 años, la mayoría negras. Los instrumentos utilizados fueron un cuestionario sociodemográfico y una entrevista no estructurada. El método de análisis del material fue hermenéutico-dialéctico. Los marcos teóricos de apoyo fueron la sociología de la división sexual del trabajo, el paradigma afrocéntrico de las discusiones de género y la psicodinámica del trabajo. Los análisis (re)afirman la relevancia de la perspectiva interseccional para la inteligibilidad de las experiencias de las jornaleras. Sobrecarga de trabajo, autodefinición, alienación, acoso, discriminación, sindicalismo son algunos de los aspectos resaltados al escuchar a los jornaleros. Esperamos que este estudio sirva como recurso para fortalecer a los trabajadores y destacamos la responsabilidad de otros sectores de la sociedad en este empeño.

Palabras clave: trabajo, subjetividad, mujer, carrera, jornaleros.

Introdução

No Brasil, 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico remunerado (TDR) são mulheres, 65% delas, mulheres negras (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2021 como citado em Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2022. p.1). Um dos aspectos mais evidentes das relações raciais na sociedade brasileira (Gonzalez, 2020a). A informalidade persiste no exercício dessa atividade. A diarização do TDR é um exemplo disso e tem suscitado outras questões para a categoria (Monticelli & Tamanini, 2013).

O cotidiano laboral possui muitas nuances, muitas camadas e muitos atores e atrizes. Existe a parte visível ou mais facilmente identificada, como por exemplo as estruturas físicas, materiais, a definição das atribuições, os dispositivos de comando formais, os horários; e a parte invisível ou não tão facilmente identificada, inclusive

pela(o) trabalhadora(o), tal como as relações intersubjetivas/sociais estabelecidas ou que estão se estabelecendo, a relação com a situação familiar, os eventos ou acontecimentos inesperados ou subjacentes, a sua própria condição físico-psíquica da(o) trabalhadora(o) (Dejours, 1993, 2012).

A partir da consideração das opressões de sexo/gênero e da divisão sexual e racial do trabalho, Hirata (2002) e Brito et al (2014) pontuam que o cotidiano laboral de homens e mulheres, de diferentes classes e etnias/raças é completamente distinto, pois além deles/delas terem inserções diferentes no mercado de trabalho, desempenham trabalhos distintos, têm papéis sociais também distintos, têm o dia a dia perpassado por temporalidades e situações díspares, mesmo em circunstâncias aparentemente semelhantes.

Essa preocupação nos parece ainda mais cara quando tratamos da relação subjetividade e trabalho (Dejours, 2012), pois se as situações de trabalho para homens e mulheres não são iguais e estes compartilham ou vivenciam as construções materiais e simbólicas impostas pelas relações sociais e suas imbricações (Hirata, 2002), como não incluir ou reconhecer sexo/gênero, etnia/raça e classe na análise das circunstâncias laborais e da mobilização subjetiva no/pelo trabalho? Assim, este estudo tem como objetivo compreender as repercussões de gênero, raça e classe no cotidiano laboral e na mobilização subjetiva de mulheres diaristas.

Método

Participantes

Participaram deste estudo dez mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, a maioria está na ocupação há mais de 15 anos, conciliando por vezes com outras

ocupações, como vendedora ambulante, cuidadora de idosos, catadora de materiais recicláveis, trabalhadora doméstica mensalista não formalizada.

As idades variaram entre 31 e 64 anos. Em relação à cor da pele, seis se identificaram como pretas, embora duas destas tenham se autodeclarado como “morenas”. Justificamos a inclusão feita devido à inexistência dessa opção entre a classificação racial brasileira e a compreensão dos efeitos do racismo sobre o reconhecimento de si como pessoa negra; duas como pardas, uma como amarela e uma como branca. Quanto ao nível de escolaridade, quatro têm ensino médio completo e outras seis não terminaram o ensino médio ou ensino fundamental. Todas são mães, sendo que três têm de três a quatro filhos menores de dezoito anos. A maior parte ($n=6$) são casadas ou estão em união estável e moram com companheiro e filhos(as). Em média as diaristas recebem em torno de R\$120,00 por diária.

Instrumentos

Foram realizadas entrevistas não-estruturadas individuais e aplicado questionário sociodemográfico. Esse tipo de entrevista permitiu que o(a) entrevistando(a) formule suas respostas mais livremente, pois há apenas temas e uma pergunta disparadora para cada um deles (Laville & Dionne, 1999). O questionário é oportuno para o acesso de informações pessoais, familiares e ocupacionais, tais como: nível de escolaridade, tempo na ocupação, remuneração, entre outras.

A entrevista continha os seguintes temas: trajetória laboral; processo e condições de trabalho; relações laborais; relação trabalho e família; percepções e condutas. Havia uma pergunta disparadora para cada um, como por exemplo: “Você poderia me contar sobre o seu trabalho como diarista?”.

Procedimentos de coleta de dados

Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), foi estabelecido contato com um sindicato de trabalhadoras(es) domésticas(os). O sindicato mediou o acesso às mulheres trabalhadoras domésticas diaristas. Apesar das diaristas não serem formalizadas, neste caso muitas eram beneficiadas pelos serviços ou ações oferecidas pelo sindicato em questão. Mediante interesse em participar demonstrado pelas diaristas e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas individuais foram realizadas. As entrevistas ocorreram entre novembro e dezembro de 2021, geralmente, durante o fim da tarde ou à noite, com duração média de 90 minutos.

Em razão do contexto de pandemia de Covid-19 e às medidas de distanciamento social adotadas no período de realização da pesquisa, as entrevistas ocorreram via ambiente virtual (*Google Meet*) e as demais etapas sobreditas via telefone (*Whatsapp*).

Procedimentos de análise dos dados

As respostas do questionário sociodemográfico foram sumarizadas e descritas por meio de análises baseadas em frequência e média. Cada entrevista foi transcrita na íntegra e nomes fictícios, todos retirados da obra *Olhos D'Água*, de Conceição Evaristo (2016), usados para indicar os relatos. Assim, as dez participantes foram referenciadas nos resultados como “Ana Davenga”, “Natalina”, “Luamanda”, “Cida”, “Zaíta”, “Duzu-Querença”, “Maria”, “Salinda”, “Maíta” e “Esmeraldina”. A estratégia metodológica de análise dos dados foi a abordagem hermenêutica-dialética (Minayo, 2002).

O conteúdo das entrevistas foi colocado em evidência e o(a) pesquisador(a) buscou a compreensão do material nele mesmo, integrando à essa postura uma perspectiva crítica e interdisciplinar. No método hermenêutico-dialético considera-se que os discursos dizem mais do que quem os proferiu quis dizer. Entende-se que ninguém abarca a totalidade do cotidiano de vida, nem é completamente independente da realidade histórica, de desigualdades, da dominação, da resistência ou da conformidade, pelo contrário, todos(as) são penetrados(as) por ela. Desse modo, o compreender, a interpretação baseia-se na práxis e têm como resultante configurações de sentido ou unidades de sentido (Minayo, 2002).

Outrossim, as habilidades do(a) pesquisador(a) são primordiais durante todo o processo de análise, cotejando os referenciais teóricos, os objetivos de pesquisa, as observações, a consciência histórica (Minayo, 2002). Para este estudo, os referenciais teóricos de base foram: a Sociologia da Divisão Sexual do Trabalho (Federici, 2019; Hirata, 2002); o paradigma afrocêntrico das discussões de gênero (Davis, 2016; Gonzalez, 2020c; Teixeira, 2021); e a Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1993, 2004, 2012).

Resultados e discussão

Modo operatório, trabalhar sob suspeita e a memória da marginalização

Os modos de esquematizar, de agir, de executar o trabalho das diaristas são bastante diversificados, acompanhando uma característica do seu labor, que é a imprevisibilidade ou variabilidade. Pois, a cada residência elas se deparam com demandas, situações e organizações espaciais diferentes. Contudo, existem alguns aspectos em comuns nesses itinerários, modos adotados pelas trabalhadoras para realizar o trabalho.

Um deles, é a prática de investigar, através da conversa com as/os contratantes, as necessidades, exigências e recomendações das famílias beneficiadas pelos seus serviços. Embora, esse movimento seja um componente da busca por uma boa avaliação do trabalho, como nos disse Maria, de 45 anos: “eu chego em uma casa e pergunto: como é esse seu cômodo?... porque você está fazendo para outros”, também está relacionado a outra questão, que nós estamos chamando de trabalhar sob suspeita.

Faz parte do modo operatório ou dos modos operatórios (Dejours, 1993) das mulheres diaristas, uma preocupação com as disposições e os lugares dos objetos, dos pertences das famílias, principalmente os de valores, por isso, na maioria dos relatos apareceu o ato de memorizar as organizações iniciais ou encontradas de alguns cômodos ou móveis e a vigilância para deixar os pertences sempre à vista, fáceis de serem encontrados. A conversa inicial com os(as) contratantes, portanto, também serve para obter informações sobre a existência de objetos de valor na residência, saber das restrições ou exigências em relação à eles. Luamanda, de 31 anos, nos contou:

Eu sempre tento deixar organizado, do jeito que eu encontrei, ... você tem que deixar de um jeito que eles consigam ver. Tem que ficar na visão de todos eles... uma vez, ela tinha deixado tudo espalhado, eu juntei, eram anéis dela e do esposo e não encontraram ... era uma casa que entrava muita gente, ... mas aí, desconfiaram da diarista ... querendo ou não, torna-se um constrangimento. Às vezes têm pessoas que não têm coragem de ligar e não pedem mais a faxina ou falam mal ao invés de lhe indicar.

As trabalhadoras que expuseram tal questão, trouxeram-na justamente quando falavam sobre o que faz uma diarista ou as situações desagradáveis do trabalho, demonstrando que a suspeição estar e compõe os constrangimentos de sua atividade de trabalho ou de seu trabalhar, quer dizer, os gestos, a inteligência, a interpretação, o reagir,

o inventar, necessários ou forjados nas circunstâncias materiais e sociais que se interpelam na realização de uma tarefa (Dejours, 2004).

O cuidar para “evitar” (as aspas enfatizam a parcialidade do alcance do objetivo) a suspeição ou as acusações diretas ou indiretas no trabalho, pode ser entendido como um ajuste, uma regra informal estabelecida pelas diaristas em seu saber-fazer (Dejours, 1993) e ancora-se na memória da marginalização social de sua ocupação e/ou delas. Zaíta, de 43 anos, expôs: “Por conta de eu morar em uma área de risco, ... acha que eu vivo misturada na bandidagem, ... gera aquela coisa do tipo: eita! vou colocar essa moeda ali, ... eu encontro as moedas e saio colocando tudo em um só lugar”.

Como podemos observar a suspeição, embora seja ingrediente da realidade de trabalho das diaristas, é algo mais subjacente do que evidente, mais vivido do que um discurso elaborado. Isso também pode ser notado na ausência entre as diaristas, pelo menos entre as entrevistadas, de um compartilhamento desse cuidar para evitar a suspeição no sentido de ser algo combinado, discutido ou acordado entre elas.

Por tais motivos, escolhemos memória ao invés de consciência da marginalização. Entendemos memória como o não saber que conhece, o lugar de inscrições que restituem uma história que está subjacente, onde a verdade emerge, embora o discurso da consciência tente excluí-la ou exclua (Gonzalez, 2020c, p.70). Neste caso, a história de incriminação das trabalhadoras domésticas remuneradas, das mulheres negras à sombra da convergência entre racismo, sexismo e classismo.

Teixeira (2021) alega que o mito da trabalhadora doméstica ladra, criminosa e suja tem a ver com o processo amplo e estrutural de construção e disseminação das narrativas essencialistas sobre a história da população negra, as quais (re)produzem uma ideia de

degenerescência das pessoas negras. Ao se tratar do sujeito feminino negro periférico, a branquitude¹⁰ patriarcal burguesa projetou ou projeta sobre ele, principalmente quando estar no TDR, dito o lugar natural de mulher negra, a malícia, a vadiagem, o oportunismo, a pilantragem, a ingratidão (Gonzalez, 2020c; Teixeira, 2021).

Peçanha (2019), por exemplo, cita o papel da imprensa brasileira do século XIX na implantação e disseminação desses estigmas. A mulher negra trabalhadora doméstica remunerada ora era representada pelo apelo sexual em torno de seus corpos e comportamentos, ora por uma suposta periculosidade, enxergada em sua proximidade com a propriedade privada ou os bens das famílias.

São essas essencializações racistas e sexistas do que são as trabalhadoras domésticas remuneradas, do que são as mulheres negras, que subsidiam as insinuações ou as acusações feitas pelos(as) contratantes sobre a inteireza moral das diaristas, bem como, o fato de não se sentirem desconfortáveis diante da injustiça, e mais, esperarem compreensão e até refrigério por parte delas. Duzu-Querença disse: “Clonaram o cartão da patroa. Fizeram compra e empréstimo...quando ela chegou, ... ela falou: ‘você acredita que eu sai daqui rezando para não ser sua letra que estava lá’... ou seja, até então, ela achava que estava com uma ladra”.

Para além do dispêndio psicoafetivo dessas situações para as diaristas, que têm que conviver com essas injustiças, com a falta de remorso dos(as) contratantes, tais essencializações somam-se as várias dificuldades que as trabalhadoras domésticas remuneradas enfrentam na luta por reconhecimento e direitos.

¹⁰ Diz respeito ao poder branco. Um lugar social de conforto e opressão que naturaliza a existência de outro polo oprimido, moldando a forma como o opressor enxerga a si mesmo e aos demais. Refere-se à assunção histórica de privilégios estruturais, objetivos, subjetivos, econômicos e simbólicos em torno de uma diferença – a racial (Cardoso, 2008; Teixeira, 2021).

Davis (2016) e Teixeira (2021) ressaltam que o modo como enxergamos as trabalhadoras domésticas, o TDR, respalda a nossa relutância, enquanto sociedade, de validar ou apoiar essas mulheres trabalhadoras, quando clamam por direitos, relações mais autônomas de trabalho, respeito. Numa demonstração da funcionalidade da marginalização para fins de exploração capitalista da mão-de-obra feminina negra (Gonzalez, 2020a).

“Se virando nos trinta”: sobrecarga de trabalho, pressões e naturalização de alguns abusos

Entre as mulheres diaristas, identificamos uma discussão, uma defesa ou apelo em torno da necessidade de uma melhor definição e imposição de limites, de organização sobre o trabalho que desenvolvem, levando em consideração as situações concretas e a forma de exercício de sua atividade.

As tarefas e serviços realizados por elas em um dia de trabalho são muito variados, vão desde limpeza dos ambientes, dos móveis, de eletrodomésticos, de janelas à preparo de refeições, lavagem de roupas, cuidado de animais e plantas, entre outros. Para as trabalhadoras existe uma discrepância significativa entre a quantidade e volume de trabalho e o tempo para dar conta disso, até apontam esse fato como uma das grandes diferenças entre elas e as empregadas domésticas. O que torna a jornada laboral bastante cansativa.

As trabalhadoras consideram que essa realidade conforma-se na inadequada coexistência de demandas em um único dia de trabalho, algumas inclusive vistas por elas como abusos ou excessos por parte das(os) contratantes. Por exemplo, as entrevistadas se

mostraram contrárias ao fato da diarista ter que realizar a limpeza, o preparo de refeições, a lavagem ou o passar roupas em uma diária ou pelo preço de uma.

Além disso, consideram solicitações como limpar o interior de móveis ou de eletrodomésticos (guarda-roupas, geladeira), servir as/os contratantes (servir refeição ou copo de água), cuidar de plantas e recolher os dejetos de animais ou higienizar seus locais de permanência, como sendo excessos, abusos, que, colaboram para aumentar o tempo de estância no local de trabalho. Como fica claro no relato a seguir:

Têm coisas que não é para você fazer, que dá para eles fazerem, mas eles não querem fazer. Eles jogam para você ... às vezes coloca para cuidar de cocô de cachorro (risos). Eu tinha uma diária e a mulher tinha dois cachorros grandes, ela queria que eu deixasse a casa dos cachorros limpa. Eu deixava para o final da tarde, porque eu morria de medo (Maria, 45 anos).

Essa queixa ou movimentação das diaristas para impor/levantar fronteiras ou definições sobre o que lhes competem em um dia de trabalho está fundamentada em um autoreconhecimento ou na busca por reconhecimento, haja vista os ínfimos valores pagos por uma grande quantidade de trabalho, o caráter humilhante e até torturante ou ariscado, como no caso da Maria, das posturas, exigências ou solicitações das(os) contratantes, bem como nas implicações da coexistência de demandas sobre o ritmo de trabalho ou a intensidade com que desenvolvem as tarefas.

Em geral, o ritmo de trabalho das diaristas é bastante intenso, frenético. Tal aspecto está refletido na relação delas com a alimentação e no desgaste de seus corpos. Cida, de 64 anos, disse: “vai comer nas carreiras, em pé, engolindo, porque o trabalho está ali na tua presença, muita coisa. Na cabeça passa que não vai dá conta ... deu cinco, seis horas da tarde, é que você ver que tem terminado. Aí, exaustão total. Cansaço!”.

Dores nas pernas, na coluna ou nas articulações são problemas de saúde frequentes entre as entrevistadas, inclusive algumas fazem uso de analgésicos durante ou após o trabalho.

Também atentamos para os problemas gastrointestinais, apesar de não terem sido enfatizados pelas trabalhadoras, somente por Ana Davenga: “também tenho problema no estômago, eu sinto muita dor no estômago”. Eles podem aparecer ou serem intensificados mediante a má qualidade da relação com a alimentação imposta pelo ritmo frenético de trabalho ou pelos longos períodos sem a ingestão de alimentos, pois além de comer às pressas elas fazem pouquíssimas refeições, em média o café da manhã e/ou almoço, em algumas diárias apenas quando levam de casa.

Embora exista esse apelo ou essa certa combinação informal das diaristas para (re)definir ou enquadrar o seu trabalho em termos de tarefas, de tarefas e regime de trabalho ou em relação às tarefas e remuneração, elas têm que tentar negociar em uma conjuntura em que o jogo de forças é extremamente desigual tal visão, entendimento ou desejo com as famílias. Assim, até as mais assertivas em seus discursos sobre a questão, admitiram que na prática não têm muito êxito nesse quesito. Maria, de 45 anos, analisa: “aí o pessoal diz que quer que cozinhe, quer que você faça isso e isso... tem diarista que não quer fazer e não faz, mas às vezes você precisa do serviço e aí você tem que fazer”.

Teixeira (2021) pontua que o regime de trabalho doméstico em diárias, em nada ou muito pouco, salvaguarda de algumas situações, significou para as trabalhadoras domésticas terem relações de trabalho mais autônomas ou de menor subordinação. Nas situações em que as diaristas conseguem negar a lógica da servidão que lhes é imposta, isso já é suficiente para causar estranhamento e respostas por parte das(os) contratantes.

Pois não houve mudanças significativas em termos de uma (des)construção social a respeito da atividade de trabalho dessa personagem ou do TDR em sim.

Independente da forma de exercício do TDR, as famílias, que em se tratando das diaristas não são apenas da classe média ou alta, enxergam na trabalhadora doméstica remunerada ou esperam encontrar nela, uma “faz de tudo” (Natalina, 53 anos). Alguém que, sobretudo a trabalhadora doméstica negra, deveria estar sempre disponível, atender as mais variadas necessidades, por vezes, caprichos e vontades, como se fosse uma extensão das famílias (Teixeria, 2021). Contudo, tal qual sugere (Davis, 2016), não no sentido de fazer parte, mas de pertencer como propriedade, como ferramenta, ao mesmo tempo que, minimizam a importância, a magnitude do que essas trabalhadoras fazem (Teixeira, 2021).

Como doméstica remunerada, a mulher trabalhadora negra é tratada como um “burro de carga” (Gonzalez, 2020c.p.73), um corpo forte e produtivo, que está destinado e supostamente aguenta uma quantidade matematicamente elevada de trabalho (Gonzalez, 2020a).

Tal conjuntura está posta na problemática circunscrição brasileira do emprego doméstico, historicamente realizado por mulheres negras. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o emprego doméstico refere-se a uma gama de cargos ou funções (empregada doméstica – diarista – arrumadeira – faxineira), tidos como sinônimos e agrupados por uma descrição sumária, que reúne variadas tarefas no âmbito doméstico, inclusive cuidar de peças do vestuário, de plantas e animais domésticos, e, que, podem ser realizadas em tempo integral, parcial ou por jornada diária (Ministério do Trabalho, 2002).

Davis (2016), Gonzalez (2020b) e Teixeira (2021), apontam que quando analisada a divisão sexual e racial do trabalho, percebe-se que a mesma reserva para as mulheres negras um enorme espaço para o labor na vida delas, através de ocupações precárias, penosas, insalubres e invisibilizadas. Trabalhos propícios para relações laborais sob rigores desumanizantes, quase sempre também respaldadas por insígnias da participação da mulher negra nas sociedades.

Ainda sobre a sobrecarga de trabalho das diaristas ou sua vinculação com a discussão em torno do que é cabível à essa ocupação, nos chamou atenção que, a depender dos acontecimentos cotidianos, tarefas como providenciar a alimentação das(os) filhos(as) das(os) contratantes, ser companhia para idosos(as), amaparar e cuidar de adulto alcoolizado, perpassam o dia a dia de trabalho das diaristas. Para ilustrar, temos o relato de Maria: “a gente joga dominó, ... a idosa só quer que eu saia às 17:00 horas, ... dar umas cinco e pouco, eu digo que eu vou embora, ... aí eles dizem: não vai não, fique aqui”.

São tarefas que embora tenham implicação sobre a quantidade e volume de trabalho das diaristas, e, conseqüentemente, sobre o tempo de permanência na residência, não foram classificadas por elas como excessos ou abusos.

Não obstante, entendemos que essas circunstâncias também sejam decorrentes do modo como a sociedade enxerga/trata as trabalhadoras domésticas, ou associado a serviço e servidão, aspectos engendrados nas hierarquias de gênero, raça e classe (Teixeira, 2021). Pontuamos a pertinência de refletir ou lançar luz acerca da assimilação ou introjeção dessas diferenciações, produtoras de desigualdades, pelas próprias diaristas.

Para tanto, ressaltamos ou refletimos quanto as marcas ou implicações de dois produtos ideológicos ou enquadramentos sociais: a “dona de casa” (Davis, 2016, p.230) e a “mãe preta” (Gonzalez, 2020c, p.78), na forma como as trabalhadoras reagiram e pensaram nas/sobre as situações supracitadas.

Em relação à dona de casa, Federici (2019) pontua que apesar de nunca ter sido uma realidade para a maioria das mulheres. As mulheres negras, por exemplo, têm suas trajetórias de vida atravessadas por trabalho duro e precário fora e dentro de casa. É um enquadramento que recai sobre todas elas, enquanto modelo de feminilidade e organização familiar dominante.

Toda mulher está condicionada, mesmo que inconscientemente, para realizar as tarefas domésticas, para acolher, cuidar, ser empática, abrir mão, amar apesar de, para servir, e sentir prazer nisso. Ante a tal socialização elas tendem a pensar e agir de acordo com essa identidade social, nos mais diferentes espaços, principalmente no privado, onde tais atributos supostamente encontram muito sentido e naturalidade (Federici, 2019).

Ademais, a convergência entre racismo e sexismo traz para as mulheres negras o ideal da mãe preta, uma figura respaldada na ama negra¹¹ dos tempos de regime escravocrata, de quem se atribui e espera docilidade, dedicação e exemplo extraordinário de amor para com as famílias. A ela é dada uma colher de chá (Gonzalez, 2020c). Conforme Teixeira (2021), essa noção ou ideário costuma fazer parte das vivências das mulheres trabalhadoras domésticas negras, seja através da reafirmação dessa narrativa-

¹¹Mulher negra escravizada, que desempenhava, sobretudo, trabalho no interior da casa-grande, particularmente o cuidado de bebês e crianças das famílias escravocratas. Ela amamentava, asseava, colocava para dormir, ensinava a falar, acordava durante a noite para alimentar os infantes. (Gonzalez, 2020c; Teixeira, 2021).

expectativa, quando as trabalhadoras atendem a mesma, seja através do rompimento com ela.

Tanto a dona de casa, quanto a mãe negra são enquadramentos sociais com poder de dissimulação e produção de recompensas para quando tais expectativas são correspondidas (Federici, 2019; Gonzalez, 2020c), por isso, é compreensível e ao mesmo tempo denunciante as diaristas em questão naturalizarem as circunstâncias relatadas, e até encontrarem nelas um meio para se sentirem valorizadas pelas famílias. Sobre o tempo passado com os idosos, Maria contou: “uma das filhas chegou e me pegou jogando dominó com eles, e me agradeceu, ... foi uma valorização”.

Guimarães (2019), atenta-se para a funcionalidade dessas formas de trabalho doméstico que não receberam o caráter de trabalho (dona de casa, trabalho maternal) para a ocultação de parte das atividades realizadas nos trabalhos domésticos reconhecidos como profissão/ocupação, e conseqüentemente na não retribuição monetária por elas.

Experimentação pelas diaristas da violência e assédio sexual no trabalho

Na América Latina e Caribe, o TDR está entre as modalidades de trabalho mais suscetíveis à violência e assédio sexual (Themis, 2021). Essa conjuntura, que não pode ser mais ocultada, foi forjada pela violência colonial escravagista contra os corpos femininos negros e indígenas. Para as mulheres negras escravizadas, a violência sexual fez parte do que seria seu trabalho, dos castigos aplicados e de suas noites, principalmente para aquelas que prestavam serviços no interior da casa-grande (Gonzalez, 2020c; Davis, 2016).

Na sociedade do trabalho dito livre, esse passado permanece vívido, agora dissimulado pela dialética entre a hipersexualização dos corpos das trabalhadoras domésticas, a ambiguidade da prestação de serviço construída pela racionalidade colonial, segundo Gonzalez (2020c) subjacente à porta de serviço estar a prestação de serviço sexual imputada, as pragmáticas machistas sobre o comportamento masculino e a precariedade da condições materiais dessas trabalhadoras (Texeira, 2021).

Algumas das diaristas entrevistadas relataram terem vivenciado o assédio sexual ou evidenciaram a questão, no sentido de ser uma ameaça no cotidiano laboral. Para ilustrar temos a fala de Zaíta, de 43 anos:

Eu sei mais porque o dono, o patrão estava me assediando ... até teve uma filmagem dentro do elevador, onde flagra ele tentando me agarrar. A síndica veio conversar comigo, ela me aconselhou a fazer um B.O. e ofereceu a filmagem ... eu não quis denunciá-lo, ... em respeito a esposa dele ... Eu fico sem entender, porque eu nunca dei motivos. Eu nunca andei nua, nunca sai mostrando nada, então, porque? Eu chorei, eu passei uma semana sem dormir direito ... eu me senti como se estivessem arrancando um pedaço de mim.

Seu relato mostra que, além da violência a que foi submetida, ainda carregou consigo a dúvida a respeito de sua conduta. Produziu-se, assim, uma espiral de sofrimento que a afligiu tanto que ela nem conseguia dormir. Ademais, tanto Zaíta quanto as demais diaristas que evidenciaram esse problema, fizeram a partir da associação entre o ser mulher e aspectos do trabalho remunerado.

Contudo, essa associação não estava acompanhada de uma reflexão crítica sobre os episódios ou sobre essa ameaça, violência comum para elas. Na verdade, as trabalhadoras citaram como causas ou motivos para o assédio sexual, sofrido ou iminente,

uma suposta natureza sexual masculina¹² ou como expressão do mau-caratismo dos contratantes, bem como na relação disso com suas próprias atitudes. De acordo com elas, a forma de se vestir, de portar-se são fatores para a ocorrência do assédio sexual, o que as fazem se sentir culpadas ou responsabilizadas pelo assédio, como podemos notar no relato acima.

É difícil para elas se enxergarem como vitimizadas, quando nasceram, cresceram e vivem em uma sociedade que naturaliza a violência contra os corpos femininos, especialmente contra os corpos feminino negros (Carneiro, 2003).

Teixeira (2021) ressalta que a objetificação sexual das domésticas tem bastante relação com as noções de promiscuidade, libidinagem, de infidelidade ou de uma suposta sedução dos detalhes anatômicos de seus corpos, ou seja, que são sexualmente disponíveis, violências simbólicas forjadas nas sobreposições de gênero, raça e classe. Tais construções ideológicas corroboram para a presença da autculpabilização entre as mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas que foram assediadas sexualmente, assim como para a relativização da responsabilidade do autor da agressão.

A autora ainda ressalta o peso do não entendimento das violências sofridas enquanto expressões das assimetrias de poder, de desigualdades para esse movimento de individualização do enfrentamento de tais vivências (Teixeira, 2021).

A individualização das formas de enfrentamento ou das reações mediante a ameaça ou ocorrência do assédio sexual no trabalho é um dos aspectos da realidade das diaristas entrevistadas que passaram por tal situação. Para além do abandono do trabalho,

¹² Em sociedades patriarcais, sexistas como a nossa, o desejo e o comportamento sexual dos homens são tomados como instintos, algo incontrollável, assim as excitações sexuais e, por conseguinte, as formas de saciá-las são justificadas e ditas compreensíveis em razão dessa suposta natureza (Lerner, 2019).

caminho mais frequente (Teixeira, 2021), do jogo de cintura para se esquivar ou barrar as investidas dos assediadores, como conta Zaíta: “às vezes eu tinha que colocar baldes, ... para ele não passar”; as trabalhadoras adotam certas precauções, assim entendidas por elas, como conversarem o mínimo com os contratantes, não ficarem sozinhas com eles, vestir-se de forma adequada, ou seja, evitar roupas curtas, que marquem o corpo e decotes. Nas palavras de Maria: “me colocar no meu lugar”.

De certo que esse cenário ilustra bem o que Lerner (2019) e Gonzalez (2020a) expõem sobre a sobrevivência dos sistemas supremacistas. O racismo, o patriarcado, dependem da cooperação das(os) subordinadas(os), quer dizer, da internalização da ideologia dominante, da inferioridade e precariedade impostas, por intermédio da doutrinação, da privação de educação, da coerção ou das recompensas quando se conformam ou agem de acordo, da discriminação no acesso a recursos econômicos e de proteção social.

Nesse sentido, salientamos a implicação da condição de trabalhadoras informais. A instabilidade de oferta de trabalho, as baixíssimas remunerações e a ausência de direitos trabalhistas complicam ou são percalços para ações mais efetivas.

Ademais, chegar até a denúncia formal, muitas vezes exige dessas mulheres trabalhadoras superar ou enfrentar mais dificuldades, como as solicitações por provas, os expedientes racistas e sexistas ou o clientelismo das instituições, inclusive do sistema judiciário, a falta de apoio social ou comunitário. Segundo relatório da Themis (2021), a influência social dos patrões ou contratantes, o isolamento característico do contexto laboral, a falta de empatia da família do assediador, são alguns dos fatores de

desempoderamento das mulheres trabalhadoras domésticas em casos de denúncia de assédio sexual.

Esse quadro evidencia que o assédio sexual no TDR é um dos componentes da precariedade emocional e psíquica de seu exercício e da noção de insegurança trabalhista ou no trabalho a qual as diaristas e demais trabalhadoras domésticas remuneradas estão suscetíveis. Uma vivência extremamente traumática, tanto por conta do teor de violação inerente a tal agressão, assim como pelos processos de culpabilização das vítimas decorrentes, que suscita nas trabalhadoras sentimentos de vergonha e culpa.

Outrossim, questionamos a ausência ou insuficiente contemplação das relações de poder, da divisão racial e sexual do trabalho na compreensão e disposição de risco ocupacional, que predominantemente assume um caráter tecnicista, mecânico e bioquímico. O que dificulta a construção de normas reguladoras e políticas públicas que abarquem as especificidades dos riscos dos trabalhos realizados por mulheres e ofereçam respostas em termos de prevenção e reparação pelos mesmos (Brito, 2000; Hirata, 2002). Não seria o assédio sexual um acidente de trabalho e deveria ser reconhecido como tal para efeitos jurídicos e previdenciários?

Mobilização coletiva e sindicalismo: manifestações e dificuldades na trajetória da mulher diarista

Apesar das trabalhadoras diaristas não terem formalmente representação sindical, todas as entrevistadas mantinham contato com o sindicato e eram beneficiadas por muitas de suas ações. A maioria compunham o público alvo das oficinas, das palestras, das panfletagens, dos repasses de doações ou o quantitativo daquelas que se beneficiavam de

informações e apoio no local. Algumas também auxiliavam em atividades de organização e operacionalização das ações junto com as dirigentes.

Em suma, o contato com o espaço sindical foi elencado pelas diaristas como uma referência de acolhimento, de aprendizado, de provisão e de proteção diante das mais diferentes situações de trabalho: perda das diárias, conflitos com os(as) contratantes, dúvidas sobre sua condição e legislação do TDR, entre outros, como também um elo entre elas e as políticas públicas e programas ou projetos sociais, o sindicato compartilha informações, orientações nesse sentido. Como ressalta Luamanda:

Lá não é só um sindicato, é uma família para apoiar ... eu posso está passando por uma necessidade e dizer que estou passando por isso e aquilo. Aí, ela diz que vai falar com as outras, em tudo que pode vai apoiar. Avisa sobre doações, sobre as inscrições para receber doações. Eu acho isso muito importante, você precisa de algo, de uma palavra amiga, elas estão ali para ajudar.

Essa experiência de apoio mútuo, de valorização do trabalho ou delas próprias como pessoas, fornecida ou possibilitada por esse contato com o sindicato vai além do atendimento das necessidades urgentes, seja materiais ou de informação, orientação. Pudemos notar que funciona como um escudo que se ergue contra efeitos negativos na subjetividade, na autoestima do desamparo, da solidão de ser uma mulher trabalhadora informal, de estar invisibilizada ou excluída das ações e políticas de Estado, do tratamento recebido das famílias para quem trabalha e de uma sociedade, que discrimina as pessoas pela cor, sexo/gênero ou trabalho que desenvolvem. Como disse Cida: “É um convívio que massacra muito”.

Bernardino-Costa (2015), Davis (2016) e Teixeira (2021) argumentam que o contato com o sindicato constitui um divisor de águas na trajetória laboral das trabalhadoras domésticas, rompe com o isolamento intramuro vivenciado pelas

trabalhadoras e é um espaço onde pensa-se ou luta-se em prol de melhorias para a categoria ocupacional. Além do mais, dependendo das dinâmicas sindicais permiti que elas se aproximem de sua historicidade enquanto mulher trabalhadora doméstica pertencente a uma minoria étnica/racial, ou seja, de sua identidade social interseccionada, fundamental para a mobilização em torno de pautas, projetos e ações que visem atingir ou superar as desigualdades que lhes são impostas.

Mas, como toda ação coletiva, o sindicalismo acontece mediante o engajamento, o apoio e a participação ativa das trabalhadoras e trabalhadores que compõem o gênero profissional/ocupacional. Como consta na literatura (Bernardino-Costa, 2015; Teixeira, 2021) e enquanto assunto ou descontentamento expresso pelas diaristas, sobretudo pelas que estavam mais engajadas com a luta sindical, a participação das mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas ou sua manutenção junto as associações/sindicatos ainda constitui um desafio.

Baseados nisso e na noção de trabalho coletivo de Dejours (2012), na qual a cooperação entre trabalhadores(as), que tem como percurso e finalidade melhorar suas condições laborais ou a economia físico-psíquica, não pode ser prescrita, apenas favorecida ou não quebrada, pois é algo que se constitui nas práticas de convivência e nos espaços de confiança; salientamos alguns pontos identificados na experiência pessoal das diaristas, que merecem atenção quando se deseja o viver junto no e pelo trabalho, essencial para a luta sindical/coletiva.

As baixíssimas remunerações e a dupla ou tripla jornada, inclusive em dias não úteis, suscitam limitações, como de deslocamento e/ou de disponibilidade de tempo ou horários para prestigiar/participar das atividades sindicais. Como disse Ana Davenga: “é

100 reais que eu ganho, mas é 100 reais para tanta coisa” ou como Luamanda externou: “só que eu não pude ir porque minha menina tinha quebrado o braço”.

Quando se fala de participação feminina nos espaços de organização sindical ou de luta política, Hirata (2002) destaca que a defasagem salarial ou de remuneração e a dupla ou tripla jornada são artimanhas para enviar ou manter as mulheres trabalhadoras na esfera privada, no âmbito do individual, inibindo assim as práticas coletivas e ações reivindicatórias, que como disse Federici (2019), têm um potencial enorme, sobretudo quando provém da classe trabalhadora feminina negra (Davis, 2016). É justamente sobre ela que encontraremos a imposição das menores remunerações, de uma maior captura do tempo e do atomismo (Davis, 2016; Gonzalez, 2020c), características marcantes do dia a dia da mulher trabalhadora diarista.

Paralelamente a isso, evidenciamos algumas ideias falaciosas que permeiam a visão de trabalho ou de mundo das trabalhadoras. A primeira delas, diz respeito à uma suposta possibilidade de negociação entre diarista e contratante, ou seja, que nessa vivência a trabalhadora poderia impor suas condições, fazer propostas ou exigências, como se fosse uma relação equiparada. Segue a fala de Cida: “trabalhar sua autovalorização como profissional e não permitir que o povo que tenha dinheiro comande, ... Eu fico feliz quando eu vejo algumas que não se permitem”.

De fato, e, como salientado por Hooks (2010) (re)afirmar o próprio valor, acolher as necessidades emocionais, enxergar-se como merecedora de ser respeitada ou de gozar de prazer e felicidade é fundamental para o processo de resistência contra as opressões destinadas as mulheres negras. Contudo, a autora explica que a afirmação, o reconhecimento positivo de si, do qual fala, é o que anda lado a lado com a vontade e

ação coletiva de garantir mudanças na sociedade que permita esse viver plenamente. A ideia de protagonismo, de afirmação ou “amor interior” de Hooks (2010, p.9) afasta-se de uma perspectiva solipsista, que desconsidera as relações de poder ou as condições necessárias para suscitar ou garantir tal intenção/prática.

Essa ressalva é extremamente pertinente em virtude da propagação no neoliberalismo-patriarcal-racista de narrativas que esvaziam o caráter sócio-histórico e coletivo de empoderamento, protagonismo. Como lembra Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019) em tal cenário energias rebeldes têm sido apropriadas para beneficiar a manutenção do *status quo*.

Outra ideia expressa pelas entrevistadas que merece atenção, é a de que haveria uma escolha pela informalidade ou por manter-se na informalidade entre elas. Ao avaliar a conjuntura de diarização do TDR, Esmeraldina disse: “A diarista hoje em dia, a maioria não quer assinar a carteira, ... ela pode pagar o INSS¹³ particular, ... essa é inteligente por fazer isso e a outra que não paga está ferrada”. É oportuno pontuar, que se a remuneração que recebem por diária já é tão baixa, ainda ter que custear sua própria segurança previdenciária torna-se muitas vezes impossível de ser feita. Entre as entrevistadas é diminuto o número que pagavam previdência, o baixíssimo poder aquisitivo de suas famílias foi identificado como principal fator.

Além disso, identificamos nas trajetórias das diaristas muitas nuances sobre essa suposta escolha por manter-se na informalidade. A realização do TDR por meio de diárias, por vezes, possibilita às trabalhadoras atenderem a necessidade de horários flexíveis/parciais para se dedicarem ao trabalho doméstico não remunerado. Em outros

¹³ Instituto Nacional do Seguro Social

casos, existe o medo perderem o trabalho, caso tenham a carteira assinada, haja vista que algumas expuseram que é prática comum dos(as) contratantes assinarem a carteira e depois de um pequeno período realizarem a demissão.

O individualismo, a despolitização das noções de negociação, de empoderamento, de informalidade observados no meio das diaristas é bastante preocupante, pois favorece a responsabilização individual da trabalhadora por suas circunstâncias de vulnerabilidade, tanto entre elas, quanto entre elas e demais domésticas, como também dificulta a identificação de ameaças ou impasses comuns, como por exemplo, referente à participação ativa delas nas práticas coletivas e/ou sindicais, e pode ocasionar animosidade.

Cabe ressaltar também que as entrevistadas quando pensam sobre a relevância do seu trabalho, elas acabam limitando-a ao âmbito pessoal, falam do sustento, da independência quanto aos companheiros e familiares, e ao âmbito das relações com as famílias para quem trabalham. Salinda disse: “Para eles terem um ambiente organizado, porque eles não conseguem fazer, eles não dão conta”.

Tais pontuações compõem o escopo da relevância que o trabalho da diarista, da trabalhadora doméstica tem para ela ou para os(as) outros(as), contudo, queremos pontuar que os trabalhos domésticos, remunerados ou não, são essenciais, fulcrais para o estabelecimento e manutenção dos modos de trabalho e de vida nas sociedades capitalistas (Hirata, 2002). Estender ou ampliar a consciência da relevância desse tipo de atividade em termos de reprodução social tem especial potencial de reivindicação (Davis, 2016; Hirata, 2002). A delegação do trabalho doméstico, nesse caso em forma de diárias, possibilita aos(as) contratantes de vários estratos da classe trabalhadora, a qualificação

formal, o trabalho remoto, a participação em eventos corporativos, espaços políticos ou práticas culturais, etc.

No mais, o viver junto no e pelo trabalho também ocorre fora dos espaços formais de luta coletiva/sindical e pode fornecer ou originar muitas lições, caminhos para organização política formal, digamos assim. As diaristas relataram práticas de coleguismo e solidariedade entre elas, em decorrência do contato por dividirem a mesma localidade de moradia ou o trajeto entre casa e trabalho. Elas se ajudam no que diz respeito a busca por trabalho, na provisão de apoio emocional ante à momentos críticos e na criação de situações de descontração e reconhecimento. Pensamos ser a experiência em pequenos grupos, atravessados pela proximidade territorial ou pelo compartilhamento de transporte público, algo a ser considerado.

Considerações finais

As mulheres diaristas tem seu cotidiano laboral perpassado por preocupações, tarefas, ritmos e ameaças/riscos engendrados nas insígnias, relações e condições materiais decorrentes da matriz de opressão de gênero, raça e classe, mas também por movimentos individuais e coletivos, que inscrevem resistência e ressignificação ante a essa realidade.

A marca da marginalização forjada nas hierarquizações/desigualdades que lhes atravessam insculpi na variedade de seus modos operacionais um traço em comum: o cuidar para evitar a suspeição que, portanto, compõe o trabalhar das diaristas e os contragimentos de sua atividade. A vergonha, o cansaço, a perda da ocupação são algumas das consequências psicoafetivas e materiais para essas trabalhadoras, por terem sua idoneidade facilmente colocada à prova no trabalho.

A sobrecarga e o ritmo frenético de trabalho das mulheres diaristas abre a discussão acerca do que lhes compete, do que é humanamente adequado, seguro e justo de ser feito, realizado em uma diária. Uma discussão desejada pelas entrevistadas e que passa também pelo enfrentamento da racionalidade racista e sexista de enxergar ou tratar a trabalhadora doméstica remunerada, inclusive refletida em documentos nacionais de classificação/descrição de atividades.

A subalimentação, os problemas osteomusculares presentes na realidade laboral das diaristas devem ser considerados nessa discussão, enquanto reflexos ou agravantes dos efeitos na saúde das trabalhadoras dessa forma de exercício do TDR, principalmente diante da faixa etária delas.

O assédio sexual no trabalho foi evidenciado como vivência ou preocupação pelas participantes. É especialmente inquietante ante a um problema inadmissível e provocador de tantos danos para a integridade física, psíquica e sexual da trabalhadora, assistirmos o caráter individual, reducionista e paliativo das ações ou reações das diaristas frente a ameaça ou ocorrência do assédio.

Essa tendência deve ser problematizada a partir da pouca margem de manobra dessas mulheres, configurada na precariedade de trabalho e social imposta pelas imbricações de gênero, raça e classe. Inclusive, chamamos atenção para o peso que a assimilação, a introjeção, a reprodução dessas diferenciações/hierarquizações têm sobre as perspectivas e condutas das trabalhadoras diante do assédio e outras de outras situações do seu cotidiano laboral.

Ademais, pontuamos o contato das entrevistadas com a luta coletiva/sindical como exemplo do potencial de ação delas e enquanto recurso material e intersubjetivo de

fortalecimento das mesmas. Inclusive, acreditamos que esse contato possa possibilitar lições em termos de ação política para as diaristas, que na atualidade representam parcela significativa das trabalhadoras domésticas remuneradas. Por isso, e, a partir das experiências pessoais das trabalhadoras, pensamos criticamente e listamos algumas dificuldades, desafios que interferem na possibilidade de estreitamento da relação das diaristas com o sindicalismo.

Nessa esteira, evidenciamos os vínculos de companheirismo e solidariedade identificados entre as participantes, que ocorrem fora do espaço sindical, como possíveis de fornecerem caminhos à ação política organizada.

Esperamos que as análises e as inquietações presentes neste trabalho também sirvam de recurso para as entrevistadas, especialmente no processo de reflexão crítica sobre sua condição de mulher trabalhadora doméstica remunerada e de construção de uma agenda política própria ou compartilhada. Pontuamos a responsabilidade dos setores da sociedade em colaborar ou participar dessa empreitada. Evidenciamos o chamado à academia para pensar e operacionalizar saídas e intervenções para os assuntos, problemas e necessidades relatados ou identificados na trajetória laboral das diaristas.

Quanto às limitações deste estudo, destacamos que as análises estão circunscritas à realidade local e a um pequeno número de trabalhadoras diaristas. Realçamos também a impossibilidade da realização desta investigação a partir de encontros grupais, o que é bastante pertinente para contemplação de questões coletivas.

Referências

Arruzza, C., Bahattacharya, T., & Frser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo.

- Bernardino-Costa, J. (2015). Decolonialidade e Interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, 30,147-163. doi:[10.1590/S0102-69922015000100009](https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009)
- Brito, J. C. (2000). Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cad. Saúde Pública*, 16(1), 195-204. doi:[10.1590/S0102-311X2000000100020](https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000100020)
- Brito, J. C., Bercot, R., Horellou-Lafarge, C., Neves, M. Y., Oliveira, S., & Rotenberg, L. (2014). Saúde, gênero e reconhecimento no trabalho das professoras: convergências e diferenças no Brasil e na França. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 24(2), 589-605. doi: [10.1590/S0103-73312014000200014](https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000200014)
- Carneiro, S. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Revista racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro, Takano, 49-58.
- Cardoso, L. (2008). *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (período: 1957-2007)* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Recuperado de ic.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811/bytestreams/content/content?filena me=LOURENÇO+DA+CONCEIÇÃO+CARDOSO.pdf
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

- Dejours, C. (1993). Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. L. Sznelwar (Orgs) (2004), *Cristopher Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro/Brasília: Fiocruz/Paralelo 15.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho, ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34. doi: [10.1590/S0103-65132004000300004](https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004)
- Dejours, C. (2012). *Trabalho e emancipação*. (F. Soudant, Trad.). Brasília: Paralelo 15.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE]. (2022). *Trabalho Doméstico no Brasil*. 1-2. São Paulo: Autor. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>
- Evaristo, C. (2016). *Olhos D'Água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, Reprodução e Luta feminista*. (Trad. Coletivo Sycorax). São Paulo: Editora Elefante.
- Guimarães, N. A. (2019). *Os Circuitos do Cuidado. Reflexões a partir do caso brasileiro*. 5-38. Recuperado de <https://www.studocu.com/es-ar/document/universidad-de-buenos-aires/sociologia/nadya-guimaraes-circuitos-do-cuidado-pdf/13154353>
- Gonzalez, L. (2020a). Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um Feminismo Afro Latino Americano - Lélia Gonzalez. Ensaios, intervenções e diálogos* (pp.20-57). Rio de Janeiro: Zahar.

- Gonzalez, L. (2020b). Por um feminismo afro-latino-americano. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um Feminismo Afro Latino Americano - Lélia Gonzalez. Ensaios, intervenções e diálogos* (pp.43-57). Rio de Janeiro: Zahar.
- Gonzalez, L. (2020c). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um Feminismo Afro Latino Americano - Lélia Gonzalez. Ensaios, intervenções e diálogos* (pp.43-57). Rio de Janeiro: Zahar.
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. (Coleção Mundo do Trabalho). São Paulo: Boitempo.
- Hooks, B. (2010). *Vivendo de amor*. (M. Medonça, Trad.).1-12. Recuperado de <https://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>
- Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. (Heloísa Monteiro & Francisco Senttineri, Trans.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Lerner, G. (2019). *A Criação do Patriarcado: a História da Opressão das Mulheres pelos Homens*. São Paulo: Cultrix.
- Ministério do Trabalho (2002). *Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)*. Brasília-DF: Autor. Recuperado de <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf>
- Minayo, M. C. de Souza (2002). Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In M. C. de Souza. Minayo & S. F. Deslandes (Orgs.), *Caminhos do*

Pensamento: epistemologia e método (pp.81-106). (Coleção Criança, Mulher e Saúde). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

Monticelli, T. A., & Tamanini, M. (2013). O trabalho das diaristas: novas considerações no trabalho doméstico. O trabalho das diaristas: novas considerações no trabalho doméstico. *Revista Eletrônica*, 2(17) 68-81. Recuperado de https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/96999/2013_monticelli_thays_trabalho_diaristas.pdf?sequence=1

Peçanha, N. B. (2019). Que liberdade? Uma análise da criminalização das servidoras domésticas cariocas (1880-1930). *Estudos Históricos*, 32(66), 287-306. doi:[10.1590/S2178-14942019000100014](https://doi.org/10.1590/S2178-14942019000100014)

Teixeira, J. (2021). *Trabalho doméstico*. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Jandaíra.

Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. (2021). *Assédio Sexual e as trabalhadoras domésticas na América Latina e Caribe*. Porto Alegre: Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Recuperado de <https://themis.org.br/publicacoes/>

CAPÍTULO V

ARTIGO 5 – Trabalho e Saúde Mental de Mulheres Trabalhadoras Domésticas

Diaristas em Contexto Pandêmico

Resumo

O presente estudo analisou os impactos do contexto pandêmico sobre a atividade laboral e a saúde mental de mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, levando em consideração a interseccionalidade entre gênero, raça e classe no trabalho. Participaram dez diaristas, com idades entre 31 e 64 anos, a maioria ($n=6$) pretas. Foi aplicado questionário sociodemográfico e realizadas entrevistas individuais. Sob abordagem qualitativa de análise, o material de pesquisa foi submetido a interlocuções analíticas, segundo contribuições da Psicodinâmica do Trabalho, da Sociologia da Divisão Sexual do Trabalho e do paradigma afrocêntrico das discussões de gênero. Os achados refletem o papel das desigualdades de gênero, raça e classe no agravamento das condições de trabalho/vida das trabalhadoras, que tiveram sua subsistência ameaçada, depararam-se com novos dilemas ou riscos no/pelo trabalho. Ademais, vivenciaram a atualização de situações opressivas nas relações laborais. Experiências que suscitaram repercussões sobre seus corpos-subjetivos, desde ansiedade à sentimentos de inferioridade. Pontuamos a pertinência da inclusão/ampliação do lugar das dimensões de gênero, raça e classe e suas interseccionalidades nos estudos e intervenções em saúde mental, sobretudo no âmbito do trabalho. Tais marcadores sociais foram cruciais para a compreensão da natureza, intensidade e exploração do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho das participantes. Ressaltamos a necessidade de medidas e ações de curto e longo prazo para o enfrentamento das problemáticas laborais e, conseqüentemente de vida, identificadas mediante os relatos das diaristas.

Palavras-chave: diaristas, pandemia, saúde mental, interseccionalidade

Abstract

The present study analyzed the impacts of the pandemic context on the work activity and mental health of female domestic day laborers, taking into account the intersectionality

between gender, race and class at work. Ten day laborers participated, aged between 31 and 64 years, most ($n=6$) black. A sociodemographic questionnaire was applied and individual interviews were carried out. Under a qualitative analysis approach, the research material was submitted to analytical interlocutions, according to contributions from Psychodynamics of Work, Sociology of the Sexual Division of Labor and the Afrocentric paradigm of gender discussions. The findings reflect the role of gender, race and class inequalities in worsening the working/life conditions of female workers, who had their subsistence threatened, faced with new dilemmas or risks in/through work. In addition, they experienced the actualization of oppressive situations in labor relations. Experiences that had repercussions on their subjective bodies, from anxiety to feelings of inferiority. We point out the pertinence of including/expanding the place of the dimensions of gender, race and class and their intersectionality in studies and interventions in mental health, especially in the work context. Such social markers were crucial for understanding the nature, intensity and exploitation of the participants' work-related psychic suffering. We emphasize the need for short and long-term measures and actions to face work problems and, consequently, life problems, identified through the diarists' reports.

Keywords: diarist, pandemic, mental health, intersectionality

Resumen

El presente estudio analizó los impactos del contexto de pandemia en la actividad laboral y la salud mental de las jornaleras domésticas, teniendo en cuenta la interseccionalidad entre género, raza y clase en el trabajo. Participaron diez jornaleros, con edades entre 31 y 64 años, la mayoría ($n=6$) negros. Se aplicó un cuestionario sociodemográfico y se realizaron entrevistas individuales. Bajo un enfoque cualitativo de análisis, el material de investigación fue sometido a interlocuciones analíticas, según aportes de la Psicodinámica del Trabajo, la Sociología de la División Sexual del Trabajo y el paradigma afrocéntrico de las discusiones de género. Los hallazgos reflejan el papel de las desigualdades de género, raza y clase en el empeoramiento de las condiciones de trabajo/vida de las trabajadoras, que vieron amenazada su subsistencia, enfrentadas a nuevos dilemas o riesgos en/a través del trabajo. Además, experimentaron la actualización de situaciones opresivas en las relaciones laborales. Experiencias que

repercutieron en sus cuerpos subjetivos, desde la ansiedad hasta sentimientos de inferioridad. Señalamos la pertinencia de incluir/ampliar el lugar de las dimensiones de género, raza y clase y su interseccionalidad en los estudios e intervenciones en salud mental, especialmente en el contexto laboral. Dichos marcadores sociales fueron cruciales para comprender la naturaleza, la intensidad y la explotación del sufrimiento psíquico relacionado con el trabajo de los participantes. Resaltamos la necesidad de medidas y acciones de corto y largo plazo para enfrentar los problemas de trabajo y, en consecuencia, de vida, identificados a través de los informes de los jornaleros.

Palabras clave: asistenta, pandemia, salud mental, interseccionalidad

Introdução

De acordo com relatório da OXFAM (2021), a pandemia de Covid-19 expôs, se alimentou e aumentou as desigualdades de renda, gênero e etnia/raça. Inclusive, havendo desdobros dessa conjuntura, a médio e longo prazo, ainda pouco dimensionados. Acerca do emprego e salário em âmbito nacional, estima-se que serão necessários mais de nove anos para uma recuperação significativa ante os efeitos da crise socio sanitária, principalmente entre as frações da classe trabalhadora mais precarizadas (Silva, Souza, Packard, & Robertson, 2021).

Assim, destacamos que as mulheres trabalhadoras, em sua maioria, estão concentradas em setores produtivos e em atividades de trabalho que foram bastante impactadas e são marcadas por fragilidades em termos de condições de trabalho (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres [ONU Mulheres], 2020), como por exemplo, a saúde pública.

Durante a pandemia de covid-19, as repercussões da crise sobre o trabalho e a saúde dessas mulheres trabalhadoras rapidamente se fizeram presentes. Trata-se de um setor majoritariamente feminino e extremamente sucateado. As profissionais da saúde

estavam no centro dos esforços e respostas para contenção e atendimentos dos casos de Covid-19 (OXFAM, 2021). Citamos alguns dos estudos que dão visibilidade a essa realidade: Bitencourt e Andrade (2021); Santos, Lima, Barbosa, Silva e Andrade (2020); Santos (2021).

Existe outra categoria profissional/ocupacional também majoritariamente feminina, que foi e segue descomedidamente atingida pelos desdobramentos desse contexto e merece atenção, apesar de pouco a receber. Referimo-nos às mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas. Em geral, essas trabalhadoras figuram nos meios de comunicação ou nas mídias digitais em casos extremos, quer dizer, quando há graves violações de direitos. Como lembra Gonzalez (2020) e Teixeira (2021), o trabalho doméstico remunerado (TDR) no Brasil é um tema indigesto, haja vista escancarar as articulações entre desigualdades de gênero, raciais e de classe.

Segundo análises do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2020), os primeiros reflexos da pandemia sobre esse grupo ocupacional foram as demissões e a suspensão sem remuneração daquelas que não são formalizadas. Ademais, para aquelas que continuaram em seus trabalhos remunerados, as particularidades históricas do TDR, como informalidade, práticas trabalhistas abusivas ou o padrão de perfil das trabalhadoras: mulheres, negras e periféricas, conformam um quadro propício à vários riscos e violências.

Por não receberem a visibilidade social e acadêmica à altura, focamos a presente pesquisa no trabalho e na saúde mental de mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, ou seja, que realizam o TDR sob o regime de diárias. Elas não contam com a proteção da legislação trabalhista e, por isso, estão extremamente vulnerabilizadas. As diaristas na

contemporaneidade representam grande quantidade do trabalho doméstico remunerado realizado na informalidade no Brasil (Monticelli & Tamanini, 2013).

Em vista disso, o objetivo deste artigo é analisar os impactos do contexto pandêmico sobre a atividade de trabalho e a saúde mental das mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, levando em consideração a interseccionalidade entre gênero, raça e classe no trabalho.

Dito isto, quando propomos investigar a relação entre trabalho e saúde mental a partir da consideração da transversalidade das dimensões de gênero, raça e classe, partimos do reconhecimento da centralidade do trabalho sob vários aspectos: (1) elucida as desigualdades e é caminho para superá-las; (2) reflete o nível de evolução política da sociedade; (3) condiciona as condições de desenvolvimento e de saúde de indivíduos e coletivos (Dejours, 2009, Kergoat, 2003; Maruani, 2019).

A compreensão de saúde mental que embasa este trabalho está para além da ausência de doença ou a restrição de sofrimento mental às categorias psiquiátricas. Para mais, afasta-se de perspectivas psicologizantes ou psicobiográficas, ou seja, perspectivas que desconsiderem as realidades sociais que respaldam e atravessam as subjetividades (Caponi, 1997; Dejours, 2012).

Entendemos saúde mental enquanto possibilidade de se desenvolver, poder gozar de liberdade e de subsídios para traçar e realizar objetivos, mobilizar-se, obter satisfação e prazer naquilo que faz, ter sua integridade física e psicológica protegida, entre outros. Diz respeito à margem de seguridade ou tolerância frente às necessidades, acontecimentos e potencialidades de indivíduos e grupos. Ela é construída na vida coletiva, nas relações e nas condições concretas de existência. O sofrimento, por sua vez, particularmente

quando patógeno, revela os limites, as fronteiras, as injustiças, ou seja, os impedimentos ao que foi aludido anteriormente (Carponi, 1997; Dejours, 1992, 2012).

Método

Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que tem como estratégia metodológica de análise a abordagem hermenêutica-dialética (Minayo, 2002). Acreditamos serem as reflexões provenientes da integração dialógica e crítica de análise mais condizentes com a complexidade do objeto de investigação.

Participantes

Participaram dez mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, com idades entre 31 e 64 anos, moradoras da capital paraibana e que estão na ocupação há mais de 15 anos. Destas, em relação à cor da pele, seis se identificam como pretas, duas como pardas, uma como amarela e uma como branca. Quanto ao nível de escolaridade, quatro têm ensino médio completo e outras seis não terminaram o ensino médio ou ensino fundamental. Todas são mães, sendo que três têm de três a quatro filhos menores de dezoito anos. A maioria ($n=6$) reside com seus filhos(as) e companheiro e recebe em torno de R\$120,00 por diária.

Instrumentos

Foram realizadas entrevistas não-estruturadas individuais e aplicado questionário sociodemográfico. Neste tipo de entrevista existe a possibilidade do(a) entrevistando(a) formular suas respostas mais livremente, pois há apenas temas e uma pergunta disparadora para cada um deles (Laville & Dionne, 1999). O questionário proporcionou

o acesso às informações pessoais, familiares e ocupacionais, tais como: nível de escolaridade, tempo na ocupação, remuneração, entre outras.

A entrevista continha os seguintes temas: processo e condições de trabalho; relações laborais; relação trabalho e família; percepções e sentimentos; saúde e trabalho. Havia uma pergunta disparadora para cada um, como por exemplo: “O que mudou no seu trabalho ou vida com a pandemia do novo coronavírus?”. Os temas e as perguntas disparadoras foram os mesmos para as participantes, sendo o contexto de pandemia a referência espaço-temporal da dinâmica intersubjetiva.

Procedimentos de coleta de dados

Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), o Sindicato dos Empregados Domésticos do Estado da Paraíba facilitou e mediou o acesso às mulheres trabalhadoras domésticas diaristas. Apesar das diaristas não serem formalizadas, muitas usufruem de alguns serviços ou ações oferecidas pelo sindicato para os(as) trabalhadores(as) domésticos(as). Mediante concordância em participar demonstrado pelas diaristas, elas assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A seguir eram realizadas as entrevistas individuais. As entrevistas ocorreram entre novembro e dezembro de 2021, geralmente, durante o fim da tarde ou à noite, com duração média de 90 minutos.

Devido ao contexto pandêmico e às medidas de distanciamento social adotadas no período de realização da pesquisa, as entrevistas foram realizadas via ambiente virtual (*Google Meet*) e as demais etapas sobreditas via telefone (*Whatsapp*).

Procedimentos de análises de dados

As respostas do questionário sociodemográfico foram sumarizadas e descritas por meio de análises baseadas em frequência e média. As entrevistas foram transcritas na íntegra e nomes fictícios, todos retirados da obra *Olhos D'Água*, de Conceição Evaristo (2016), usados para referenciar os relatos.

O conteúdo das entrevistas foi colocado em evidência e o(a) pesquisador(a) buscou a compreensão do material nele mesmo, integrando à essa postura uma perspectiva crítica e interdisciplinar. Sob a abordagem hermenêutica-dialética de análise considera-se que os discursos dizem mais do que quem os proferiu quis dizer, pois ninguém abarca a totalidade do cotidiano de vida, nem é completamente independente da realidade histórica, ou seja, a realidade conflitiva das desigualdades, da dominação, da resistência, da conformidade, pelo contrário, todos(as) são penetrados(as) por ela. Desta maneira, o compreender, a interpretação baseia-se na práxis e têm como resultante configurações de sentido ou unidades de sentido (Minayo, 2002).

As habilidades do(a) pesquisador(a) são primordiais durante todo o processo de análise, cotejando os referenciais teóricos, os objetivos de pesquisa, as observações, a consciência histórica (Minayo, 2002). Para a análise realizada neste estudo, os referenciais teóricos de base foram: a Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1992, 2005, 2012), a Sociologia da Divisão Sexual do Trabalho (Federici, 2019; Hirata, 2002) e o paradigma afrocêntrico das discussões de gênero (Davis, 2016, 2019; Gonzalez, 2020; Teixeira, 2021).

Resultados e discussão

Situação laboral e as relações imediatas com o estado de saúde das diaristas

Entre as entrevistadas, existem as que estavam na situação de não-trabalho remunerado e as que permaneceram realizando as diárias, que são a maioria, desde o segundo semestre de 2020. Mas, as diaristas enfatizaram o caráter ainda mais esporádico do trabalho. Algumas trabalhadoras relataram que, em média, realizavam uma diária por semana, outras confidenciaram estar sem nenhuma diária há quase dois meses, no momento de realização das entrevistas. De acordo com elas, essa situação era consequência da pandemia sobre a demanda do seu trabalho.

A perda do trabalho remunerado ou a diminuição do número de diárias é bastante significativo para a renda familiar das trabalhadoras, pois, em geral, os seus rendimentos são igualmente importantes ou são os principais para a subsistência familiar, haja vista algumas serem mães solo ou terem famílias compostas por outros(as) trabalhadores(as) na condição de não-trabalho remunerado ou também muito precarizados, ou seja, participantes da massa dos informais ou dos que fazem “bico”, como se diz na linguagem popular. Para ilustrar temos a fala a seguir:

Eu fiquei dependendo dos meus filhos. Eu pagava R\$ 400,00 da casa, eu não pude pagar, então vim morar dentro da casa do meu filho. Ficou bem complicado mesmo, ... Na mesma casa mora eu, meu esposo, meu filho, meu neto e minha nora. A sala dele a gente fechou, colocamos umas tábuas, aí mora eu e meu esposo só na sala. Eu não tinha faxina, só por volta de novembro, dezembro que foi chegando trabalho para eu fazer (Ana Davenga, 46 anos).

Um cenário comum a outras mulheres trabalhadoras ou famílias brasileiras, principalmente negras e/ou periféricas, agravado no contexto de pandemia de Covid-19. Segundo o relatório realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança

Alimentar (PENSSAN) (2022), quando analisada a relação da composição familiar e os níveis de insegurança alimentar (IA) no Brasil, estava reduzido o acesso das famílias aos alimentos nos domicílios onde uma mulher era a pessoa de referência ou responsável pela família. Mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com responsáveis do sexo feminino estavam em algum nível de IA, destes, 18,8% em situação de fome. A segurança alimentar foi mais presente nos domicílios (mais de 50%) cujos responsáveis eram da raça/cor de pele branca.

Em território nacional, a classe trabalhadora apresenta-se cada vez mais feminina. As mulheres constituem um verdadeiro exército de trabalhadoras terceirizadas, comerciantes, professoras, operárias da indústria, trabalhadoras do campo, empregadas domésticas. As mulheres negras e periféricas são maioria das mulheres nos setores e funções mais profundamente marginalizados e explorados (Assis & Helena, 2021). Assim, em tempos de crise são elas que têm mais chances de serem demitidas, de perderem os seus trabalhos remunerados em contexto de recessão econômica (Hirata, 2002).

Mas essa lógica apreende apenas um aspecto da divisão sexual e racial do mercado de trabalho. A depender do lugar estratégico da função e do grau de cristalização da segregação em termos de setor de atividade, postos de trabalho e tarefas, ou seja, da especialização sexual/de gênero e racial dos trabalhos, como ocorre com os labores mais apregoados com a noção de “trabalho de mulher” ou “trabalho de mulher de cor”, cria-se um reduto capaz de sustentar a mão-de-obra mesmo em períodos de crise, de demissões. No entanto mesmo que se mantenham em trabalho remunerado são trabalhos mal pagos, flexibilizados, desprotegidos e desvalorizados (Davis, 2019; Hirata, 2002).

Esse é o caso das diaristas, que desenvolvem um trabalho feminizado e racializado, e estratégico para o funcionamento social, não obstante suas condições laborais sejam extremamente precárias (Gonzalez, 2020; Jesus & Assis, 2021). A brevidade com que as entrevistadas, em sua maioria, voltaram a realizar as diárias, mesmo de forma mais esporádica, deve ser analisada ou discutida nessa correspondência entre demanda e vulnerabilização histórica engendrada na interseccionalidade entre sexo/gênero, raça e classe.

Precariedade que também pode ser evidenciada na pouquíssima diferença em termos de incertezas quanto a subsistência entre as diaristas que estavam sem diárias e as que continuaram realizando-as. Em geral, elas relatam o agravamento de suas condições de subsistência, a proximidade com a insegurança alimentar ou de moradia. Tais situações suscitaram um conjunto de mal-estares, várias implicações negativas sobre os perfis ou estados de saúde dessas mulheres trabalhadoras, como nos conta Natalina, de 53 anos:

Eu cheguei a ficar sem dormir à noite de tão preocupada. A pessoa sem trabalho se preocupa com o que vai faltar, com a feira, ... minha saúde ficou meio abalada nessa pandemia, devido às preocupações. Eu tive que tomar remédio para dormir, ... eu fiquei adoentada mesmo, com ansiedade, muitas preocupações, ... fui ao médico. Eu fui medicada e tudo, mas aos pouquinhos eu estou melhorando.

Nesse sentido, do ponto de vista da Psicodinâmica do Trabalho, o labor precário, cuja a remuneração é insuficiente para assegurar em um primeiro momento as necessidades materiais ou quando não há trabalho remunerado, não há a possibilidade de pagar as dívidas, de sustentar a família, tal quadro é suficiente para produzir desgastes psíquicos, as formas de patologias ou o sofrimento mental relacionado ao trabalho (Dejours, 1992, 2009).

O sofrimento mental em decorrência das limitações materiais que o trabalho precário ou o não-trabalho remunerado impõem não é o mesmo daquele inerente às situações laborais como vivência do revés ou da insuficiência dos saberes e conhecimentos disponíveis. Trata-se do sofrimento proveniente da privação, da experiência de ter suas necessidades mais urgentes e desejos constantemente adiados ou muitas vezes não realizados (Dejours, 1992, 2009).

A configuração das vulnerabilidades implicadas ao contexto pandêmico e a vivência do(s) medo(s)

Tal como podemos inferir a partir da seção anterior, as trabalhadoras domésticas diaristas fazem parte de um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores que não tiveram direito à quarentena, ao isolamento social em ocasiões que tais medidas foram necessárias, fossem porque fazem parte dos setores essenciais ou porque estão na informalidade. Em relação as(aos) trabalhadoras(es) informais, as(os) ditas(os) autônomas(os), que é a posição das diaristas, a interrupção de suas atividades laborais significou diretamente o comprometimento da sobrevivência, sem a garantia de amparo trabalhista ou previdenciário.

Para essas e esses trabalhadoras(es) brasileiras(os) não houve, por exemplo, por parte do Governo Federal, um plano nacional para resguardar a distribuição de álcool em gel, sabão, máscaras ou a testagem maciça, de modo que, permaneceram saindo às ruas e frequentando os seus lugares de trabalho, tendo que arcar com tais responsabilidades ou contar com iniciativas estaduais ou com doações (Pablito, 2021).

Em relação ao trabalho doméstico remunerado, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro no decorrer da pandemia chegou a considerá-lo um serviço essencial, sob a

alegação de que atividade essencial seria aquela necessária para o(a) trabalhador(a) levar alimentação para casa. Não houve, no entanto, qualquer preocupação em oferecer o mínimo de segurança, de fiscalização no trabalho ou assistência médico-sanitária. Pelo contrário, seu posicionamento reflete o compromisso de sua governabilidade com o neoliberalismo político e os costumes e tradições mais reacionárias, como o racismo, o sexismo e o preconceito contra as mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas (Jesus & Assis, 2021).

Essas práticas políticas reafirmam a racionalidade patriarcal e racista que permeia as relações entre famílias e trabalhadoras domésticas remuneradas, pois cria ou dá continuidade a uma atmosfera permissiva à adoção de leis próprias (Jesus & Assis, 2021) por parte das(os) empregadoras(es), no caso das empregadas domésticas, ou por parte das(os) contratantes, no caso das diaristas, conforme será demonstrado mais adiante como um dos aspectos das vivências dessas trabalhadoras em contexto pandêmico.

Conscientes da alta transmissibilidade da Covid-19 e da maior vulnerabilidade de sua categoria ocupacional em termos de exposição ao vírus, bem como do desamparo social, algumas das entrevistadas mencionaram a morte da trabalhadora doméstica remunerada. Um dos primeiros casos de óbito pelo novo coronavírus registrados no Brasil.

Essa lembrança valeu como um tipo de lembrete simbólico entre elas sobre as desigualdades, as debilidades que permeiam o seu dia a dia de trabalho, principalmente enxergadas no contato com as famílias consumidoras de seus serviços. Como demonstrado na fala de Maria, de 45 anos: “Às vezes o patrão não diz. O primeiro caso

de morte da Covid-19 foi de uma trabalhadora doméstica no Rio de Janeiro. E foi a patroa que pegou o vírus e não disse à empregada”.

Assim, tanto para aquelas que permaneceram realizando as diárias no contexto pandêmico, quanto para as que desejavam ou estavam buscando trabalho, identificamos em seus discursos a vivência de uma espécie de mistura ou dialética dos medos sentidos e expressos frente à conjuntura.

Para elas, assegurar o trabalho significava tanto a possibilidade de solucionar as urgências, as incertezas imperiosas, por isso a ideia de perdê-lo ou de não o conseguir provocava medo, quanto a possibilidade de adoecimento relacionado ao trabalho, o que por fim comprometeria aquela ou poderia atingir seus filhos(as) em termos de saúde ou da oferta do cuidado. Para ilustrar, temos o relato de Ana Davenga: “Meu maior medo é pegar essa doença e não poder trabalhar para colocar comida dentro de casa, esse é meu medo. Não é nem de morrer. É de ficar doente e não poder colocar comida dentro de casa”. Ou ainda, o relato de Luamanda, de 31 anos, mãe solo de quatro filhos menores de dezoito anos e chefe de família:

É tanto que quando aparece faxina que eu sei que o pessoal viaja muito, eu falo que não posso, porque querendo ou não eu vou prejudicar a mim e meus filhos. Ano passado eu fiquei ruim mesmo, não sentia gosto de nada, tinha dificuldade para levantar e ainda tinha que cuidar dos filhos, porque tinha que ser eu mesmo. Eu só não queria eles muito perto de mim. Eu tenho medo dos meus filhos pegarem a doença.

Algumas trabalhadoras chegaram a fazer essa ponderação entre os medos experimentados, elegeram uma situação deletéria, ameaçadora em relação a outra, como vimos nos relatos acima. Contudo, isso não significa que a tensão, a ansiedade frente ao risco de contágio, do próprio adoecimento tenha sido solucionada, entendemos ser muito

mais um reflexo da precariedade em que se encontravam ou se encontram, do que estava em jogo para elas, dos mecanismos psicológicos de defesa.

A proteção vacinal foi citada por algumas como algo que ofereceu um certo alívio, como demonstrado na fala a seguir: “Agora eu já estou com as duas doses. Hoje eu já tenho menos medo, né?” (Cida, 64 anos). Lembremos que, apesar de sua atividade ter sido considerada essencial e da conhecida precariedade de suas condições de trabalho, elas não foram elencadas nos grupos tidos como prioritários para a vacinação, pelo menos não de imediato.

No mundo do trabalho contemporâneo, é tarefa difícil discernir os medos que permeiam o cotidiano de trabalho ou a relação indivíduo-trabalho, que engendram sentimentos e causam repercussões sobre a saúde do(a) trabalhador(a) pois, mais do que uma reação a um perigo iminente, o medo tem se constituído como elemento do metabolismo social, como tonalidade afetiva dominante. O medo generalizado do desemprego, da miséria, da exclusão, de enlouquecer, de sucumbir ao cansaço e, tantos outros, se alimentam e geram novos medos (Seligman-Silva, 2007).

Segundo Dejours (1992), entre o subproletariado,¹⁴ ou seja, aquelas e aqueles que comungam das periferias, do não-trabalho remunerado, do subemprego, que conhecem de perto os efeitos do sucateamento do sistema sanitário, que vivem a ameaça disciplinadora da fome, o sofrimento mental é maciço e evidente. Contudo, as(os)

¹⁴ A noção de subproletariado do Christopher Dejours (1992) trata-se de uma fração da população, que compartilha de condições de trabalho e de vida extremamente precárias. São as trabalhadoras e trabalhadores que habitam as periferias, as(os) que estão na condição de não-trabalho remunerado ou no subemprego. Assim, não se trata da citada e desenvolvida pelo Karl Marx em suas obras. Em O 18 Brumário de Luís Bonaparte, Marx (1852/2011) define o subproletariado como sendo um estrato espúrio, indefinido e desintegrado da sociedade, cujas atividades daqueles(as) que o compõem têm uma conotação de pilhagem, roubo e crime, por isso não atribuía ou desconfiava de sua força revolucionária.

trabalhadoras(es) continuam expondo seu equilíbrio e seu funcionamento psíquico aos riscos, aos perigos contidos no trabalho, não sem altos custos para si ou sobre si.

Entre as mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, observamos em suas falas alguns esforços e/ou estratégias individuais adotadas na tentativa de se protegerem do contágio ou do adoecimento no/pelo trabalho.

Além da preocupação com o uso do álcool em gel e da máscara, embora algumas tenham declarado que o uso da máscara incomoda, sufoca durante a realização do trabalho, e a procura pela vacinação, elas também tentavam se proteger prestando bastante atenção na dinâmica familiar da(o) contratante. Por exemplo, verificavam se existia alguém com sintomas ou se tinha alguém isolado. Tentavam igualmente descobrir informações acerca do trabalho das pessoas que solicitam os seus serviços antes mesmo de irem até o local. Para ilustrar temos a fala de Luamanda a seguir:

É tanto que quando aparece faxina que eu sei que o povo viaja muito ou são médicos, eu falo que não posso, porque querendo ou não, eu vou prejudicar a mim e meus filhos, ... Eu pergunto quantas pessoas têm, aí o pessoal diz: tem tantas pessoas, mas geralmente passam o dia fora porque a gente trabalha. Aí eu digo: trabalha em quê? Eu não posso chegar diretamente e perguntar para o cliente: Você trabalha com o quê?

Tais situações laborais elucidam que essas mulheres trabalhadoras ante ao desamparo social tiveram que assumir ou continuam assumindo a responsabilização pela prevenção dos riscos nos seus lugares de trabalho. A maioria dos riscos laborais são de natureza coletiva e ultrapassa vontade ou controle do(a) trabalhador(a) e, portanto, extrapolam a possibilidade de cada uma prevenir-se. O medo, a preocupação a cada instante de trabalho, aspectos conhecidos pelas diaristas, são sinais diretos ou indiretos dessa distância (Dejours, 1992).

O papel da divisão sexual do trabalho familiar e doméstico não remunerado no sofrimento relacionado ao trabalho

Evidenciamos nas narrativas das trabalhadoras que para compreender a natureza e intensidade da experimentação do(s) medo(s), das vivências de sofrimento ou mesmo a relação delas com a saúde, mais precisamente com a doença, há de se considerar as implicações ou os desdobros da divisão sexual do trabalho familiar, do trabalho doméstico não remunerado e do machismo sobre ou para a composição das situações que atravessam a pertença de classe social.¹⁵

Para as entrevistadas, o adoecer esteve relacionado ao comprometimento do corpo, que por sua vez significaria a ruptura do trabalho remunerado e do trabalho não remunerado em suas casas. Ademais, é necessário fazer uma ressalva em relação a este último, pois como aparece na fala Luamanda, localizada na seção anterior, proferir em termos de ruptura do trabalho familiar, do trabalho doméstico não remunerado, especialmente para as mulheres (Dejours, 1992).

Há uma simbiose do trabalho familiar ou do trabalho doméstico não remunerado com o feminino, que é naturalizada, através introjeção disso pelas mulheres, bem como pelos consensos sociais, pela estrutura social, que (re)afirma a todo momento a compulsoriedade dessas funções em relação ao sexo/gênero feminino. Essas funções ou

¹⁵ No Brasil, país com uma marcante estratificação social, pelo critério de renda as famílias e indivíduos são classificados em três grandes grupos ou classes sociais: classe baixa, classe média e classe alta, estas também apresentam subdivisões em seu interior (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Ipea], 2020). Não se trata aqui de advogar em termos de pulverização ou fragmentação das classes, no que diz respeito à classe trabalhadora *versus* classe capitalista, mas de reconhecer e compreender a variedade de renda, interesses e situações que a divisão do trabalho provoca nestas (Bensaid, 2013).

atividades costumam ser confundidas ou entendidas como parte da personalidade feminina, como uma vocação ou destino biológico das mulheres (Federici, 2019).

É provável que encontremos resultados semelhantes entre outros grupos ocupacionais ou profissionais de mulheres trabalhadoras remuneradas, tendo em conta que a (re)definição ideológica das mulheres como guardiãs de uma desvalorizada vida doméstica acompanha as décadas de trabalho remunerado integralmente fora de casa (Davis, 2016; Federici, 2019). Contudo, é preciso salientar que cuidar dos(as) filhos(as), do lar, nas condições materiais, sob as circunstâncias das mulheres diaristas, como fica evidente em seus relatos, representa uma carga de trabalho e de angústia muito particular.

Em outro momento, Luamanda disse: “às vezes torna-se muito complicado e cansativo um filho chegar para você e dizer: ‘mãe me dá um biscoito’, e você ter que dizer que não tem hoje, talvez amanhã”. Esta fala demonstra como as mulheres, as mães, devido atributos que envolvem ou constituem as feminilidades ou ao lugar familiar que ocupam em decorrência das relações de sexo/gênero, estão mais próximas de vivenciarem os dramas familiares em virtude da precarização dos modos de trabalho e de vida.

As mulheres trabalhadoras domésticas diaristas entrevistadas estão longe de serem as donas de casa, a cuidadora da família patriarcal burguesa, um destino que nem mesmo as mulheres de classe média suportam (Davis, 2016). Tão pouco podem recorrer à solução do mundo moderno, do “feminismo de mercado” (Pochic, 2019, p. 55), que é a conciliação do trabalho remunerado com o trabalho não remunerado, a partir da delegação de boa parte do último a outras mulheres, às instituições privadas ou mediante o acesso às tecnologias que auxiliam nas atividades domésticas. Elas fazem parte dessa solução como trabalhadoras muito precarizadas (Teixeira, 2021).

As diaristas, provedoras do seu lar, extremamente mal pagas, têm altas cargas de trabalho, de responsabilidades, de investimento afetivo em decorrência da solidão das famílias imputada pelo caráter privado, individual, vinculado sobretudo às mulheres, das tarefas domésticas e do cuidado com os(as) filhos(as), assim como em virtude da educação sexista, machista que autoriza ou respalda a negligência de seus companheiros e outros membros da família com tais atribuições (Davis, 2016; Federici, 2019). É principalmente sobre os corpos femininos negros e/ou pobres, que recaem a natureza opressiva e alienante do trabalho reprodutivo na sociabilidade do capital patriarcal e racista (Gonzalez, 2020).

Por isso, chamamos atenção para a consideração das identidades sociais de sexo/gênero, do lugar na dinâmica familiar, da divisão do trabalho doméstico não remunerado no conjunto de razões, condições ou de aspectos heurísticos para a natureza, intensidade e exploração do sofrimento da mulher trabalhadora pela organização do trabalho ou por aqueles(as) que se beneficiam dele, especialmente entre os setores mais marginalizados, precarizados da economia.

Em tempos de crise, segundo Hirata (2002), as funções de trabalho familiar ou doméstica podem aumentar o controle social sobre o comportamento das trabalhadoras e trabalhadores. Deve-se levá-las em questão para analisar as sujeições impostas, as rachaduras na organização coletiva ou a palidez dos discursos reivindicatórios, pontos consideravelmente necessários em períodos extremamente críticos, como o que vivemos.

Relações de trabalho, discriminação e insatisfação

As relações de trabalho nesta seção referem-se à relação das trabalhadoras com as famílias que se beneficiam de seus serviços e tiveram destaque nos discursos das

entrevistadas acerca de suas vivências durante o contexto pandêmico. Elas evidenciaram uma questão em relação aos cuidados profiláticos que foram adotados desde o início da pandemia.

De acordo com as diaristas, sob a argumentação de que estavam seguindo protocolos de segurança, as(os) contratantes lhes faziam passar por exaustivos padrões de comportamento antes de iniciarem o trabalho, por verdadeiros interrogatórios, cujo objetivo seria saber se as trabalhadoras estavam tomando cuidado no trajeto até chegar à residência ou saber o que elas faziam quando estavam em casa. Além disso, os utensílios usados por elas durante a diária eram separados ou as(os) contratantes chegavam a proibi-las de usá-los.

Outrossim, fazia parte dessas condutas das(os) contratantes manter uma certa distância física das diaristas, solicitarem testes ou que elas recorressem aos aplicativos de transporte privado, na maioria das vezes, custeado pelas próprias trabalhadoras. Alguns desses episódios podemos apreciar no relato de Ana Davenga:

Eu pedi para sair porque eu já estava cansada dessa situação, pois toda vez que eu chegava, eles vinham e falava: Fulana, você está tomando cuidado? Você está saindo de dentro de casa? Olhe, cuidado para não trazer essa doença pra cá. O povo não chegava perto de mim. No dia que eu chegava para trabalhar, o povo era sempre lá por longe de mim, isso foi me aborrecendo.

O que aparentemente poderia soar como uma preocupação exacerbada das(os) contratantes frente ao risco de contaminação, mostrava-se como sendo um medo de que as diaristas fossem o vetor de contaminação, configurando-se em práticas abusivas, invasivas, vexatórias e discriminatórias, que foram fontes de sofrimento, vergonha, constrangimentos, indignação para essas mulheres. Podemos observar isso na representação usada pela trabalhadora Zaíta, de 43 anos, para descrever ou relatar seus

sentimentos frente a tais acontecimentos: “Você se sente um tapete. Sim, um tapete! Onde todo mundo pode pisar e limpar os pés”.

Elas que nos forneceram mais elementos que corroboram o caráter abusivo e discriminatório dessas práticas. Segundo as entrevistadas, as(os) contratantes agiam de forma contraditória ao que exigiam delas. Elas(es) não tomavam os mesmos ditos cuidados ou as mesmas ditas precauções. Ante a isso as diaristas se sentiam sem valor, insignificantes, sujas e um risco para as famílias. Para ilustrar, temos o relato de Duzu-Querença, de 47 anos, que, enfatizou saber de outras colegas de trabalho que vivenciaram a mesma ou semelhante situação:

Enquanto isso, ninguém usava máscara, a patroa trabalhando dentro de um hospital e não usava máscara quando a trabalhadora estava lá. Não achava que podia contaminar a trabalhadora, só a trabalhadora podia contaminar ela, ou seja, discriminação. Eu acho que isso aí é discriminação. É você discriminar a pessoa pela profissão que ela exerce. Eles não têm metade do cuidado que a gente tem, de chegar tirar a roupa, tomar banho.

Essa foi uma queixa bastante presente nos relatos das diaristas. Quase todas passaram por tais constrangimentos, coações e contradições. A compreensão para os ocorridos e as repercussões disso para essas mulheres trabalhadoras, encontramos na relação histórica dessa ocupação e dos sujeitos que a desenvolvem com a servidão ou inferiorização imposta pelas opressões-explorações de sexo/gênero, raça e classe.

As atitudes das(os) contratantes frente às trabalhadoras domésticas diaristas estão ancoradas nos padrões morais e relacionais que atravessam o trabalho doméstico realizado por terceiros na sociedade brasileira. Padrões originados do sistema patriarcal escravista de acumulação primitiva de capital. Enquanto mucamas, amas de leite, serviçais dos donos de engenho, denominações dadas às mulheres negras que realizavam trabalho escravo no interior dos lares das famílias escravocratas, esperava-se delas

fidelidade e total obediência aos seus senhores, pois eram subjugadas e vistas como propriedade e unidade de trabalho (Jesus & Assis, 2021).

A vivacidade dessas mesmas expectativas dos tempos de regime escravocrata explícitas ou subjacentes nas relações de trabalho das mulheres trabalhadoras domésticas diaristas escancaram e cimentam o encaimento da sociedade brasileira no próprio passado escravista. A definição tautológica de pessoas negras como serviçais é, de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista, o que explica por exemplo, na memória social, mulheres negras serem consideradas parecidas com criadas muito mais do que mulheres bancas (Davis, 2016). Gonzalez (2020) argumenta que as lógicas racistas e sexistas têm sido perpetuadas e reinterpretadas de acordo com os interesses dos que delas se beneficiam.

Em sua maioria, mulheres não brancas e empobrecidas, as trabalhadoras domésticas remuneradas foram historicamente associadas à degenerescência, à inferioridade intelectual, à infantilidade, a hábitos e costumes considerados anti-higiênicos, à sujeira (Texeira, 2021).

Assim, esses estigmas e estereótipos raciais sobre o sujeito feminino negro, principal mão-de-obra do TDR, são reforçados ou retroalimentados pelas disparidades concretas, como por exemplo de renda, moradia, escolaridade, situação familiar, desproteção social, que permeiam as trajetórias de vida e de trabalho da maioria das mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas, como identificado no caso das entrevistadas.

Davis (2016) pontua que com frequência, racismo e sexismo convergem em relação à desvalorização social e das remunerações neste tipo de ocupação. Em relação à

condição salarial, as trabalhadoras domésticas brancas estão mais próximas de suas colegas negras do que dos trabalhadores brancos que também trabalham para sobreviver. Tal ressalva nos ajuda a assimilar a extensão de situações como as descritas nesta seção ou semelhantes às trabalhadoras domésticas remuneradas entrevistadas que se autodeclararam brancas ou amarelas, a exemplo da diarista Zaíta, cujo relato foi mencionado anteriormente.

As vivências supracitadas, embora se passem e ganhem especificidade ante ao contexto pandêmico, não são novidades para essas trabalhadoras. Como disse, de forma enfática, a diarista Duzu-Querença, trata-se de discriminações ou como Zaíta conclui: “Toda vida existiu esse preconceito”. Não houve uma só entrevistada que não tenha em seu discurso evidenciado a depreciação do seu trabalho e de si, ora vivenciada, enxergada na relação com as(os) contratantes, ora expressa pelo valor baixíssimo das diárias, que por vezes, é questionado pelas famílias que usufruem de seus serviços.

Os incômodos, a insatisfação expressada pelas trabalhadoras acerca do tratamento recebido pelas(os) contratantes durante o período de pandemia, se já são perfeitamente compreensíveis pela vigilância, a desconfiança e o seu caráter discriminatório, também são resultantes da avaliação contínua delas sobre esse relacionamento, que, como foi supracitado é impregnado pela transversalidade do racismo, sexismo e classismo, mas que tem uma grande importância no seu trabalho.

Essa importância dá-se em virtude de que são as(os) contratantes que avaliam o que foi feito, que estabelecem ou acrescentam elementos ao que deve ser realizado. Ou seja, as pontuações ou recomendações das famílias servem de base ou parâmetro para as mulheres diaristas em seu dia a dia de trabalho, para os arranjos ou rearranjos que elas

precisam fazer durante a diária, além disso, é com a família contratante que elas negociam os valores a serem pagos pelo trabalho prestado.

Desse modo, as trabalhadoras, mais do que qualquer outra pessoa, conhecem o caráter relacional ou dinâmico da sua ocupação. Elas consideram os engajamentos de si, físicos e/ou psíquicos, requeridos pelo seu saber-fazer ante a cada diária, a cada residência ou a cada família, que significam diferentes modos de organização espacial, gostos e recomendações, etc., como nos conta a trabalhadora Cida: “depois você olha e você vê o design. Tá tudo tão limpo, tão bonito, tão cheiroso. Só não é valorizado.” Tal como elucidado na fala de Cida, esse dispêndio solicitado em seu trabalhar, a beleza de seu ofício, a qualidade do trabalho, por vezes, não são enxergados ou não são admitidos pelas famílias.

A partir das condições intersubjetivas descritas pelas diaristas, podemos pensar acerca do papel do racismo e do sexismo na dinâmica do reconhecimento, em seu caso, na falta dele, e suas incidências sobre as expectativas dessas mulheres, que, mediante esforços, engenhosidade, implicação prestam diariamente um serviço, um trabalho a essas famílias.

Conforme Dejours (2005) pontua, a possibilidade de julgamentos equitativos é fulcral para o reconhecimento do trabalho. Tendo em conta a realidade das diaristas, as famílias, ou seja, aquelas(es) que estão em contato direto com as trabalhadoras e em condições de avaliá-las, fariam isso com base na utilidade ou originalidade do trabalho realizado. Mas essa possibilidade está prejudicada pelas distorções das relações de poder, de dominação. Explicamos: mesmo que as trabalhadoras apresentem um trabalho de

qualidade, os vínculos do TDR com a servidão, a subjugação, interferem na avaliação das famílias sobre o que foi feito, sobretudo quando se trata de uma diarista negra.

Assim, surge o problema da vivência da inutilidade, da desqualificação, da insatisfação no ou pelo trabalho em decorrência das significações negativas que implicam as limitações ou inexistência das gratificações simbólicas, inclusive no caso das diaristas, devemos vincular também às limitações das gratificações materiais. Ou seja, a imagem que se faz ou se imagina sobre si mesmo negativa, que repercute do trabalho, das relações estabelecidas a partir deste, da avaliação ou tratamento recebido por outros(as) (Dejours, 1992, 2005). Aliás, uma palavra, uma representação usada por algumas das diaristas para resumir a entrevista, a conversa, foi: Desabafa. Para elucidar, temos a fala da trabalhadora Zaíta:

Foi muito bom, porque a gente desabafa aquilo que está entalado. Tem horas que a gente não tem a quem contar, e tem coisas que a gente também não pode dizer a todo mundo. Mas tem hora que a gente pode soltar o verbo, falar. Eu me senti bem, principalmente porque eu gosto de conversar. Eu me senti à vontade para conversar e para soltar. Como eu posso dizer? Soltar um entalo na garganta, entendeu? Porque também não é todo mundo que está disposto a escutar certas coisas que a gente tem a dizer. Me senti super bem.

Mais uma prova ou sinal da quantidade impressionante de custos humanos, de cargas para o corpo-subjetivo, de riscos para a saúde mental dessas mulheres trabalhadoras, assim como um reflexo do cansaço, da solidão, do desamparo, dos silenciamentos, das frustrações de um conjunto de trabalhadoras, de uma categoria ocupacional, que têm uma história de trabalho e de vida marcada por condições materiais e simbólicas engendradas na convergência entre racismo, patriarcado e um grau extremamente elevado de exploração capitalista. Condições que sinalizam para elas ou as empurram para subalternidade, indignidade, invisibilidade, precariedade.

Considerações finais

As análises empreendidas procuraram demonstrar que as articulações ou sobreposições das desigualdades estruturais de sexo/gênero, raça e classe qualificam a situação laboral das mulheres diaristas em termos de mercado de trabalho, de mão-de-obra, bem com as vulnerabilidades, os medos vivenciados frente à conjuntura de crise(s) e as micro-opressões presentes no dia a dia com as famílias consumidoras de seus serviços.

Algumas delas estavam no momento da entrevista, na condição de não-trabalho remunerado, a maioria com pouquíssimas e mal remuneradas diárias. Todas vivenciando os efeitos sobre seus corpos-subjetivos, que se traduziram em ansiedade, insônia, tensão, angústia, desespero, medo(s), do cenário de privação ou de extrema incerteza sobre a subsistência de si e de suas famílias, bem como em decorrência da consciência de suas vulnerabilidades ou do desamparo social.

Inclusive, destacamos que embora as diaristas tenham sido um dos grupos ocupacionais bastante atingidos em termos de perda do trabalho, principalmente no primeiro ano de pandemia, evidenciamos que essas trabalhadoras não são tão facilmente expulsas do mercado de trabalho como faz parecer os discursos dominantes ou naturalizantes sobre essa atividade, que costumam aloca-la na prateleira do trabalho não produtivo, do trabalho sem valor, do não trabalho.

A especialização sexual/de gênero e racial, assim como a localização estratégica dessa ocupação para o funcionamento da sociedade, permitem que mesmo em tempos de crise(s) haja uma certa manutenção dessa mão-de-obra, até mesmo pode funcionar como porta de entrada para outras mulheres que perderam seus empregos ou trabalhos durante

o período de pandemia, embora isso signifique a continuação ou a inserção em uma atividade informal, extremamente mal remunerada, flexibilizada, invisibilizada e desprestigiada.

Sobre as que se mantiveram ocupadas, os seus discursos de trabalhadoras revelam a presença de práticas discriminatórias, vexatórias e invasivas em seus cotidianos laborais, sendo, portanto, fontes de vergonha, insatisfação, tristeza e de sentimentos de indignidade para elas. Uma atualização da expressão em contexto pandêmico do racismo, sexismo e preconceito de classe, que têm caracterizado as relações de trabalho dessas mulheres, no que diz respeito ao contato com as(os) contratantes.

Chamamos atenção para o papel da situação familiar em termos de divisão sexual do trabalho familiar e do trabalho doméstico não remunerado na natureza, intensidade e exploração do(s) sofrimento(s) vivenciado(s) no ou pelo trabalho, substancialmente nas condições socioeconômicas que se encontravam as diaristas e suas famílias. Duplamente muito precarizadas, seja como trabalhadora doméstica remunerada ou não, essas mulheres de carne, ossos, sonhos e reflexões seguem amortecendo grande parte da carga de trabalho dessas incumbências confinadas à esfera privada e à responsabilidade individual ou familiar.

Como vimos, a relação dessas mulheres com a saúde, mais precisamente com a doença coloca em evidência a inseparabilidade da dimensão de sexo/gênero e de etnia/raça no debate sobre o direito da classe trabalhadora, nesse caso majoritariamente feminina e negra, de gozar de cuidado ante ao adoecimento ou na possibilidade deste.

Assim, a socialização das tarefas domésticas ou de cuidado familiar, principalmente com os(as) filhos(as), que realmente tenha repercussões efetivas sobre a

natureza opressiva desses trabalhos na vida das diaristas, exige-se que seja empreendida para além da (re)distribuição desses trabalhos entre os membros da família. É necessário incluir nessa perspectiva o Estado e o mercado como responsáveis, sobretudo, por subsidiar tal transformação. Isso certamente beneficiaria sobremaneira essas mulheres trabalhadoras em diferentes aspectos.

Nesse itinerário reflexivo cabe a preocupação com o problemático ou inexistente acesso das diaristas aos serviços e ações de saúde mental, principalmente porque como observamos, há uma quantidade impressionante de custos humanos, de cargas psíquicas e de riscos para a saúde dessas mulheres trabalhadoras, engendrados no antes e durante pandemia.

Acreditamos e defendemos que apenas as transformações estruturais e de alcance coletivo, que envolvem diversos setores sociais, podem provocar mudanças efetivas no quadro de saúde dessas trabalhadoras. Assim, não estamos elegendo ou pontuando como sendo uma empreitada de responsabilidade única do campo da saúde mental ou dos serviços de saúde.

Contudo, ressaltamos que tal objetivo passa indiscutivelmente pelo reconhecimento e fortalecimento das mulheres diaristas enquanto sujeitas, participantes da história, através da escuta e do tratamento digno, do enfretamento à invisibilidade e dos preconceitos dos quais são vítimas, da desnaturalização das situações em que vivem ou dos processos alienantes que atravessam a consciência de si e de mundo delas, da criação de espaços de fala ou de participação efetiva, do apoio às ações de resistência empreendidas por elas ou pelas trabalhadoras domésticas remuneradas em geral.

Falando de onde nossos pés pisam, ou seja, da Psicologia do Trabalho, que se situa entre os saberes e práticas consideradas componentes do campo da saúde mental, é mister superar os universalismos, o androcentrismo das categorias analíticas, o viés organizacional, que favorecem para a pouca atenção dada ao trabalho realizado por mulheres, ao trabalho doméstico, ao trabalho informal feminino, seja na produção do conhecimento ou nas intervenções. Pensamos ser esta pesquisa uma contribuição nesse sentido.

Para tanto, é primordial a reflexão sobre como as relações sociais de sexo/gênero, de etnia/raça e de classe e os processos alienantes decorrentes delas, atravessam essa subdisciplina e a visão que as(os) psicólogas(os) do trabalho têm dessas mulheres trabalhadoras ou das subjetividades periféricas femininas e/ou negras.

Embora este trabalho tenha como recorte de tempo o contexto pandêmico brasileiro, as situações aqui evidenciadas são subsídios, bússolas para pensar e planejar estratégias emergenciais de prevenção e proteção no trabalho para esse grupo ocupacional em circunstâncias semelhantes, ou seja, de calamidade, que possam ser ulteriores.

Diante do cenário de vivências extremamente nocivas à saúde também pontuamos a enigmática capacidade dessas mulheres de se manterem, de não sucumbirem as descompensações. Acreditamos que para além do potencial de ação, de inventividade e ressignificação que elas possuem como seres humanos, da medicalização dos sintomas, a convivência com seus pares, a participação nas ações oferecidas pelo sindicato e o contato com outras trabalhadoras domésticas remuneradas ajude bastante nesse processo.

Como limitações deste estudo, destacamos que as análises estão circunscritas à realidade local e a um pequeno número de participantes/trabalhadoras diaristas.

Destacamos também a impossibilidade da realização desta investigação a partir de encontros grupais, o que é bastante pertinente em termos de contemplação de questões coletivas. Para mais, assinalamos a necessidade de pesquisas que venham suprir essas limitações ou colaborem para o desenvolvimento dos achados e reflexões elaboradas, por exemplo, pensamos ser indispensáveis investigações que atentem para essa categoria ocupacional nesse momento de pós pandemia ou de transições políticas e socioeconômicas.

Referências

- Assis, O. & Helena, D. (2021). Formação e anatomia da classe trabalhadora feminina e negra no Brasil. In L. Parks, O. Assis, & C. Cacau (Orgs.), *Mulheres Negras e Marxismo* (pp.111-131). São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen.
- Bensaid, D. (2013). *Marx, manual de instruções*. São Paulo: Boitempo.
- Bitencourt, S. M., & Andrade, C. B. (2021). Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 26(3),1013-1022. doi: [10.1590/1413-81232021263.42082020](https://doi.org/10.1590/1413-81232021263.42082020)
- Caponi, S. (1997). Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concepto de salud. *História, Ciência, Saúde*, 4(2), 287-307. doi:[10.1590/S0104-59701997000200006](https://doi.org/10.1590/S0104-59701997000200006)
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

- Davis, A. (2019). Mulheres, raças, classes: desafios para o século XXI. In M. Maruani (Org.), *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas* (pp.17-27). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Dejours, C. (1992). *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho* (5a ed.). São Paulo: Cortez.
- Dejours, C. (1993). A metodologia em psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. I. Sznelwar (Orgs), *Christopher Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp.125-150). Fiocruz/Paralelo 15.
- Dejours, C. (2005). *O fator humano* (5a ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Dejours, C. (2009). Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho. *Revista Cult*, 139(12), 49-53. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/288609814_Entre_o_desespero_e_a_esperanca_Como_reencantar_o_trabalho
- Dejours, C. (2012). *Trabalho e emancipação*. (F. Soudant, Trad.). Brasília: Paralelo 15.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2020). Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico em tempos de coronavírus. *Estudos e Pesquisa*, 96, 1-30. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.pdf>
- Evaristo, C. (2016). *Olhos D'Água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional.

Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. (2020). *Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta*. Recuperado de https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf

Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução*. (Coletivo Sycorax, Trad.) São Paulo: Elefante

Gonzalez, L. (2020). A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um Feminismo Afro Latino Americano - Lélia Gonzalez. Ensaios, intervenções e diálogos* (pp.43-57). Rio de Janeiro: Zahar

Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. (Coleção Mundo do Trabalho). São Paulo: Boitempo.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Tipologias de Estrutura de Classe no Brasil: discussão teórica, proposta metodológica e implicações para as políticas sociais*. (Texto para discussão). Rio de Janeiro: Ipea. Recuperado de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10252/1/td_2592.pdf

Jesus, A. C., & Assis, O. (2021). O papel do racismo, preconceito e desigualdade na vida das empregadas domésticas. In L. Parks, O. Assis, & C. Cacao (Orgs.), *Mulheres Negras e Marxismo* (pp.147-165). São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen.

Kergoat, D. (2003). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In M. Teixeira, M. Emílio, M. Nobre, & T. Godinho (Orgs.), *Trabalho e cidadania ativa para as*

mulheres: desafios para as Políticas Públicas (pp. 55-63). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher.

Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. (Heloísa Monteiro & Francisco Senttineri, Trads.). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Marx, K. (2011). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. (Nélio Scheneider, Trad.). São Paulo: Boitempo. (Obra original publicada em 1852).

Maruani, M. (2019). O adeus ao trabalho, e aí? In M. Maruani (Org.), *Trabalho logo existo: perspectivas feministas* (pp.11-15). Rio de Janeiro: FGV Editora.

Minayo, M. C. de Souza (2002). Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In M. C. de Souza. Minayo & S. F. Deslandes (Orgs.), *Caminhos do Pensamento: epistemologia e método* (pp.81-106). (Coleção Criança, Mulher e Saúde). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

Monticelli, T. A., & Tamanini, M. (2013). O trabalho das diaristas: novas considerações no trabalho doméstico. O trabalho das diaristas: novas considerações no trabalho doméstico. *Revista Eletrônica*, 2(17) 68-81. Recuperado de https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/96999/2013_monticelli_thays_trabalho_diaristas.pdf?sequence=1

OXFAM. (2021). *O vírus da desigualdade unindo o mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável* (Relatório da OXFAM). Recuperado de <https://www.oxfam.org.br/>

- Pablito, M. (2021). Pele negra e rosto de mulher: terceirização, mulheres negras e luta de classes. In L. Parks, O. Assis, & C. Cacau (Orgs.), *Mulheres Negras e Marxismo* (pp.87-110). São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen.
- Pochic, S. (2019). Feminismo de mercado e igualdade elitista? In M. Maruani (Org.), *Trabalho logo existo: perspectivas feministas* (pp.53-65). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. (2022). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID-19 no Brasil* (Livro eletrônico). São Paulo: Fundação Friedrich Ebert. Recuperado de <https://www.oxfam.org.br/>
- Santos, G. B. M., Lima, R. C. D., Barbosa, J. P. M., Silva, M. C., & Andrade, M. A. C. (2020). Cuidado de si: trabalhadoras da saúde em tempos de pandemia pela COVID-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(3),1-13. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/hansen/resource/pt/biblio-1139790?src=similardocs>
- Santos, B. M. P. (2021). A face feminina na linha de frente contra a pandemia de COVID-19. *Nursing*, 24(275), 5480-5483. doi: [10.36489/nursing.2021v24i275p5480-5483](https://doi.org/10.36489/nursing.2021v24i275p5480-5483)
- Silva, J., Sousa, L.D., Packard, T. G., & Robertson, R. (2021). *Emprego em Crise: Trajetória para Melhores Empregos na América Latina Pós-COVID-19*. (Leonardo Padovani, Trad.). Banco Internacional para Reconstrução e

Desenvolvimento/Banco Mundial. Recuperado de

<https://static.poder360.com.br/2021/07/banco-mundial-emprego-20jul2021.pdf>

Teixeira, J. (2021). *Trabalho doméstico*. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Jandaíra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas feministas que ancoram suas interpretações sob as noções de divisão sexual e racial do trabalho, de interseccionalidade das relações sociais de sexo/gênero, etnia/raça e classe, vêm garantindo ou cuidando para que essas categorias sociais e interseccionadas não sejam esquecidas na leitura do campo social ou dos fenômenos decorrentes do mesmo, como por exemplo nas análises sobre o mundo do trabalho.

Entendemos que a presente tese, que teve como objetivo analisar a relação subjetividade-trabalho de mulheres trabalhadoras domésticas diaristas com dimensão de sexo/gênero, raça e classe, estabelece um nexos com o movimento supracitado.

Com esse propósito, este trabalho para além da introdução e destas considerações finais, está organizado em cinco capítulos, todos em formato de artigos. A combinação dos cinco artigos fornecem elementos do macro e microcontexto, bem como de sua dialética, acerca da condição de mulher trabalhadora doméstica diarista e sua relação com a configuração das vivências individuais e coletivas dessas mulheres trabalhadoras e da qualidade da saúde delas no/pelo trabalho.

No primeiro artigo é desenvolvido o pressuposto de que as opressões de sexo/gênero e etnia/raça são concordantes ou úteis às relações de produção ou reprodução que sustentam a exploração nos termos capital-trabalho, de modo que, a classe é atravessada por pontos de vista de sexo/gênero e etnia/raça ou vice-versa. Assim, deve-se analisar conjuntamente dominação, exploração e emancipação das mulheres. É nesse capítulo que os conceitos ou as noções de divisão sexual e racial do trabalho, trabalho

feminizado ou trabalho feminizado e racializado, reprodução social e reprodução geracional, trabalho remunerado e trabalho não remunerado, entre outros, são explanados de maneira mais detalhada. Ademais, relaciona-se tais discussões à Psicologia, sobretudo, as práticas psicológicas que focalizam a realidade vivida pelos(as) trabalhadores(as). À vista disso, essa seção apresenta os fundamentos ou as interlocuções teóricas que embasaram a definição do problema e dos questionamentos norteadores desta tese.

O panorama construído ou organizado no segundo artigo sobre a situação da(s) mulher(es) na contemporaneidade além de corroborar, agregar informações e dar continuidade às discussões teóricas realizadas no capítulo anterior, fornece notas importantíssimas acerca de aspectos do macrocontexto, que são pertinentes para pensar e assinalar as transformações políticas e socioeconômicas estabelecidas ou em curso e seus contornos e proporções específicas para os trabalhos e cotidianos de vida das mulheres, haja vista as disparidades históricas que as atravessam.

A reflexão em termos de condição da mulher trabalhadora doméstica diarista, estaria comprometida, caso não levássemos em conta, por exemplo, as contrarreformas ou reações da ordem capitalista patriarcal racista a nível nacional e internacional.

A progressiva desassistência dos Estados com as suas populações, retratada nas medidas de austeridade; a institucionalização da instabilidade do emprego/trabalho, seja por meio da deterioração do arcabouço de proteção trabalhista/previdenciária ou a naturalização do subemprego, como é o caso da disseminação e valorização da lógica do(a) trabalhador(a) autônomo(a); ou ainda, a captura e distorções das pautas reivindicatórias ou contra hegemônicas, que minam e enfraquecem os movimentos sociais e coletivos. Processos que conferem uma atmosfera, especialmente cara para as

mulheres diaristas, trabalhadoras informais, cujas dificuldades e necessidades, inclusive no âmbito da organização política, seja no antes, durante ou pós pandemia, se relacionam com essas inscrições.

Estreitando as discussões em termos de categoria ocupacional e contexto brasileiro, o terceiro artigo, fundamentado em uma revisão sistemática e metanálise da produção científica nacional, evidencia particularidades do trabalho doméstico remunerado no Brasil, tendo em vista seus vínculos materiais e simbólicos com a dialética das opressões e/ou desigualdades de sexo/gênero, etnia/raça e classe.

A maioria das produções pontuam a interseccionalidade dessas categorias sociais na configuração da posição do TDR na hierarquia sócio-ocupacional, do perfil das trabalhadoras domésticas remuneradas e de algumas das características de suas condições e relações de trabalho. Destacamos alguns dos pontos evidenciados nesse sentido: a naturalização ou inferiorização das habilidades e competências requeridas nesse tipo de trabalho, inclusive considerado não produtivo ou até mesmo como não-trabalho; o caráter informal, paternalista ou de servilidade das relações entre trabalhadoras domésticas e famílias para quem prestam serviço; a maior suscetibilidade das domésticas às violências físicas e sexuais no cotidiano laboral, e outros.

Ademais, essa revisão sistemática nos permitiu identificar carecimentos ou caminhos de pesquisas, que foram extremamente pertinentes para o delineamento e robustez da investigação empírica que compõem este trabalho de tese. A saber, ressaltamos a ausência ou não representatividade da Psicologia do Trabalho dentre as áreas de conhecimento que se interessaram pela temática, talvez por isso, os aspectos subjetivos e intersubjetivos das mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas é algo

que aparece de forma superficial nas publicações. Também pontuamos a necessidade de estudos que privilegiem espaços de fala e que investiguem a mobilização coletiva ou política dessas trabalhadoras.

Além disso, nos chamou a atenção a forma indiscriminada que a maioria dos estudos abordam o TDR ou as trabalhadoras domésticas remuneradas em termos de forma de exercício da atividade, apenas uma produção versava acerca da realidade do TDR executado sob regime de diária.

Os artigos quatro e cinco referem-se a pesquisa qualitativa com a participação de dez mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, dividida em dois objetivos de análise. Os achados e reflexões provenientes da pesquisa realizada corroboram a tese defendida e fornecem desenlaces aos questionamentos iniciais e norteadores da investigação, como descritos a seguir na breve apresentação dos artigos referenciados.

O artigo quatro refere-se ao estudo, no qual o objetivo foi compreender as repercussões de sexo/gênero, raça e classe no cotidiano laboral e na mobilização subjetiva das trabalhadoras. Nesse estudo são evidenciadas várias situações do cotidiano laboral/de vida ou que configuram a atividade de trabalho das mulheres diaristas, que estão engendradas nas insígnias, relações e condições materiais decorrentes das diferenciações/hierarquizações de raça, sexo/gênero e classe. Como por exemplo, a suspeição no trabalho ou no trabalhar, a sobrecarga laboral e o ritmo frenético de execução da atividade, as dificuldades para se alimentar durante a jornada de trabalho, a ameaça ou ocorrência do assédio sexual no dia a dia laboral.

Também destacamos através das análises realizadas, as condutas individuais e coletivas das mulheres diaristas, inclusive em virtude da proximidade dessas

trabalhadoras com o espaço sindical. A respeito disso, ressaltamos o peso das assimilações, das introjeções e aprendizados das construções sociais de sexo/gênero, raça e classe nessas ou para essas condutas observadas. Além disso, acreditamos no potencial de ação em termos de organização coletiva/política nesse contato com o sindicato e na identificação de demandas comuns e mais ou menos compartilhadas entre as diaristas ou entre elas e as demais trabalhadoras domésticas remuneradas.

O capítulo cinco refere-se ao estudo, no qual o objetivo foi analisar os impactos do contexto pandêmico sobre a atividade laboral e a saúde mental de mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, levando em consideração a interseccionalidade entre sexo/gênero, raça e classe no trabalho. Esse estudo demonstra o papel das disparidades de sexo/gênero, raça e classe no agravamento ou intensificação das condições de trabalho/vida das diaristas e as consequências negativas para a saúde mental dessas trabalhadoras.

Em síntese, as vivências pandêmicas das mulheres diaristas foram assinaladas por extremas dificuldades de subsistência, novos dilemas ou riscos e atualização das microopressões nas relações laborais. De modo que, enfatizamos a importância das dimensões de sexo/gênero, etnia/raça e classe para a compreensão da natureza, intensidade e exploração do sofrimento no/pelo trabalho das diaristas durante esse período.

Ademais, embora o estudo tenha como recorte de tempo o contexto pandêmico brasileiros, as situações evidenciadas e as problematizações a partir dessas podem servir de subsídios, bússolas para pensar e planejar estratégias emergenciais de prevenção e

proteção no trabalho para esse grupo ocupacional em circunstâncias semelhantes, ou seja, de calamidade, que possam ser ulteriores.

Embasados pelo conjunto de compreensões e análises empreendidas e/ou contidas neste trabalho, elencamos em seguida algumas reflexões de suma relevância para o fortalecimento das mulheres trabalhadoras domésticas diaristas e, conseqüentemente, para o enfretamento das questões ou para a atenção aos requerimentos identificados na realidade vivida delas.

É indispensável que se investigue o desejo expresso das trabalhadoras por uma melhor definição da figura da diarista, das atribuições que lhe competem a partir das situações concretas de trabalho, o que nos parece ser uma tentativa de autodefinição dessas mulheres.

A naturalização de algumas situações ou a reprodução de narrativas ideológicas de sexo/gênero, raça e classe observadas desfavorecem o potencial ou a ação individual e coletiva das diaristas, por isso, julgamos ser a problematização e as intervenções em termos de questões trabalhistas necessárias a realidade dessas trabalhadoras, também iniciativas que visem identificar e interpelar esses processos de alienação.

Outrossim, o pouco ou inexistente acesso das diaristas aos serviços e ações de saúde mental, principalmente ante a quantidade de riscos e custos da atividade laboral para o equilíbrio psíquico delas, nos leva a pensar sobre os atravessamentos dos preconceitos, dos estigmas, do universalismo, dos apagamentos decorrentes de sexo/gênero, raça e classe, nos setores, serviços e ações destinados a esse tipo de atenção à saúde.

Falando de onde nossos pés pisam, ou seja, da Psicologia do Trabalho, que se situa entre os saberes e práticas consideradas componentes do campo da saúde mental, é mister superar o androcentrismo das categorias analíticas ou dos referenciais teóricos, o viés organizacional e a ideia de sexo/gênero, etnia/raça como recortes, pois isso contribui para a pouca atenção dada e a ausência da crítica necessária ante as atividades de trabalho desenvolvidas por mulheres, ao trabalho doméstico, ao trabalho informal feminino, seja na produção do conhecimento ou nas intervenções. Assim, pensamos ser outra contribuição desta tese a contraposição a esse padrão.

O percurso de elaboração e investigação deste trabalho também permitiu incluir nesse itinerário reflexivo, a percepção da incipiência dos dados interseccionados, ou seja, elaborados a partir do cruzamento entre sexo/gênero, etnia/raça e classe na caracterização das condições sociais e laborais das mulheres trabalhadoras, bem como a crítica ao caráter reducionista ou privado das discussões e “soluções” em relação à redistribuição do trabalho familiar ou do trabalho doméstico não remunerado. Questões que indiretamente ou diretamente estão relacionadas às mulheres diaristas.

Assim, consideramos que este material serve como registro, ferramenta de discussão e organização de ações ou de pautas reivindicatórias para as mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, assim como para os diferentes setores da sociedade. Esperamos que entre esses, provoque indignação e mobilização para apoiar e construir com a categoria ocupacional meios de favorecer melhorias no trabalho e na vida. Aliás, destacamos os setores, digamos, mais envolvidos com a proteção e promoção da saúde do(a) trabalhador(a), como comunidade acadêmica, saúde e judiciário.

A desmedida precariedade, em suas várias manifestações ou dimensões, que atravessa a realidade das participantes desta pesquisa, agravada pelo contexto pandêmico, sugere ora falar em retrocessos, quando observamos o cenário político e socioeconômico para as mulheres trabalhadoras, ora de parcialidade ou inexistência dos impactos das supostas conquistas femininas nas condições laborais e de vida das mulheres diaristas.

Inclusive, assinalamos a conveniência de pesquisas que atentem para a atividade de trabalho das mulheres diaristas, para a realidade dessas trabalhadoras, nesse momento de pós pandemia ou de transições políticas e socioeconômicas.

Como limitações deste estudo, evidenciamos que as análises estão circunscritas à realidade local e a um pequeno número de participantes/trabalhadoras diaristas. Destacamos também a impossibilidade da realização desta investigação a partir de encontros grupais, o que é bastante pertinente em termos de contemplação de questões coletivas.

Além disso, não deixamos de considerar nas pontuações sobre limitações, o lugar social da pesquisadora. Mulher branca e psicóloga brasileira, que assim como outras(os) profissionais teve uma formação predominantemente alheia às discussões raciais, de sexo/gênero ou às epistemologias feministas, negras, decoloniais. Embora a autocrítica e a busca pelo aprendizado emancipador tenham acompanhado o desenvolver e a realização da presente tese.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CCHL – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DP-DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Prezado (a) **PARTICIPANTE DE PESQUISA,**

Os pesquisadores Maria do Socorro Roberto de Lucena e Paulo César Zambroni de Souza convidam você a participar da pesquisa intitulada “Trabalho Feminizado e Subjetividade(s): a atividade de mulheres diaristas.” Para tanto você precisará assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para seu empregador, quando este for o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação trabalho-subjetividade no trabalhar de mulheres diaristas, a partir da compreensão das relações de sexo/gênero na atividade. Para tanto tem-se os seguintes objetivos específicos: identificar as condições de trabalho; delinear as (re)normatizações do fazer; conhecer a trajetória profissional e de vida dessas mulheres; verificar a relação com os contratantes; relatar possíveis vivências

de assédio no ambiente laboral; revelar possíveis formas de mobilização entre as trabalhadoras; apreender o processo trabalho-saúde-doença; e desvelar as práticas de autocuidado e o acesso (obstrução) aos dispositivos de saúde.

Este estudo está organizado para ocorrer em três fases, que consistirão de entrevistas individuais e coletivas, tendo cada uma delas uma média de 50 minutos. As entrevistas serão realizadas através de ambiente virtual (*google meet*) e o TCLE será enviado previamente para o endereço eletrônico (*e-mail* ou telefone) do(a) participante, estando sua participação condicionada a assinatura deste documento.

Quanto ao número de encontros individuais ou coletivos necessários, espera-se: dois encontros individuais e de três a quatro encontros em grupo, mas admite-se uma certa imprevisibilidade, quando levados em consideração os imprevistos e dificuldades próprios dos meios virtuais, como falhas na conexão, etc. Para cada encontro individual/coletivo a pesquisadora responsável principal enviará o link da sala ou reunião virtual para cada participante por meio do endereço eletrônico ou telefone do(a) mesmo(a) e as interlocuções produzidas serão gravadas.

Além disso, ressaltamos que após as transcrições dos conteúdos produzidos nos encontros individuais e/ou coletivos, deletaremos o(s) arquivo(s). E que sua participação voluntária pode ocorrer nas três fases ou em alguma(s) delas, de acordo com sua disponibilidade e/ou desejo.

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a sua saúde, havendo, no entanto, a possibilidade de cansaço e aborrecimento, ao responder as perguntas das entrevistas, também se considera a alteração de visão de mundo em função das reflexões sobre trabalho, gênero, divisão sexual do trabalho, identidade e saúde, e o desconforto e medo por estar partilhando suas vivências.

Ademais, acrescentamos os desconfortos característicos dos ambientes virtuais ou meios eletrônicos, como perda de conexão, dificuldades de manuseio ou de adaptação frente a dinâmica imposta pelas limitações das tecnologias utilizadas. De antemão,

asseguramos que o(a) participante poderá ser acompanhado(a) pela pesquisadora responsável principal ou encaminhado(a) ao serviço escola de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o objetivo de minimizar e trabalhar essas questões, caso ocorram.

Estima-se que a participação neste estudo possa favorecer o desenvolvimento ou o alcance de níveis mais complexos de reflexão acerca do trabalho, das relações intersubjetivas que o permeiam, dos contextos sociais, ou das ressonâncias do labor sobre si, equanto sujeito social sexuado ou gendrado. Além disso, em decorrência das elaborações feitas, espera-se que o material e as análises realizadas respaldem ou suscitem debates ou movimentos de reivindicação em prol de reconhecimento e melhorias das condições de trabalho/vida das mulheres trabalhadoras domésticas diaristas.

Contatos da Pesquisadora Responsável Principal e de Demais Membros da Equipe de Pesquisa

Maria do Socorro Roberto de Lucena (Responsável Principal da Pesquisa)

Grupo de Pesquisa em Subjetividade e Trabalho (GPST), 1º andar, ambiente 27, Departamento de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS)

Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba, Campus I, Cidade Universitária, CEP 58051-900, João Pessoa/PB.

Telefone: (83) 99323306

E-mail: marialucena.ms@hotmail.com

Paulo César Zambroni de Souza

Grupo de Pesquisa em Subjetividade e Trabalho (GPST), 1º andar, ambiente 27, Departamento de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS)

Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba, Campus I, Cidade Universitária, CEP 58051-900, João Pessoa/PB

Contatos do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa

Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Cidade Universitária/ CEP 58051-900 - João Pessoa/PB.

Telefone: +55(83) 3216-7791.

E-mail: comiteetica@ccs.ufpb.br

Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h.

Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, **VOCÊ**, de forma voluntária, na qualidade de **PARTICIPANTE** da pesquisa, expressa seu **consentimento livre e esclarecido** para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

Você consente participar da pesquisa? *

() Sim

() Não

João Pessoa-PB, ____ de ____ de 2021.

Assinatura, por extenso, do(a) Participante da Pesquisa

Maria do Socorro Roberto de Lucena

Assinatura, por extenso, do(a) Pesquisador(a) Responsável pela pesquisa

Apêndice B – Questionário de Dados Sócio-demográficos e Funcionais



UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CCHL – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DP-DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

QUESTIONÁRIO

Número de identificação: _____

Idade: _____

Naturalidade: _____

Gênero: () Feminino () Masculino () Não-binário () Outro(s): _____

Orientação sexual: () Heterossexual () Homossexual () Bissexual ()

Outro(s): _____

Em relação à cor da pele, você se considera: () Branco(a) () Pardo(a) () Preto(a)

() Amarelo(a) () Indígena () Prefiro não declarar

Situação escolar/ Nível de escolaridade: () Analfabeto(a) () Alfabetizado(a) () Ensino

fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo () Outro(s): _____

Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Em união estável () Separado(a) ou

Divorciado(a) () Viúvo(a)

Filhos(as): () Sim () Não

Caso sim, quantos? _____ Idade: _____ Sexo: _____

Composição familiar: _____

Número de dependentes? _____ Quem são? _____

Há quanto tempo trabalha como diarista? _____

Está trabalhando como diarista no momento? () Sim () Não

Caso não, explicar o porquê? _____

Possui ou possuiu outro trabalho remunerado? _____

Média de remuneração como diarista? _____

Renda mensal: _____

Renda mensal familiar: _____ Qual a origem dos proventos? _____

Recebe algum benefício social? _____ Qual? _____

Apêndice C – Roteiro de Entrevista Não-Estruturada

UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CCHL – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DP-DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA NÃO-ESTRUTURADA

Entrevista nº: _____ Nome fictício: _____

Data: ___/___/___

Horário de início: _____ Horário de término: _____ Duração: _____

Eixos/Temas e Questões Norteadoras da Entrevista*

*Os eixos ou temas norteadores/disparadores aqui apresentados servirão para suscitar a verbalização e comunicação com as trabalhadoras. A depender da dinâmica e do desenvolvimento da entrevista alguns pontos podem ser excluídos e outros acrescentados. Em cada ponto, existem exemplos de perguntas que são facilitadoras no desenrolar dos mesmos.

Eixo I: Trajetória laboral

- Conte-me sobre sua trajetória de trabalho, sobre o caminho percorrido até aqui: os trabalhos que já teve, a idade que começou a trabalhar, quando começou a trabalhar como diarista.

Eixo II: Processo e Condições de Trabalho

- Conte-me sobre o seu trabalho como diarista: o que você faz, as situações do dia a dia, como é seu relacionamento com os(as) contratantes.

Eixo III: Sentidos do Trabalho e Autoimagem

- Conte-me o que significa para você ser uma mulher trabalhadora doméstica diarista: como você se sente, qual a importância de seu trabalho, como as pessoas enxergam o que você faz.

Eixo IV: Trabalho, Pandemia e Saúde

- Conte-me o que mudou no seu trabalho ou vida com a pandemia do novo coronavírus: quais as circunstâncias que você tem passado, como você tem se sentido, o que poderia ser feito para minimizar ou solucionar as dificuldades que você tem enfrentado.

Gostaria de falar mais alguma coisa? Ou fazer alguma pergunta/sugestão?

Apêndice D – Orientação aos(às) juízes(as) – análise dos artigos filtrados

**PESQUISA DE REVISÃO SISTEMÁTICA E METÁNALISE QUALITATIVA
SOBRE TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E GÊNERO NA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA**

Esclarecimento aos(às) juízes(as):

Prezados(as),

O objetivo do estudo é realizar uma revisão sistemática da produção científica brasileira dos últimos vinte anos acerca da relação entre trabalho doméstico remunerado e gênero, **considerando a literatura científica nas bases de dados nacionais gerais (qualquer área do conhecimento) e em Psicologia**. Para tanto, necessitamos responder aos seguintes questionamentos:

- (a) Quais as características teórico-metodológicas dos estudos nacionais acerca da temática: trabalho doméstico remunerado e gênero?
- (b) Quais os principais resultados ou considerações presentes nos estudos sobre a temática em questão?
- (c) Quais os consensos, contradições ou problemáticas em relação aos resultados ou considerações desses estudos?
- (d) Qual a agenda de pesquisa se configura diante dos achados ou lacunas identificadas na produção científica nacional acerca de trabalho doméstico remunerado e gênero?

Bases de dados nacionais eletrônicas consultadas:

- 1- SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online)
- 2- Periódicos CAPES
- 3- LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde)
- 4- PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia)
- 5- IndexPsi Periódicos/ BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil)

Critérios de Inclusão:

Periódico: nacional

Tipo de literatura: artigo científico

Língua: Portuguesa

Limite de ano de publicação: 2000 a 2020

Descritores: Trabalho doméstico e gênero

Assunto: Relação trabalho doméstico remunerado e gênero

Período de realização do levantamento: fevereiro a abril/2020

Descrição e resultados do levantamento:

A pesquisa nas bases de dados eletrônicas foi iniciada a partir da utilização dos descritores “trabalho doméstico” e “gênero”, combinados pelo operador lógico “AND”.

De acordo com as características de cada base de dados, alguns refinamentos foram utilizados para atender os critérios do levantamento, tais como: tipo de recurso/tipo de literatura – artigo; idioma – português; data de publicação/intervalo de ano de publicação – 2000 a 2020. Na base de dados Periódicos Capes foi possível acrescentar “periódicos revisados por pares” como mais um recurso para refinamento.

Como resultados foram encontradas 1.127 produções (1.001 Periódicos CAPES + 67 SciELO + 48 LiLACS + 6 IndexPsic + 5 PePSIC), encontrando um ou outro descritor em qualquer seção do trabalho.

Ante a percepção de que os dois descritores nem sempre estavam presentes nas produções filtradas, foi realizada uma nova filtragem sobre as 1.127 produções, agora considerando apenas as que continham os dois descritores, tendo como resultado 123 produções.

Após a exclusão dos artigos replicados (N=48) e dos que, embora apresentassem os dois descritores, tratavam de outros assuntos, como trabalho doméstico não remunerado, restaram **16 artigos** que atendem aos critérios iniciais para que se possa desenvolver esta pesquisa.

Metanálise

Levando em consideração o número de artigos restantes e a intenção de realizar uma investigação ou reflexão mais aprofundada sobre os conteúdos dos estudos, decidimos realizar uma metanálise qualitativa.

Sobre metanálise, entendemos: uma investigação pautada em comparações e análises de dados primários de pesquisas, entendidas como significativas em relação a um determinado tema ou problemática colocada em foco. O objetivo é desenvolver um conhecimento teórico a partir das sínteses interpretativas presentes nos estudos primários, capaz de fornecer possibilidades de aplicações em situações práticas (Zimmer, 2006). Quando isso ocorre sem a utilização de técnicas estatísticas, pode ser utilizado a expressão metanálise qualitativa (Martins, 2013).

As etapas a serem seguidas nesta revisão sistemática e posterior análise, serão:

Etapas	Descrição	
1	Definição do problema de pesquisa e construção de protocolo de revisão	ok
2	Definição de critérios para a seleção do material	ok
3	Composição do material (levantamento da literatura)	ok
4	Análise dos(as) juízes(as) para estabelecimento do material que será analisado, considerando os critérios de elegibilidades estabelecidos	

5	Coleta das informações de cada estudo (bibliométricas e de conteúdo)	
6	Avaliação dos estudos	
7	Análise e síntese dos resultados e considerações dos estudos	
8	Interpretação dos dados coletados	
9	Organização e apresentação dos resultados da pesquisa	
10	Discussão e análise crítica	

Fase atual:

Nesse estágio da pesquisa, solicitamos sua contribuição como juízes(as) para nos auxiliarem na definição do material que será analisado.

Instruções:

Na tabela a seguir estão dispostos os 16 artigos que atenderam os critérios de inclusão e que continham os descritores “trabalho doméstico” AND “gênero”. Para cada estudo são apresentadas informações como: título, ano de publicação, periódico, resumo e palavras-chave.

Os (As) juízes(as) devem avaliar se de fato os artigos selecionados tratam da temática: trabalho doméstico remunerado e gênero. Caso seja de seu interesse, na coluna referente à título, ano de publicação e periódico, está registrado o link para acessar o artigo completo.

Indicar sua decisão:

(x) Sim – artigos que discutem trabalho doméstico remunerado e gênero

(x) Não – artigos que não discutem trabalho doméstico remunerado e gênero

Desde já, agradecemos a sua colaboração.

Título/Ano/Periódico	Resumo/Objetivo	Palavras-Chave 235	Decisão
<p>Vivências e Narrativas de Trabalhadoras Domésticas Diaristas</p> <p>Revista de Ciências Sociais, 2018</p> <p>https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/35232</p>	<p>No contexto atual do mercado de trabalho, persiste a informalidade, condição em que se encontram as diaristas, trabalhadoras domésticas sem vínculo formal, foco deste estudo, que tem como objetivo a análise das representações e percepções sobre a informalidade do contrato de trabalho e dos riscos à saúde de trabalhadoras domésticas diaristas. Este trabalho está baseado nas histórias de vida de quatro trabalhadoras, residentes nas cidades do entorno do Distrito Federal, em municípios localizados no estado de Goiás, Brasil, que atuam como diaristas, realizando trabalhos domésticos em Brasília, Distrito Federal. As narrativas dessas mulheres apresentaram temas relativos às “trajetórias ocupacionais”, “práticas cotidianas na faxina” e “percepções de saúde”. Essas histórias de vida revelam contextos de exclusão social, marcados pela violência de gênero, racismo e violência nas relações trabalhistas, ao mesmo tempo em que apresentam estratégias de subversão dessas práticas por essas mulheres.</p>	<p>Trabalhadoras domésticas diaristas. Trabalho feminino. Relações trabalhistas. Saúde do trabalhador.</p>	<p>() Sim () Não</p>
<p>Trabalhos Domésticos E De Cuidados Sob A Ótica Da Teoria Da Reprodução Social</p> <p>Revista Mediações, 2018</p> <p>https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/34318/pdf_1</p>	<p>No cerne da pluralidade das teorias e análises feministas, pesquisadoras da Teoria da Reprodução Social (TRS) ancoradas em noções marxianas de trabalho, valor, força de trabalho e reprodução social, elaboram a ideia de que tanto a produção de mercadorias quanto os trabalhos domésticos e de cuidados compõem a totalidade sistêmica do capitalismo, de que ambos são necessários à regeneração do capital. Elas compreendem que os conflitos em torno da reprodução social se configuram em um ponto chave na disputa entre capital e trabalho. Este texto analisa a problemática atual dos trabalhos domésticos e de cuidados, localizada em uma crise que impõe uma nova divisão sexual e internacional do trabalho e que evoca uma renovação na teoria social, expressada no desenvolvimento feminista da TRS.</p>	<p>Divisão Sexual do Trabalho. Feminismo. Gênero. Reprodução Social.</p>	<p>() Sim () Não</p>

<p>Trabalho infantil doméstico: perfil bio-sócioeconômico e configuração da atividade no município de João Pessoa, PB</p> <p>Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2009</p> <p>http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000100006</p>	<p>O trabalho versa sobre uma pesquisa com que se buscou caracterizar a atividade do trabalho infantil doméstico no município de João Pessoa, Paraíba, a partir de crianças e adolescentes estudantes de escolas públicas municipais e estaduais. Participaram da pesquisa 100 sujeitos de ambos os sexos, na faixa compreendida entre 7 e 18 anos de idade. Utilizaram-se dois instrumentos: o primeiro identificava se a criança ou o adolescente eram trabalhadores e o segundo era um questionário composto de questões abertas e fechadas, que contemplavam, entre outros, aspectos como perfil sócio-econômico e atividade. Para a análise, utilizou-se a estatística descritiva e o software SPSS. Os resultados revelaram que 34% estavam na faixa entre 10 e 14 anos e 25%, entre 15 e 16 anos. Constatou-se um recorte de gênero (73% eram meninas), raça/etnia (67% eram afrodescendentes) e classe social (para 37% a renda da família era de um quarto do salário mínimo). 30% trabalhavam em mais de um turno e exerciam de 9 a 15 horas de trabalho diário. Os sujeitos realizavam tarefas de cuidado da casa, seguidas do cuidado com pessoas. A atividade configurou-se como exploradora, naturalizada, invisível e ainda exigia esforço físico e roubava o tempo do ócio necessário ao desenvolvimento.</p>	<p>Trabalho infantil, Trabalho doméstico, Atividade.</p>	<p>() Sim () Não</p>
<p>Trabalho Doméstico: Desafios para o Trabalho Decente</p> <p>Estudos Feministas, 2009</p> <p>https://www.scielo.br/j/ref/a/7ZxXCSyZFMZWnNq46tSQ/?lang=pt</p>	<p>Este artigo apresenta um panorama da situação das trabalhadoras domésticas e traz algumas questões relativas à sua dimensão no mundo e no Brasil, suas condições de trabalho e importância para o funcionamento geral dos mercados de trabalho e dos domicílios. Buscase mostrar a relevância que tem o conceito de trabalho decente, promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), para o trabalho doméstico e a equiparação de seus direitos no trabalho aos do conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores. Ressalta-se a oportunidade da discussão na próxima Conferência Internacional do Trabalho da OIT, em 2010, na qual o tema é ponto de</p>	<p>trabalho doméstico; trabalho decente; condições de trabalho; gênero; igualdade.</p>	<p>() Sim () Não</p>

	pauta com vistas à elaboração de um instrumento internacional de proteção ao trabalho doméstico.		
<p>Regulamentação do Trabalho Doméstico Remunerado: Implicações Psicossociais para Trabalhadoras no Brasil</p> <p>Barbarói, 2018</p> <p>https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/205423?show=full</p>	<p>O presente artigo versa sobre as recentes alterações legais no panorama do trabalho doméstico remunerado no Brasil, e suas interfaces psicossociais, entendendo-as como elementos relacionais, afetivos e identitários, para além das implicações jurídicas e econômicas. No ano de 2013, as discussões acerca desta legislação no país tomaram outra amplitude, e forma, pela Emenda Constitucional 72. No ano de 2015, novas modificações foram realizadas e, direitos legalmente garantidos. Entretanto, para além de diálogos estritamente legais que permeiam essas mudanças, as atuais discussões são marcadas pela complexidade imposta pelo entrelaçamento dos aspectos trabalhistas com intersecções culturais, relacionais e afetivas do trabalho doméstico e seu passado colonial no Brasil. Estas questões fazem atentar para as relações que circunscrevem este tipo de atividade, marcadas por expectativas simultâneas de eficiência profissional e negociações afetivas.</p>	<p>trabalho doméstico; direitos trabalhistas; gênero.</p>	<p>() Sim</p> <p>() Não</p>
<p>O EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL: um olhar para o “trabalho da mulher” na perspectiva histórica e contemporânea</p> <p>Revista de Ciências Sociais, 2018</p>	<p>O objetivo principal desse trabalho é resgatar estudos sobre o emprego doméstico no Brasil e saber se houve mudanças e/ou melhorias para essa categoria de trabalhadores ao longo dos séculos. Para tanto, o procedimento metodológico adotado é o estudo descritivo, a partir da contextualização de trabalhos que usam o método histórico-dialético, pesquisa etnográfica, pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, abordagem</p>	<p>Emprego doméstico. Mulher. Trabalho. Brasil.</p>	<p>() Sim</p> <p>() Não</p>

<p>https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/35119</p>	<p>qualitativa e quantitativa. Assim, pretende-se contribuir com uma revisão ampla de alguns achados na literatura nacional e atualizar o tema, principalmente com relação às mudanças na legislatura sobre os direitos e deveres dessa ocupação, mantida secularmente à margem das leis. Os principais resultados apontam que o emprego doméstico é uma atividade pré-capitalista, centrada na mulher/mãe/trabalhadora, subordinada ao capital/patrão. Ademais, constitui fruto de relações de trabalho paternalistas e usurpadoras, que culmina em déficit de direitos, desigualdade de rendimentos e discriminação social, que degradam a profissão em uma sociedade preconceituosa, e que apesar das recentes conquistas com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das domésticas, n.º 478-A, que deu origem à Emenda Constitucional n.º 72/2013, muito precisa ser feito para que, na prática, e não somente em leis, essa ocupação tenha direitos semelhantes às demais ocupações.</p>		
<p>Neutralidade pseudo-inscrita: a doméstica Lena, a dona de casa Alice e a intelectual Gertrude têm uma só incompreensão do valor</p> <p>Estudos Feministas, 2004</p> <p>https://www.scielo.br/j/ref/a/YgJfkFGc993hNnP5PMKVJPQ/abstract/?lang=pt</p>	<p>Uma leitura do tratamento dispensado pelo feminismo ao trabalho doméstico, preocupada com a relação entre o trabalho doméstico e a infra-estrutura que este proporciona à produção intelectual burguesa. Esta leitura, que busca desestabilizar os valores negativos regularmente agregados à subserviência doméstica, tem como base de análise as obras literobiográficas Autobiografia de Alice B. Toklas e Autobiografia de todo mundo, e o conto A Gentil Lena, todos de Gertrude Stein.</p>	<p>trabalho doméstico, trabalho intelectual, feminismo, Gertrude Stein.</p>	<p>() Sim () Não</p>

<p>Mucama Permitida a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil</p> <p>Cadernos de Gênero e Diversidade, 2017</p> <p>https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/224</p> <p>82</p>	<p>O presente artigo aborda o trabalho doméstico a partir do imaginário social brasileiro historicamente construído e oriundo de um longo período de escravidão. Imaginário este que concebe a mulher negra em um papel de servidão e submissão análogo ao papel das mucamas, aquelas escravas que ocupavam o âmbito doméstico e tinham como função cuidar de todo trabalho reprodutivo. Sob uma perspectiva interseccional que prioriza os três eixos de poder: raça, classe e gênero, entende-se, neste artigo, que a condição destas trabalhadoras enquanto domésticas não escapa ao racismo, classismo e patriarcalismo tão presentes na sociedade brasileira que às confina em empregos considerados socialmente “subalternos” e não lhes dão mínimas condições de ascensão social. Enquanto negras, são consideradas um corpo, sem mente, capazes apenas de trabalho manual e incompetentes para o trabalho intelectual. Este estudo busca explicitar a identidade do trabalho doméstico no Brasil, levando em conta que este possui um perfil majoritariamente negro e uma história definida pelas relações servis de trabalho.</p>	<p>Gênero. Raça. Classe. Trabalho Doméstico. Interseccionalidade.</p>	<p>() Sim () Não</p>
<p>Luta pública contra o trabalho infantil doméstico: implicações democráticas das ações de advocacy</p> <p>Revista Brasileira de Ciência Política, 2015</p> <p>https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/vygtS6PPGjG86dTCjSwLtK/abstract/?lang=pt</p>	<p>Neste artigo, tomamos como objeto de estudo o trabalho infantil doméstico (TID), prática enraizada socialmente em nosso país, em que as relações de dominação ocorrem preponderantemente entre mulheres (patroas) e meninas (trabalhadoras) (Cal, 2007; Maia e Cal, 2014; Motta-Maués, 2012) e evidenciam constrangimentos estruturais relacionados à gênero, à classe e à raça. Na medida em que o cerne da dominação se dá entre mulheres (patroa/empregada), o que as distingue e alimenta essa relação de poder são elementos ligados à classe e à raça (Maia e Cal, 2014). O modo como esse tipo de trabalho infantil tem sido enfrentado no Brasil, por meio de ações de advocacy, também é um terreno fértil para análises sobre gênero, democracia e desigualdades. De acordo com Luis Felipe Miguel (2014), os advocates se atribuem o</p>	<p>Não tem</p>	<p>() Sim () Não</p>

	<p>papel de porta-vozes públicos de indivíduos e grupos. Contudo, adverte o autor, “formas de representação como advocacy, embora possam trazer benefícios em curto prazo para integrantes de um ou outro grupo social, não estimulam o exercício dessas autonomias [coletiva e individual]” (p. 264).</p>		
<p>Gênero e Migrações – Trajetórias Globais, Trajetórias Locais de Trabalhadoras Domésticas</p> <p>Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 2006</p> <p>https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042004005</p>	<p>Este artigo apresenta as trajetórias de migração em nível global e local e discute a crescente feminização das migrações. Aproximadamente 100 mil mulheres de todo o mundo movem-se anualmente em fluxos migratórios, para assumirem trabalhos domésticos, na esfera privada. As principais causas das migrações estão ligadas à luta pela sobrevivência, oportunidade de trabalho, de estudo e conquista da independência em relação a opressão ou violência. A pesquisa constatou que, para conter o grande fluxo de migração de mulheres, são necessárias políticas públicas direcionadas às mesmas, ou seja, oportunidade de trabalho bem remunerado, acesso à educação gratuita e de qualidade para si e para seus filhos e programas voltados para superação da violência intrafamiliar.</p>	Não tem	<p>() Sim () Não</p>
<p>Emprego doméstico e mudança social Reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira</p> <p>Tempo Social, Revista de Sociologia, 2019</p>	<p>Considerando este cenário, o objetivo do presente artigo é analisar mudanças no perfil dos empregados domésticos (2002-2012), observando não apenas as alterações pontuais na legislação que antecedeu a pec das domésticas, mas também as transformações sociais ocorridas na base da pirâmide social brasileira que podem ter contribuído para novas possibilidades e mudanças ocupacionais das mulheres que compõem o perfil das empregadas domésticas no Brasil1.</p>	Não tem	<p>() Sim () Não</p>

<p>https://www.scielo.br/j/ts/a/mZtFVwnF8twnKKwnD9FhZnG/?lang=pt</p>			
<p>Os limites e as Possibilidades Sobre as Políticas Públicas de Prevenção Contra o Trabalho Doméstico de Meninas no Brasil</p> <p>Revista Prolegomenos, 2018</p> <p>http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-182X2018000200011</p>	<p>O presente artigo tem como escopo o estudo do trabalho infantil doméstico, em especial de meninas, considerando a idade limite de 18 anos, conforme prevê a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei Complementar 150 de 2015. Diante disso, questiona-se: o Brasil possui políticas públicas efetivas e de alcance específico para a prevenção e o combate ao trabalho doméstico das meninas brasileiras, com estrutura adequada e meios para sua fiscalização? Dessa forma, serão primeiramente analisados os antecedentes históricos, como o trabalho escravo e sua relação com o trabalho infantil e a deste com o doméstico. Posteriormente, são apresentados alguns fatores e condições do trabalho infantil doméstico, como a cultura, a escolaridade, as questões de gênero e raciais, ademais as possíveis sequelas deixadas pelo ingresso precoce no trabalho. O método é dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica.</p>	<p>Criança; adolescente; trabalho infantil doméstico; políticas públicas.</p>	<p>() Sim () Não</p>

<p>Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil</p> <p>Revista Sociedade e Estado, 2015</p> <p>https://www.scielo.br/j/se/a/tjznDrswW4TprwsKy8gHzLQ/?lang=pt</p>	<p>No momento em que se discute a ampliação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil, este artigo traz para o centro das discussões o protagonismo das organizações políticas das trabalhadoras domésticas. Baseado em entrevistas realizadas com trabalhadoras domésticas, o artigo busca compreender as razões das desigualdades sociais que incidem sobre esta categoria profissional. Para tanto, argumenta-se que a colonialidade do poder e a interseccionalidade de gênero, classe e raça são fatores estruturais e dinâmicos capazes de explicar tal fenômeno. Por outro lado, argumenta-se também que as trabalhadoras domésticas, ao longo da história, têm articulado um movimento social em diálogo com os movimentos negros, sindicais e feministas e outros atores sociais que permite apresentarem um projeto decolonial. A este diálogo e articulação com movimentos classista-sindicais, movimentos negros e movimentos feminista dá-se o nome de interseccionalidade emancipadora. O artigo conclui constatando que a cada avanço legal desta categoria profissional o movimento político organizado das trabalhadoras doméstica tem estado presente.</p>	<p>Trabalho doméstico, colonialidade, interseccionalidade, classe, raça, gênero.</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil</p> <p>Estudos Históricos, 2013</p>	<p>O que este artigo se propõe é reconhecer e registrar o papel desempenhado pelas organizações políticas das trabalhadoras domésticas – suas associações e sindicatos – ao longo dos últimos quase 80 anos. Nesse período, constatamos um esforço das trabalhadoras do domésticas para assumir o controle de suas reivindicações trabalhistas. Nesse processo as diversas organizações estabeleceram articulações com outros movimentos classistas sindicais, feministas e antirracistas em escala nacional e mais recentemente, em escala internacional.</p>	<p>Não tem</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>

<p>https://www.scielo.br/j/eh/a/jFj8ZKYJgFgCrX4JYL9XWCM/abstract/?lang=pt</p>			
<p>Ações Participativas com Trabalhadoras Domésticas Fomentando debates para visibilizar a profissão desde o passado escravista até a atualidade em Pelotas/RS</p> <p>Cadernos de Gênero e Diversidade, 2017</p> <p>https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/223</p> <p>51</p>	<p>Este texto visa apresentar alguns resultados do projeto O trabalho doméstico entre o passado e o presente, idealizado e desenvolvido por meio da parceria entre Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos/GEEUR, Museu de Arqueologia e Antropologia/MUARAN - ambos da UFPel - e o Sindicato das/os Trabalhadoras/os Domésticas/os de Pelotas. A aproximação entre Sindicato e MUARAN ocorreu para criação deste museu; posteriormente, o GEEUR se responsabilizou pelo projeto, que tem implicado em reflexões importantes sobre esse universo, com resultados efetivos para as trabalhadoras. Discorreremos especialmente sobre os frutos de uma oficina realizada no Sindicato, cujo tema principal foi a apresentação de dados históricos sobre trabalhadoras/es em Pelotas/RS, por meio de uma mostra de anúncios de mão de obra escravizada e/ou livre em jornais do século XIX. As especializações e as características exigidas para o desempenho do trabalho doméstico no passado escravista conduziram o debate para suas permanências na atualidade, e foram propostas ações que possam visibilizar essa profissão, na tentativa de minimizar seus estigmas históricos. Os processos de criação das primeiras ações geradas nessa oficina – uma exposição itinerante e a criação de uma logo para o projeto – aconteceram de maneira participativa, configurando a</p>	<p>Trabalhadoras Domésticas. Escravidão em Pelotas. Relações de Afeto. Ações Participativas.</p>	<p>() Sim () Não</p>

	aproximação entre academia e comunidades que cotidianamente passam por processos de exclusão social.		
<p>Gênero, Geração e Classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro</p> <p>Estudos Feministas, 2009</p> <p>https://www.scielo.br/j/ref/a/5v3LXWZ8GszfKWrcTQ6CHMM/abstract/?lang=pt</p>	<p>Este artigo apresenta a comparação dos dados de duas pesquisas realizadas com o objetivo de verificar as continuidades e descontinuidades nas representações de gênero em diferentes gerações de famílias das camadas médias e populares do estado do Rio de Janeiro: das avós, das mães e das suas filhas. Privilegamos aqui as percepções do lugar social da mulher no contexto das transformações em curso na sociedade brasileira. Considerando o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho e o aumento no nível de escolaridade das mulheres, interessa-nos, particularmente, conhecer as representações e as práticas das integrantes dessas três gerações em torno da família, da religião e da profissionalização feminina.</p>	<p>Mulheres; gênero; geração; mudança social.</p>	<p>() Sim</p> <p>() Não</p>

ANEXOS

Anexo A – Termo de Anuência da Instituição Coparticipante

SINDICATO DOS EMPREGADOS DOMÉSTICO DO ESTADO DA PARAIBA.

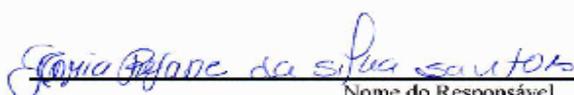
TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução da pesquisa intitulada: “Trabalho Feminizado e Subjetividade(s): a atividade de mulheres diaristas”, a ser desenvolvida pela aluna **Maria do Socorro Roberto de Lucena**, do **Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes**, da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do Prof. **Dr. Paulo César Zambroni de Souza**, nesta instituição.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso em verificar seu desenvolvimento para que se possa cumprir os requisitos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, como também, no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para garantia de tal segurança e bem-estar.

Igualmente informamos que para ter acesso à coleta de dados nesta instituição, fica condicionada à apresentação à direção da mesma, da Certidão de Aprovação do presente projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Tudo como preconiza a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

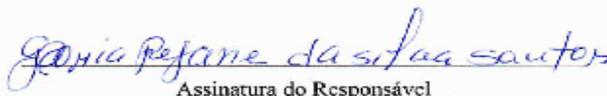
João Pessoa, 06 de setembro de 2021



Nome do Responsável

Gloria Rejane da Silva Santos

CPF: 714.781.084 - 87



Assinatura do Responsável

Anexo B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: TRABALHO FEMINIZADO E SUBJETIVIDADE(S): A ATIVIDADE DE MULHERES DIARISTAS

Pesquisador: Maria do Socorro Roberto de Lucena

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 26637719.2.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.110.776

Apresentação do Projeto:

O presente protocolo de pesquisa tem como objetivo geral analisar a relação trabalho-subjetividade no trabalhar de mulheres diaristas, a partir da compreensão das relações de sexo/gênero na atividade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se utiliza dos seguintes instrumentos: questionário sociodemográfico e entrevistas. As participantes são mulheres que trabalhem como diaristas. E a análise dos dados será feita por análise de conteúdo à luz da perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. Espera-se que este estudo, contribua para desvelar a atividade de trabalho das diaristas e a ressonância que a condição de mulher tem sobre e para a função desenvolvida, além dos impactos deste trabalho sobre sua subjetividade/vida.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a relação trabalho-subjetividade no trabalhar de mulheres diaristas, a partir da compreensão das relações de sexo/gênero na atividade.

Objetivo Secundário:

- Identificar as condições de trabalho;- Delinear as (re)normatizações do fazer - Conhecer a trajetória profissional e de vida dessas mulheres- Verificar as relações com os contratantes - Relatar possíveis vivências de assédio no ambiente laboral - Revelar possíveis formas de mobilização entre as trabalhadoras - Apreender o processo trabalho-saúde-doença- Desvelar as

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br